

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

LISIANE BESUTTI

**TURISMO EM GRAMADO:
AS PEDRAS NO JARDIM DAS HORTÊNSIAS**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LISIANE BESUTTI

**TURISMO EM GRAMADO:
AS PEDRAS NO JARDIM DAS HORTÊNSIAS**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Bomfim Bordin

Porto Alegre
2021

Ficha Catalográfica

B561t Besutti, Lisiane

Turismo em Gramado : as pedras no jardim das hortênsias /
Lisiane Besutti. – 2022.

199.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Monteiro do Bomfim Bordin.

1. Desenvolvimento. 2. Turismo. 3. Pobreza. I. Monteiro do Bomfim
Bordin, Erica. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

LISIANE BESUTTI

**TURISMO EM GRAMADO:
AS PEDRAS NO JARDIM DAS HORTÊNSIAS**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Erica Monteiro do Bomfim Bordin (Orientadora) – PUCRS

Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin – PUCRS

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto

Porto Alegre

2021

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, em especial minha mãe Adelina e meu tio, Rudimar, que de forma incansável estiveram comigo nesta caminhada, me incentivaram e me deram força para seguir em frente, e principalmente, me ajudaram a cuidar do meu bem mais preciso, minha filha.

Ao meu esposo Alexandre que sempre esteve ao meu lado, me apoiou e me incentivou desde o início para que seguisse em frente com o tão sonhado mestrado.

Minha filha Alice, que hoje tem quatro anos, mas quando iniciei o estudo, tinha apenas dois anos. Ela também do jeito me apoiou e por ela hoje concluo mais uma etapa importante da minha vida acadêmica e profissional.

A CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A minha orientadora professora, Dra. Erica Monteiro do Bomfim Bordim que de forma sensível, acolhedora e sábia me conduziu durante todo o processo.

RESUMO

A discussão que nos propomos a fazer neste trabalho diz respeito às determinações sócio-históricas do desenvolvimento capitalista, inserindo o turismo nesse contexto, de modo a desvelar as contradições existentes na trama e a sua relação com a pobreza e as condições de vida dos trabalhadores usuários da assistência social, os quais tiveram experiência profissional nesse ramo. Não negando a importância que o turismo tem para o crescimento econômico das cidades, questionamos se vem contribuindo para o seu desenvolvimento e para o enfrentamento da pobreza. Essa discussão se faz necessária e urgente, trazendo a profissão do Serviço Social para junto do debate acerca da temática do turismo, visto ser uma atividade que vem crescendo e ocupando os espaços da cidade, muitas vezes de forma a excluir e a causar estranhamento aos trabalhadores. Além disso, o turismo utilizado como mercadoria rebate diretamente nas condições de vida dos trabalhadores usuários da assistência social. Para a realização da pesquisa, foi utilizado o método materialista dialético histórico, a fim de conhecer e desvendar a realidade mediada pela totalidade, contradição e historicidade, sendo essas as categorias dialéticas utilizadas nesta investigação. Para a análise da realidade, com o intuito de identificar fenômenos que nos auxiliam a explicar o nosso problema de pesquisa, foram utilizadas categorias explicativas da realidade que, nesse contexto, são: turismo, desenvolvimento e pobreza. O enfoque da pesquisa é o misto (quanti-qualitativo), visando garantir uma investigação mais profunda quanto ao objeto de estudo, sendo que, para a análise dos dados qualitativos, utilizar-se-á a técnica de análise de conteúdo.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Turismo; Pobreza.

ABSTRACT

The discussion that we propose to make in this work concerns the socio-historical determinations of capitalist development, inserting tourism in this context in order to unveil the existing contradictions in the plot and its relationship with poverty and the living conditions of workers who use social assistance. who had professional experience in this field. Not denying the importance that tourism has for the economic growth of cities, we question whether it has contributed to their development and to the fight against poverty. This discussion is necessary and urgent, bringing the profession of Social Work to the debate on the topic of tourism, as it is an activity that has been growing and occupying the spaces of the city, often in order to exclude and make workers feel strange. Furthermore, tourism used as a commodity directly affects the living conditions of workers who use social assistance. To carry out the research, the historical dialectical materialist method was used, in order to know and unveil the reality mediated by totality, contradiction and historicity, these being the dialectical categories used in this investigation. For the analysis of reality, in order to identify phenomena that help us explain our research problem, explanatory categories of reality were used, which in this context are: tourism, development and poverty. The focus of the research is mixed (quanti-qualitative), with a view to ensuring a deeper investigation about the object of study, and for the analysis of qualitative data the technique of content analysis will be used.

Keywords: Development; Tourism; Poverty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Questões norteadoras e objetivos específicos	22
Figura 1 – Conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	68
Gráfico 1 – Percepção de desenvolvimento para os trabalhadores da assistência social de Gramado - RS	74
Tabela 1 – Orçamento municipal destinado às secretarias de Gramado (2019).....	74
Gráfico 2 – Percepção dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, quanto aos investimentos públicos da cidade.....	75
Quadro 2 – Desenvolvimento – Gestão Municipal e COMTUR.....	77
Tabela 2 – Motivo de os moradores não viajarem.....	83
Tabela 3 – Variáveis da economia do turismo para a categorização das cidades turísticas.....	89
Tabela 4 – Ocupações das acts referente a salários e contratações (2014).....	91
Quadro 3 – Condições de trabalho dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS que atuam ou atuaram no ramo do turismo.....	92
Quadro 4 – Aspectos positivos e negativos do turismo de acordo com os trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo	93
Quadro 5 – Percepção dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, em relação ao turista	103
Quadro 6 – Percepção da gestão municipal e comtur sobre a relação dos moradores com o público turista.....	107
Tabela 5 – Participação dos trabalhadores usuários da assistencial de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, na política de turismo da cidade .	111
Gráfico 3 – Motivo pelos quais os trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, não consideram o turismo da cidade inclusivo	113
Quadro 7 – Avaliação dos gestores e conselheiros sobre se os moradores têm acesso de forma igualitária ao turista às atividades turísticas da cidade	115
Quadro 8 – Perfil dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo.....	136

Tabela 6 – Perfil dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, inseridos no cadúnico	135
Tabela 7 - Expectativas dos trabalhadores migrantes usuários da assistência social de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, com relação a realidade encontrada na cidade	138
Quadro 9 – Situação dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, com relação à moradia	139
Tabela 8 - Avaliação dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, quanto à cidade e seus recursos.....	143
Gráfico 5 – Acesso dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, a benefícios e programas da assistência social	155

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONJUNTURA EM QUE SE DEU O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO.....	13
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	16
1.3 PERCURSO METODOLÓGICO	21
1.3.1 Universo e Amostra	27
1.3.2 Instrumentos e Técnicas	30
1.3.3 Etapas	34
2 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA PERIFÉRICO: SERIA O TURISMO UMA ESTRATÉGIA REAL DE ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO?	36
3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO: UM PAR (IM)PERFEITO?	80
3.1 O TURISMO E SUAS CONTRADIÇÕES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE GRAMADO.....	87
4 AS PEDRAS NO JARDIM DAS HORTÊNSIAS: AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO MATERIALIZADAS NA VIDA DOS TRABALHADORES USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	119
4.1 POBREZA	119
4.1.1 Pobreza e condições de vida dos trabalhadores usuários da política de assistência social	129
4.1.2 Pobreza e seu enfrentamento: a assistência social como estratégia de resistência dos trabalhadores	145
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	164
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ESTRUTURADO (QUANTI-QUALI) USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	176
APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ESTRUTURADO (QUANTI-QUALI) GESTÃO MUNICIPAL	183
APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ESTRUTURADO (QUANTI-QUALI) COMTUR (MEMBROS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS)	188
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL	192
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	193

APÊNDICE F – CARTA DE AUTORIZAÇÃO (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE GRAMADO/RS).....	195
APÊNDICE G – CARTA DE AUTORIZAÇÃO (SECRETARIA DE GOVERNANÇA)	196
APÊNDICE H – CARTA DE AUTORIZAÇÃO (SECRETARIA DE TURISMO)	197
APÊNDICE I – CARTA DE AUTORIZAÇÃO (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).....	198

1 INTRODUÇÃO

Para que se possa lançar luz à discussão que nos propomos a fazer neste estudo, inicialmente realizaremos a contextualização conjuntural em que se desenvolveu a pesquisa, pois a partir da direção teórico-metodológica adotada no estudo, qual seja o método materialista dialético histórico, entende-se que, para conhecer o objeto e desnudá-lo de sua aparência e intervir nele, é necessário este movimento.

Assim, esse capítulo apresentará, além da análise conjuntural em que se deu o estudo, o percurso metodológico que o embasa, expondo o problema de pesquisa, os objetivos, as técnicas de pesquisa utilizadas e a metodologia que sustentou e direcionou a nossa investigação.

O capítulo 2 traz para a discussão a trajetória histórica do desenvolvimento capitalista do país e os modelos de desenvolvimento adotados pelo Estado, assim como a interferência das organizações internacionais e o seu papel nos países periféricos como o Brasil no alcance do desenvolvimento, dialogando com a trajetória do turismo no país, tido como atividade econômica estratégica de desenvolvimento de muitas cidades, impulsionado pelo Estado capitalista.

O capítulo 3 discute o turismo, suas contradições e rebatimentos para os trabalhadores¹, trazendo a particularidade do turismo de Gramado para o debate, cenário de nossa pesquisa, articulando fundamentação teórica com a análise documental e dados coletados junto aos sujeitos de pesquisa. Destaca-se que a discussão sobre o turismo que iremos desenvolver neste capítulo partirá do recorte temporal do ano de 2008, visto que este é o período da última atualização da Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2008) no Brasil.

Já o capítulo 4 abordará a pobreza e suas refrações, agravada pelos modelos de desenvolvimento adotados pelo país e também pelas contradições do modelo de turismo hegemônico, tendo a assistência social como lócus privilegiado do estudo e

¹ Aquele que vende a sua força de trabalho no mercado em troca de salário para a manutenção de sua reprodução social. Grupos sociais subalternos, nos termos de Gramsci, enquanto agrupamentos, submetidos à exploração e à opressão da classe dominante. Sendo esse um universo muito amplo e complexo (DEL ROIO, 2007), nessa dissertação enfocaremos os trabalhadores que são usuários da Política de Assistência Social. Destaca-se que o assistente social tem o compromisso ético com os trabalhadores, segundo o Código de Ética Profissional do Assistente Social, Lei n. 8.662 (BRASIL, 1993).

de atendimento aos trabalhadores que têm materializadas em suas condições de vida as consequências dessas contradições.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais na perspectiva de responder ao problema de pesquisa e as questões norteadoras que direcionaram o estudo. Nesse sentido, a partir dos achados da pesquisa, serão elencadas proposições e estratégias de resistência que possam contribuir para o movimento e a transformação da realidade posta.

1.1 CONJUNTURA EM QUE SE DEU O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

O desenvolvimento capitalista nas duas últimas décadas, período em que se dá a análise desse estudo, tem como contexto conjuntural a crise orgânica do capital, uma das maiores instabilidades do capitalismo desde a década de 1930, uma vez que “atingiu com força os grandes bancos e se desdobrou, a partir de 2011, em renovada ofensiva imperialista contra os trabalhadores e os povos” (DEL ROIO, 2020, p. 8).

Para Grespan (2009), a saída para tamanha crise deveria seguir na direção da criação de padrões equivalentes ao “Estado de Bem-Estar”, acompanhada de uma nova divisão internacional do trabalho. Porém, no contexto do modo de produção capitalista, as dificuldades de criação de um novo modelo de desenvolvimento, baseado em políticas de Bem-Estar, torna esta saída um tanto improvável.

Com a mundialização do capital e a sua financeirização, o domínio do poder, e nessa dominação inclui-se o Estado, está nas mãos do capital internacional e financeiro, que segundo Iamamoto (2008, p. 107), vem assumindo “o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais”, envolvendo “a economia e a sociedade, a política, e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais”.

A soberania do capital financeiro pôde ser evidenciada ainda mais no contexto da Pandemia de COVID-19², uma das maiores crises sanitárias da história, com 585.846 mil mortes até o dia 10 de setembro de 2021, onde de um lado, grandes bancos e empresas multinacionais rapidamente conseguiram superar suas

² Do inglês “*Coronavirus Disease 2019*”.

perdas, uma vez que, de acordo com Brettas (2020, p. 186), “a concentração e centralização do capital, acentuadas em períodos de crise, fortalecem o capital financeiro – forma de ser do capital mais afeita à flexibilidade”.

De outro, a camada mais empobrecida da população ainda sente as consequências da crise, que sem acesso às condições básicas de sobrevivência, como alimento e moradia, amargam na luta pela sobrevivência. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) elucidam esta realidade, onde o número de pessoas desempregadas chegou a 14,1 milhões de pessoas em outubro de 2020, havendo um aumento do número de trabalhadores informais que chegou, ao período, representar 38,8% da população ocupada, situação que traz implicações na proteção e garantia de direitos dos trabalhadores que, conforme Jappe *et al.* (2020), quando passar o pico da pandemia, nos depararemos com uma luta “titânica” para ver quem pagará as contas do colapso instaurado durante esse período onde, enquanto uns enriquecem, outros padecem na miséria. Diante do que se vem assistindo, já parece nítido quem está arcando e quem arcará com os custos da atual crise.

De acordo com um estudo da Oxfam Brasil (2020, n.p.), há uma elite que se mantém imune ao contágio da crise econômica, pois

[...] oito novos bilionários surgiram na América Latina e Caribe, ou seja, pessoas cujos patrimônios superam um bilhão de dólares. As pessoas muito ricas aumentaram sua fortuna em US\$ 48,2 bilhões desde março de 2020.

Esse estudo revela ainda que, são de fato os mais vulneráveis também os mais atingidos pela Pandemia, porque “cerca da metade da população ganha para garantir o dia e a informalidade é a realidade do mercado, a opção é se expor ao contágio ou morrer de fome” (OXFAM BRASIL, 2020, n.p.).

Somado a esse contexto, no Brasil, o quadro é agravado pelo avanço de ideias negacionistas e conservadoras fomentadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, materializadas em seu discurso moralista, de cunho religioso e de preservação dos interesses individuais, que direcionam e interferem nas ações do Estado para salvaguardar os interesses do capital, numa agenda que, segundo Behring (2021, p. 245) é a da “economia acima da vida, dos lucros acima da vida, enfim, do efetivo desprezo pela vida”.

Para Jappe *et al.* (2020), houve em alguns países, como é o caso do Brasil, divergências entre o governo federal e de alguns estados com relação aos cuidados de prevenção ao vírus, visto que a União negou e continua negando protocolos científicos de proteção, desinformando a população e ainda convocando seus apoiadores políticos à “desobediência civil e à rebelião”.

Assim, a política do atual governo perpassa ainda pela inobservância aos princípios constitucionais e pela desvalorização e desrespeito à dignidade humana, uma vez que tenta minimizar as necessidades humanas e toda a sua totalidade, impondo uma política de valorização do ter sobre o ser.

Dessa maneira, os ideais neoconservadores que se impõem à sociedade pelo atual governo ganham novas roupagens e, nesse sentido, Keller (2019, p. 115) argumenta que a realidade que se apresenta atualmente é

[...] o fortalecimento de algumas manifestações fenomênicas particulares, que permitem traçar o perfil do conservadorismo brasileiro atual, como: a) Militarista: aquela denominada “bancada da bala”, que comanda a crítica aos direitos humanos, defende a volta da ditadura militar, e tem como seu maior representante o agora presidente eleito Jair Bolsonaro [...] b) Evangélica que leva para o espaço público aquilo que considera valores sagrados, a exemplo da família, e faz críticas a pautas de reconhecimento (gênero, raça etc.) [...] c) Liberal: aqueles que fazem a defesa do livre-mercado e criticam programas sociais.

Dentro desse contexto, na atual conjuntura econômica, política e social do país, onde há a investida desmedida do conservadorismo e do neoliberalismo, as políticas públicas são conduzidas objetivando um “desenvolvimento”, cujo plano é atender aos interesses individuais e não coletivos e garantir os avultados lucros do grande capital, dos grandes latifundiários em detrimento dos trabalhadores, alijando-os ainda mais de seus direitos e suprimindo velozmente as políticas sociais que poderiam contribuir neste contexto de crise para a promoção de um maior bem-estar da população, mas que não ocorreu porque, de acordo com Senna, Maior e Baldo (2021, p. 74) “esbarrou na ausência de uma agenda social do governo federal e no desmonte das políticas sociais instituídas pela Constituição Federal de 1988”.

Nesse contexto, acabamos nos tornando expectadores e vítimas da barbárie do capitalismo e de um Estado que vem consumindo a vida das pessoas em seu mais amplo sentido. As que permanecem e conseguem sobreviver em meio ao caos, buscam cotidianamente a tentativa pelo seu sustento.

Contudo, podemos dizer que estamos diante de tempos sombrios, momentos esses que, segundo Behring (2021, p. 243), trazem consigo “inúmeros indícios de perda de humanidade, de embrutecimento, que marcam as respostas da sociedade e do Estado à pandemia no Brasil”. É neste contexto histórico conjuntural em que se desenvolveu o estudo que será apresentado a seguir.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A dinâmica do modo de produção capitalista e sua forma de operar na sociedade faz com que tudo o que entre no circuito do capital se transforme em mercadoria em prol de sua reprodução. Nesse sentido, podemos citar as políticas sociais, os espaços das cidades, o trabalho, a natureza, o turismo etc.

O interesse pelo tema proposto nesta dissertação partiu de inquietações provocadas a partir dos atendimentos que realizamos durante oito anos como assistente social em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Gramado, no Rio Grande do Sul (RS). As expressões da questão social³ vivenciadas e trazidas pelos usuários desta política e a dificuldade de sobrevivência desses indivíduos em uma cidade turística que preza pelo “belo” e pelo “fantástico” passam despercebidas para quem visita a cidade e circula pelo centro, conhecido como “shopping a céu aberto” ou ainda como a “cidade europeia do Brasil”, mas não para quem concretamente vivencia e sofre com a ausência de acesso a recursos públicos básicos, como saneamento e água.

Vale ressaltar que a cidade turística cenário de nossa investigação mostra-se, de um lado, o destino desejado de muitos turistas e de outro, o espaço do movimento da vida de quem o habita, do cotidiano⁴, onde se estabelecem as

³ A questão social é compreendida “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. [...] Questão Social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2004, p. 27-28).

⁴ Para trazer aqui a ideia de cotidiano partimos do conceito de José Paulo Netto (2012, p. 24-25) que afirma que o cotidiano é “a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica que possamos analisar. Não existe vida humana sem o cotidiano e a cotidianidade. O cotidiano está presente em todas as esferas de vida do indivíduo, seja no trabalho, na vida familiar, nas suas relações sociais, lazer etc. [...] A esfera do cotidiano é uma esfera precisa; é a esfera do homem concreto. A objetivação que se passa no cotidiano é aquela em que o homem faz do mundo o seu ambiente imediato”.

relações, a reprodução social dos usuários e a disputa de classes que o turismo sofisticado tenta ocultar.

O interesse pelo tema ultrapassa os limites do território de Gramado e ganha amplitude quando verificamos que o turismo no contexto da mundialização do capital vem ganhando capacidade de se expandir, exercendo um papel de extrema importância no que diz respeito ao aumento das receitas de muitas cidades do Brasil e do mundo. Ao mesmo tempo em que o turismo vem sendo inserido em discussões no sentido de colocá-lo como estratégia de desenvolvimento das cidades, contraditoriamente, no contexto do capitalismo globalizado, vem tendo um papel de destaque para a acumulação do capital, trazendo rebatimentos para o público que acessa a assistência social.

Em 2008, é promulgada a última atualização da Política Nacional de Turismo (PNT) através da Lei n. 11.771 (BRASIL, 2008), a qual abarca em seu texto questões relevantes para a população no sentido da democratização desta atividade e do seu acesso, da redução das disparidades sociais e econômicas regionais, promoção de um turismo sustentável etc. Nesse contexto, o turismo enquanto política pública assume um papel importante para o desenvolvimento da cidade, para a redução da pobreza e da desigualdade, mas será que de fato é isso o que acontece? Qual o verdadeiro sentido da democratização do turismo?

Conforme sinaliza Coriolano (2005), no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, grupos e pessoas têm a possibilidade de usufruírem dos recursos ofertados pelo mercado que, segundo a autora, são essenciais à satisfação das necessidades impostas e ampliadas pela lógica do consumo, mas também, contraditoriamente, nega a muitos a oportunidade deste acesso, como é o caso do direito ao turismo preconizado pela própria Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2008).

É nesse contexto que o turismo de Gramado se insere, pois não está alheio às consequências da mundialização do capital e de seus fetiches. Nesse sentido, o direito de ir e vir, de usufruir da cidade e de seus espaços públicos, das belezas e atrações turísticas que esta cidade oferece é de fato um direito de todos? Afinal, a cidade está sendo pensada para quê e para quem?

Gramado, palco de nossa investigação, que está localizada na região das hortênsias possui, de acordo com o IBGE (2019), aproximadamente 36 mil habitantes, sendo a maior parte da população urbana, cerca de 30 mil. De acordo

com informações da Secretaria de Turismo de Gramado, a cidade recebe anualmente cerca de 6,5 milhões de visitantes, em torno de 180 vezes o número de habitantes e tem no turismo a sua maior fonte de arrecadação, já que 90% das receitas do município advêm da atividade turística.

Este território torna-se atrativo pelos grandes eventos que realiza, como o Natal Luz e Festival de Cinema, sendo também palco de congressos e eventos nacionais e internacionais. Além do brilho e beleza da cidade inspirada no estilo europeu, é conhecida e visitada pela natureza exuberante dos parques, pela gastronomia e pelos festivais e serviços turísticos requintados.

A cidade possui particularidades que a diferencia de outras cidades turísticas, que se tornam atrativas pelas belezas naturais e culturais, sem, contudo, terem uma preocupação em mascarar a “questão social”. Gramado, por sua vez, parece focar na manutenção das aparências, onde procura vender uma imagem de que não há problemas sociais na cidade, ou seja, as pedras no jardim das hortênsias devem ser ocultadas para não prejudicar a sua beleza.

Tal situação pode ser verificada na fala dos conselheiros municipais de turismo entrevistados que, ao responderem à uma questão sobre as vulnerabilidades sociais e turismo, disseram:

Felizmente em Gramado nós não temos uma questão muito vistosa com relação a moradores de rua e com relação a qualidade de moradia das pessoas e a questão da vulnerabilidade, a verdade é que é pouco perceptível, é pouco percebida, parece que fica meio maquiado (CONSELHEIRO MUNICIPAL G).

A fala evidencia que as expressões da questão social, de fato, ficam ocultas na cidade, dando a falsa ideia de que não há problemas sociais, e que estes, segundo a declaração do entrevistado, são “maquiadas”. Situação que reforça a declaração do outro conselheiro municipal entrevistado que traz que as expressões da questão social prejudicam a imagem de Gramado, “até porque a própria estética da cidade ela fica prejudicada no momento em que existe Cracolândia, morador de rua, coisas assim, que são coisas que realmente o turista não quer encontrar no seu passeio” (CONSELHEIRO MUNICIPAL G).

Ainda sobre o mundo das aparências no jardim das hortênsias e a sua relação com as expressões da questão social, um dos gestores também trouxe em sua fala que as questões sociais não condizem com a imagem da cidade que é

vendida no mercado turístico. Ele traz como exemplo a questão dos indígenas, que periodicamente vêm a Gramado para venderem seus artesanatos:

Essa questão dos índios [...] eles fazem um jogo ruim também com a gente aqui da comunidade, completamente expostos com as crianças e tudo mais e a gente dá condição para eles, mas eles não querem aquelas condições, eles querem ficar bem no meio da cidade com as crianças em dia frio, de pé descalço pedindo esmola, isso não é cara de Gramado (GESTÃO MUNICIPAL T).

Assim, o cenário apresentado nos instigou a lançar nossa proposta de investigação no sentido de desvelar as contradições que permeiam e envolvem o mundo do turismo pois, de um lado, se apresenta como uma importante atividade que gera empregos e traz divisas para a cidade. Por outro lado, se apresenta como cenário fantasioso vendido no mercado, cujo resultado desta venda é sentido por aqueles que atuam neste campo. Portanto, o espaço da cidade ocupado pelo turismo torna-se o espaço das contradições, de estruturas hegemônicas de dominação, de disputas e luta de classes e de resistências cotidianas dos trabalhadores usuários da assistência social, onde:

[...] o direito de ter direito é expresso ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar (KOGA, 2011, p. 33).

Essas questões fazem da temática do turismo um desafio à profissão que pouco tem se dedicado e contribuído com as discussões relacionadas à esta atividade, suas contradições e rebatimentos nas condições de vida dos trabalhadores, uma vez que, segundo Coriolano (2006, p. 230), “nesta atividade há a contradição básica desse modo de produzir⁵ ao oferecer lazer para alguns, explorando o trabalho de muitos”.

Por esse motivo, entende-se que se faz necessário colocarmos o turismo na pauta das discussões da categoria profissional e lançarmos o nosso olhar sobre esta temática que envolve os trabalhadores, as políticas públicas e o acesso a direitos e, assim, ocuparmos os espaços de discussão no sentido de contribuirmos para a produção de conhecimento acerca da temática, como propõe este estudo.

Propomo-nos então ao desafio de discutir esse tema, visto a carência de

⁵ O modo de produzir que a autora se refere é o modo de produção capitalista e suas estratégias de obtenção de lucros e ampliação da acumulação.

produções que pôde ser evidenciada ao se realizar o estudo da arte, com o intuito de verificar as produções da categoria profissional sobre a temática do turismo. Das 8.519 publicações em periódicos⁶ da área, foram localizadas apenas sete que abordam a temática do turismo. Já com relação à pesquisa de dissertações e teses, foram encontradas 11 publicações, sendo a mais recente do ano de 2012. Com relação às publicações em livros que tratem da temática do turismo produzidas pelo Serviço Social, não foram localizadas produções.

Assim, visto a escassez de estudos sobre o turismo na área do Serviço Social no Brasil, torna-se de fundamental importância para a profissão o debate sobre esse tema, já que o turismo é uma atividade que, no contexto da mundialização do capital, vem crescendo e ocupando os espaços da cidade, interferindo nas políticas sociais, na vida e nas relações de produção e reprodução social dos trabalhadores, que acabam entrando no circuito do capital para produzir riqueza, mas não para si, e sim para aqueles que detêm o poder no campo do turismo.

Dessa maneira, lançamos com esse estudo o desafio de adentrar nessa discussão e contribuir com a produção de conhecimento na área do Serviço Social e também contribuir com processos de transformação social que se iniciam no cotidiano e no espaço da comunidade. Portanto, entende-se que esta dissertação é também um instrumento de resistência e de luta que se opõe aos interesses do capital que vem mercantilizando o turismo em favor de poucos.

Ressalta-se que o que está em discussão não é a crítica ao turismo, pois não se nega a sua importância enquanto atividade econômica e de lazer para as pessoas. Também não estamos discutindo o direito ao turismo, até porque um morador não excursiona em sua própria cidade pois, para que isso aconteça, “é necessário que ocorra uma viagem fora do lugar de residência” (CORIOLANO, 2006, p. 44), assim, a viagem é essencial para que ocorra o turismo. Já os motivos podem ser variados, como lazer, negócios, aprendizado etc.

No entanto, nossa discussão perpassa pelo debate do acesso e direito aos espaços públicos da cidade e quem de fato acessa esses locais e também o acesso

⁶ As revistas pesquisadas foram as seguintes: *Temporális*, *Serviço Social e Sociedade*, *Serviço Social e Realidade*, *Praia Vermelha*, *Textos e Contextos* (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS), *Katálisis*, *Argumentum*, *Políticas Públicas*, *Em Pauta*, *Ser Social*, *Serviço Social em Revista*, *Libertas*, *Serviço Social em Questão*, *Direito*, *Trabalho e Política Social*, *Sociedade em Debate* e *Oikos*. Também foi feita busca no Google de publicações da área sobre o tema turismo e não foram localizados estudos com publicações em livros. Já a busca de dissertações e teses se deu através de pesquisa a partir do catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

às atrações e atividades existentes nela, pois o turismo é “uma abstração, o que existe são os lugares e o que eles possuem transformados em atrativos turísticos naturais e culturais a serem **usufruídos pelas populações locais e viajantes**” (CORIOLANO, 2006, p. 40, grifo nosso), portanto, de acesso a todos. Pretende-se então, debater a posição ocupada pelos sujeitos residentes da cidade e quem de fato é priorizado nas ações do poder público: o cidadão ou o consumidor?

Nossa discussão também perpassa pelo papel do Estado nesse contexto e a necessidade de articulação de diferentes políticas públicas para dar conta dos rebatimentos do turismo nas condições de vida da comunidade residente e, nesse sentido, entende-se que a gestão pública deve ter a compreensão do todo da cidade e da dinâmica que envolve a principal atividade econômica que a sustenta. Portanto, a compreensão da cidade enquanto **totalidade** social é fundamental.

Dessa forma, entende-se a importância de o poder público lançar estratégias de escuta e envolvimento da comunidade nas ações que envolvem o turismo, pois são as pessoas que residem na cidade, migrantes ou não, que fazem a história e constroem a identidade do local, bem como geram a riqueza que nela circula e a movimenta.

Assim, o item a seguir mostra a caminhada metodológica utilizada nesta investigação para desvelar as contradições e rebatimentos do turismo nas condições de vida dos trabalhadores usuários da assistência social.

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

Essa pesquisa objetiva desvendar os efeitos do turismo nas condições de vida dos trabalhadores que recorrem à política de assistência social em contexto de desenvolvimento capitalista, visando contribuir com subsídios para esse debate e dar maior visibilidade ao tema.

O Problema de Pesquisa é: quais os efeitos do turismo, inserido no contexto das determinações sócio-históricas do processo de desenvolvimento capitalista, nas condições de vida dos usuários da assistência social?

No quadro abaixo, estão as questões norteadoras do estudo, assim como os objetivos específicos, que dizem respeito aos resultados que o estudo pretende alcançar.

Quadro 1 – Questões norteadoras e objetivos específicos

Questões Norteadoras	Objetivos Específicos
1 – Qual a relação entre as determinações sócio-históricas do processo de desenvolvimento capitalista e o turismo no Brasil?	1 – Analisar a relação entre as determinações sócio-históricas do processo de desenvolvimento capitalista e o turismo no Brasil para desvelar as contradições que permeiam esta atividade.
2 – Qual a percepção dos cidadãos usuários da assistência social, gestores e conselheiros quanto ao Desenvolvimento e a Política Municipal de Turismo em Gramado?	2 – Avaliar a percepção dos cidadãos usuários da assistência social, gestores e conselheiros quanto ao Desenvolvimento e a Política Municipal de Turismo em Gramado, para verificar o papel do turismo no desenvolvimento e o lugar da comunidade nesse processo.
3 – Quais as condições de vida dos trabalhadores no ramo do turismo na cidade de Gramado que buscam o serviço da política de assistência social?	3 – Analisar as condições de vida dos trabalhadores no ramo do turismo na cidade de Gramado que buscam o serviço da política de assistência social para verificar seus rebatimentos na vida desses usuários e, assim, poder dar voz à essa população.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A pesquisa parte da vivência concreta, buscando expor essa realidade, seu movimento e as contradições que a permeiam através do método materialista dialético histórico que possibilita conhecer e desvelar a realidade.

A metodologia utilizada nos permite ir além das aparências, possibilitando uma discussão aprofundada acerca do tema, permitindo-nos realizar um movimento dialético que vai do universal ao particular, viabilizando a realização de uma leitura de realidade local, crítica e contextualizada. Cabe ressaltar que a metodologia, de acordo com Prates (2016, p. 117), é onde:

Além de aprofundarmos as questões relativas ao método que fundamenta nossa investigação e discorrermos sobre o tipo de pesquisa que vamos realizar nossas opções quanto a instrumentais, definindo-os teoricamente e explicitando suas características, precisamos apresentar, da mesma maneira mais pormenorizada possível, cada etapa do estudo, desde a elaboração dos instrumentos, roteiros, orientações, às testagens, coletas de dados e procedimentos para realiza-las até a organização, representação e análise dos dados.

Desse modo, o estudo propôs-se a apontar caminhos e alternativas para os problemas e questionamentos que se apresentam na sociedade. No caso da nossa pesquisa, captar o movimento contraditório do turismo inserido no contexto sócio-

histórico do desenvolvimento capitalista e seus rebatimentos para os usuários da assistência social.

Com vistas à obtenção de respostas ao problema da pesquisa, utilizamos o método materialista dialético histórico que, para Netto (2011, p. 53),

[...] implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações.

A dialética, segundo Kosik (2002, p. 13), “trata da ‘coisa em si’, mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem”. Portanto, a realidade que se apresenta, aparentemente, esconde outras vivências que são mascaradas pelo mundo da aparência, onde a dialética:

[...] é pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. [...] O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real (KOSIK, 2002, p. 20).

Nesta pesquisa, utilizamos as categorias explicativas da realidade que, conforme Prates (2016), são utilizadas para identificar fenômenos que nos auxiliam a explicar o nosso problema de pesquisa. Nesse estudo, foram usadas três categorias vinculadas ao tema proposto, conceituadas e desenvolvidas no corpo do trabalho. São elas: desenvolvimento, turismo e pobreza.

Também contamos com as categorias do método, imprescindíveis para dar conta do objeto de estudo e da complexidade que o permeiam: **totalidade**, **contradição**, **historicidade** e **mediação**, as quais subsidiaram a análise e o desocultamento da realidade em seu processo histórico e dialético.

[As] categorias podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade; ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos (PRATES, 2016, p. 117).

No que diz respeito à categoria **totalidade**, esta não significa somente um todo sem relação, sem conexão, isolado, mas um conjunto em movimento, articulado. Assim,

[...] analisar um fenômeno, uma situação concreta, à luz da totalidade, não significa exaurir todos os fatos, mas problematizá-los de forma inter-relacionada, buscando as determinações que uns tem sobre os outros para melhor interpretar a realidade (PRATES, 2005, p. 134).

Logo, a realidade pressupõe totalidade, que é

complexa constituída de outros complexos, atravessada pela negatividade, a qual tensiona as relações entre seus 'elementos' constitutivos. A totalidade é essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos em interação mútua, possuem um imanente movimento (PONTES, 2008, p. 81).

De acordo com Kosik (2006, p. 44), “a totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, no qual ou do qual um fator qualquer [...] pode vir a ser compreendido”.

No estudo proposto, pretendemos desvendar as **contradições** que cercam o objeto de pesquisa, sendo imprescindível identificar e analisar os opostos, visto que, para haver riqueza, é necessário pobreza, quando há ganhadores há também os perdedores. Quando no capitalismo, existe a inclusão de poucos e há a exclusão de muitos, onde tem dominação, há, por outro lado, os que são dominados e essas contradições permeiam o objeto deste estudo.

Conforme Konder (2008, p. 47), “as conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias. Em tais unidades, a contradição é essencial”. Segundo Prates (2005, p. 136), a contradição é “mais do que uma relação de exclusão, é uma inclusão plena, concreta dos contrários – uma negação inclusiva”. De acordo com Konder (2008), a contradição pressupõe o princípio básico do movimento responsável pela existência dos seres.

A **historicidade** articulada com as demais categorias que compõe e dá vida a este movimento, é para a dialética:

[...] como unidade de absoluto no relativo e de relativo no absoluto, como um processo em que o humano, o universal e o absoluto se apresentam seja sob aspecto de um pressuposto geral, seja também sob o de um resultado histórico particular (KOSIK, 2006, p. 145).

Para Prates (2005), a historicidade compõe a realidade e se constitui no movimento que realizam os sujeitos ou instituições. É da processualidade que existe na história que os constituem, portanto:

A história é história apenas enquanto abrange, juntamente com a historicização segundo o condicionamento, também a historicidade do real:

porque ela abrange tanto a historicidade condicionada que passa, cai no passado e não retorna, quanto a historicidade funcionante, a criação daquilo que não passa, daquilo que cria e se produz (KOSIK, 2006, p. 145).

A **mediação** “procura apreender o fenômeno na articulação de relações com os demais fenômenos e no conjunto das manifestações daquela realidade da qual ele faz parte, seja como fenômeno essencial ou não” (PRATES, 2005, p. 138). As “mediações são expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí recorrentes, nas várias formações sócio humanas que a história registrou” (PONTES, 2008, p. 78).

Contudo, a utilização de tais categorias do método na investigação são imprescindíveis para explicar e desvendar a dinamicidade da realidade para que, a partir de uma leitura crítica dela, se possa propor intervenções capazes de transformá-la. De acordo com Prates (2016, p. 118):

[...] a análise da realidade é necessária ao processo interventivo, porém, mais do que contribuir para o processo de análise, o método aporta elementos que nos auxiliam a intervir, exatamente porque suas categorias fundamentais emanam da realidade.

A “dialética é o pensamento crítico que se propõe a superar a pseudoconcreticidade para alcançar a concreticidade”, superando, dessa forma, mediações de cunho imediatista e fatalista (PRATES, 2016, p. 134). Para Minayo (2002, p. 24), a abordagem dialética “propõe abarcar os sistemas de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados”.

Além disso, a imprescindibilidade da utilização do método materialista dialético histórico na investigação se dá pelo fato deste método fundamentar a direção política do Serviço Social e conduzir o projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que orientam a práxis da profissão. Segundo Mota (2016, p. 167), também marca uma ruptura com as origens tradicionais da profissão, “possibilitando o surgimento de uma cultura e ideologia profissionais de esquerda que, dialeticamente, negam as investidas do conhecido conservadorismo burguês”.

No entanto, o método materialista dialético histórico, apesar de ser hegemônico na profissão, não é unânime e nem homogêneo “talvez hoje mais do que nunca, o Serviço Social tem sofrido importantes inflexões, decorrentes do avanço do conservadorismo” (PAIVA; HILLESHEIM, 2016, p. 244), tendo em vista

que as tendências conservadoras vão à contramão do projeto ético-político profissional, norteadas pelo método de Marx.

Essas tendências que vêm permeando a profissão com práticas profissionais pragmáticas e meramente tecnicistas que embaçam a totalidade e o movimento da realidade e que, portanto, não permitem desvelar as contradições e os fetiches produzidos pelo modo de produção capitalista. Sobre esse fato, Iamamoto (2008) nos faz refletir que hoje, a emergência dessas práticas tem relação direta com o atual contexto capitalista de mundialização e internacionalização do capital e as novas estratégias de reestruturação produtiva. A autora ainda explica que:

A tensão se expressa agora ante a **racionalidade técnica que preside o saber o teor instrumental assumido pela razão moderna**, ao tornar imediata a relação entre tecnologia e sociedade (leia-se tecnologia e mercado), em detrimento de uma relação crítico-reflexiva, com suas necessárias implicações éticas (IAMAMOTO, 2008, p. 450, grifo da autora).

Na contramão dessas tendências, nos mantemos firmes ao compromisso e posicionamento ético que têm os assistentes sociais com o conjunto dos trabalhadores e a defesa de seus direitos, constituindo-se como um dos princípios éticos fundamentais a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos dos trabalhadores” (BRASIL, 1993, n.p.).

Este compromisso faz com que seja pertinente e de interesse à profissão estudar o turismo, uma vez que este tema tem relação direta com acesso a direitos, com os rebatimentos desta atividade nas condições de vida dos usuários e com as políticas sociais que dialogam com a política de turismo. Nesse sentido, pretendemos que, através das mediações que serão feitas com a população por meio da devolutiva deste estudo, possamos contribuir para o fortalecimento de processos sociais emancipatórios da população que, através de movimentos de resistência, lutam contra a dominação que permeia as relações de trabalho do ramo.

Em suma, a utilização do método dialético crítico na investigação possibilita contribuir para o fortalecimento e protagonismo dos sujeitos, superar estigmas e preconceitos presentes na sociedade capitalista, subsidiar de forma contextualizada políticas públicas, visando a transformação social (PRATES, 2016).

A pesquisa proposta classificou-se como **exploratória descritiva**, tendo por objetivo descrever completamente o fenômeno que nelas:

Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas. [...] Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência os procedimentos de amostragem são mais flexíveis (MARCONI; LAKATOS, 2018, p. 78).

Esse tipo de pesquisa tem a finalidade de descrever as características de um grupo ou comunidade. Assim, o que pretendemos é ir além da identificação da relação entre as variáveis: é determinar a natureza dessa relação, assim, “tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa” (GIL, 2010, p. 28).

O enfoque da pesquisa foi misto (quanti-qualitativo) que, considerando as características de cada tipo de pesquisa, entendemos que a relação de ambas se faz necessária para a realização de uma investigação ampla e aprofundada do objeto de estudo. De acordo com Prates (2012, p. 123), “a articulação de dados dos dois tipos, são mais coerentes com o método marxiano de investigação, que ressalta essa relação como necessária”.

Ainda com relação à importância da complementariedade de ambos os tipos de pesquisa, Minayo (2002, p. 22) explica que o “conjunto de dados quantitativos e qualitativos [...] não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Conforme Creswell (2016), ao reconhecer as limitações dos diferentes tipos de pesquisa, os pesquisadores entenderam que os vieses específicos poderiam neutralizar ou cancelar os vieses de outros. Foi assim que surgiu a triangulação das fontes dos dados como alternativa para a convergência. O autor comenta que “os dados qualitativos e quantitativos podem ser unidos em grande bloco de dados ou os resultados usados lado a lado para reforçar um ao outro (p. ex., citações qualitativas corroboram resultados estatísticos)” (CRESWELL, 2016, p. 39).

Os dados para a pesquisa qualitativa e quantitativa foram obtidos a partir do banco de dados gerado na coleta de dados direta (sujeitos de pesquisa) e indireta (documentos e leis), conforme descrito no item a seguir.

1.3.1 Universo e Amostra

O **universo** dos usuários da assistência social do município de Gramado corresponde a aproximadamente 5.526 usuários referenciados. Em relação à gestão municipal, a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Governança são compostas por

2 gestores cada (um secretário e um secretário adjunto) e ambos possuíam cargos em comissão. Com relação ao Conselho Municipal do Turismo (COMTUR), o universo corresponde a 15 membros titulares, tendo sido entrevistados dois conselheiros, um governamental e outro não governamental.

No que diz respeito à **amostra**, optou-se pela **não probabilista intencional**, que possibilita ao investigador a escolha dos elementos da amostra de acordo com critérios do próprio cientista, levando-se em consideração os objetivos da pesquisa. Neste tipo de amostra, o pesquisador:

[...] está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela. [...] O pesquisador não se dirige, portanto, à massa, isto é, a elementos representativos da população em geral, mas aqueles que segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade (MARCONI; LAKATOS, 2018, p. 42).

Justifica-se ainda este tipo de amostra pelo fato de que não seria factível realizar a pesquisa com toda a população da cidade de Gramado. Por esse motivo, optou-se pelo recorte do público da assistência social, tornando possível a realização das entrevistas e ainda pelo fato de que este público é o que tem em suas condições de vida a materialização das contradições inerentes ao campo do turismo, pois em uma investigação, quando se deseja captar informações sobre diferentes aspectos de um grupo grande “verifica-se, muitas vezes, ser praticamente impossível fazer o levantamento do todo. Daí a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população ou universo” (MARCONI; LAKATOS, 2018, p. 29).

A amostra do presente estudo foi composta por 10 usuários da Assistência Social de Gramado/RS; 1 gestor da secretaria de turismo; 1 gestor da secretaria de governança; 2 membros do Conselho Municipal do Turismo (COMTUR), sendo um governamental e um não governamental.

Os 10 usuários da Assistência Social foram previamente selecionados conforme critérios de inclusão, quais sejam: ser maior de idade; ter aceitado o termo de consentimento livre e esclarecido; ser usuário da assistência social e ter sido atendido pelas equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Gramado; ter experiência de trabalho formal ou informal no turismo.

A opção por este recorte de público deu-se pelo fato de tornar as entrevistas factíveis de serem realizadas, uma vez que a pesquisadora atua como profissional assistente social em um dos Centros de Referência de Assistência Social do município de Gramado/RS. Essa delimitação viabilizou o acesso aos sistemas de informação, como por exemplo, o Cadastro Único e usuários que acessam os serviços.

Para a seleção dos usuários da assistência social, foi necessário dialogar com as equipes de referência dos serviços, a fim de que fossem indicados por eles participantes cujo perfil dialogasse com os critérios de inclusão descritos. Durante os atendimentos das equipes técnicas (assistentes sociais, psicólogos e terapeuta ocupacional), os usuários foram convidados e questionados sobre o desejo de participar da entrevista e colaborar com o estudo. Os que aceitaram, assinaram o Termo de Consentimento Livre e foram orientados quanto ao estudo e seus objetivos, bem como quanto a questões relativas ao sigilo e preservação das informações prestadas na entrevista, utilizadas para fins de conhecimento e produção científica.

O compromisso ético com relação à preservação da identidade dos usuários também fez parte dos esclarecimentos que antecederam as entrevistas. Ainda com relação aos aspectos éticos da pesquisa e preservação do sigilo e identidade dos usuários entrevistados, os instrumentos utilizados foram identificados através de códigos numéricos, sem identificação de nomes.

A opção pelo recorte da assistência social deu-se também em virtude de que o turismo pode promover variadas formas de precarização das relações trabalho e dificuldade de acesso a bens e serviços fundamentais, tendo o trabalhador, nesse contexto, os seus direitos violados, recorrendo à essa política como alternativa e tentativa de garantir sua sobrevivência.

O critério de inclusão para a entrevista com os gestores e conselheiros foi o seguinte: estar como titular na função há pelo menos um ano.

No que diz respeito ao perfil dos entrevistados da gestão municipal: ambos os gestores possuem cargo em comissão, não sendo servidores do quadro efetivo do município, uma vez que cargos de gestão e chefia na administração pública geralmente são ocupados por pessoas com vínculo partidário. Na ocasião da realização das entrevistas, os sujeitos da pesquisa, no que diz respeito à gestão, tinham exatamente esse perfil. Com relação à escolaridade dos gestores

entrevistados, o secretário de governança está cursando Direito e a secretária de turismo possui ensino superior completo em Relações Públicas. Nenhum gestor possui experiência ou participação anterior na gestão pública. A experiência da secretária de turismo se deu por trabalhar na rede hoteleira do município. Já o secretário de governança não possui experiências anteriores na área.

Com relação aos membros do COMTUR, os seguintes perfis foram apresentados: o primeiro membro governamental estava na ocasião da entrevista como secretário de trânsito do município. Antes de assumir o cargo, que também é uma posição em comissão na administração pública, atuou como tenente da polícia militar. Este membro tem ensino médio completo e não possui experiência anterior com turismo.

O segundo membro não governamental representa no Conselho uma entidade que atua na cidade através de ações para o desenvolvimento da região das hortênsias. É graduado em administração e sua experiência com o turismo se deu quando foi secretário de turismo de Gramado e gerente de marketing durante 15 anos em uma das empresas de transporte de turismo do local.

1.3.2 Instrumentos e Técnicas

Para a coleta de dados, utilizamos como técnica da pesquisa qualitativa a **Triangulação** que, de acordo com Triviños (1987, p. 138), “tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude da descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”. Tal método permitiu a realização da análise de conjuntura dirigida a partir dos seguintes enfoques: **da escuta dos sujeitos**, averiguando suas percepções (através de entrevista); de elementos produzidos pelo meio através da **pesquisa documental** e por último, da **revisão bibliográfica**.

Na triangulação, para Creswell (2016, p. 251), é possível que a coleta de dados quantitativa e qualitativa seja feita ao mesmo tempo e que isso ocorrerá em uma fase da pesquisa. Ainda segundo o autor:

Em condições ideais, é atribuído peso igual aos dois métodos, mas na prática, frequentemente um ou outro pode ser priorizado. A combinação durante essa abordagem em geral encontrada em uma seção de interpretação ou de discussão, significa realmente fundir os dados [...] ou integrar ou comparar os resultados dos dois bancos de dados lado a lado.

Para a **escuta dos sujeitos**, a técnica utilizada neste estudo foi a entrevista que, de acordo com Marconi e Lakatos (2018, p. 88), se constitui no “encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”, o que é utilizada na pesquisa social para a coleta de dados.

Para este estudo, utilizamos um tipo de entrevista específico, que é a **entrevista semiestruturada** com questões fechadas e abertas em **formulário estruturado**. A opção por este tipo de entrevista deu-se em virtude de que ela:

[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista semiestruturada é aquela que:

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As questões abertas das entrevistas forneceram informações para a análise qualitativa em profundidade e as questões fechadas subsidiaram a análise quantitativa.

A **pesquisa documental**, que na triangulação se constituem nos elementos produzidos pelo meio, são os documentos internos e externos, instrumentos legais, instrumentos oficiais, como por exemplo, os códigos de ética, memorandos, atas de reuniões, instrumentos estatísticos, como porcentagem de analfabetismo, evasão escolar etc. e fotografias (TRIVIÑOS, 1987). Nesse sentido, analisamos os seguintes documentos:

- Política Municipal de Turismo de Gramado (GRAMADO, 2011);
- Política Nacional de turismo – Lei 11.771 (BRASIL, 2008);
- Plano Nacional do Turismo (2018-2022) (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018);

- Plano Estratégico do Desenvolvimento Regional (COREDE HORTÊNSIAS, 2017);
- Prontuários do CRAS, CREAS e Cadastro Único (CadÚnico).

A delimitação temporal para análise dos documentos será do período de 2008 a 2020, pois marca a promulgação da atual Política Nacional do Turismo (BRASIL, 2008), a qual lança os objetivos e as diretrizes para nortear as ações voltadas à esta atividade.

E, por fim, realizamos o processo de **revisão bibliográfica** que, conforme Triviños (1987, p. 139), são “processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito, refere-se aos modos de produção”. Nesse sentido, a revisão bibliográfica, devido à temática, será acerca do turismo, pobreza e desenvolvimento.

Com vistas à realização da **análise** dos dados quantitativos, foram utilizados recursos e ferramentas disponíveis no programa Excel 2010, como tabelas, fórmulas e gráficos. Para a análise qualitativa, a utilização da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016, p. 35-36), que possui duas funções primordiais, que podem ou não se dissociar:

[...] uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”. Uma função de “*administração da prova*”. Hipóteses sobre a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo “para servir de prova”.

A **análise de conteúdo** tem por objetivo auxiliar no processo de compreensão e interpretação da comunicação e das falas trazidas pelos sujeitos envolvidos na investigação, ultrapassando percepções/interpretações superficiais. Triviños (1987, p. 159-160) comenta que este método, segundo ele e também já colocado por Bardin, se propõe ao estudo:

[...] das motivações, atitudes, valores, tendências e, acrescentamos para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético. Neste caso a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e

funde-se nas características do enfoque dialético.

A análise de conteúdo possui, segundo Bardin, três polos cronológicos: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação.

O primeiro polo cronológico que diz respeito à pré-análise é a organização propriamente dita, que visa tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais. Essa fase, em que é realizada a leitura flutuante dos documentos selecionados, consiste em “estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2016, p. 126).

No segundo polo, ocorre a exploração do material, que é o momento em que serão aplicadas de forma sistemática as decisões que foram tomadas. Consiste “em operações de codificação, de decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016, p. 131).

Já no terceiro polo, são realizados o tratamento e interpretação dos resultados obtidos. Essa fase corresponde ao momento em que os resultados brutos serão tratados para serem significativos e válidos. Trata-se de uma etapa longa e que consiste “essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016, p. 131).

A codificação significa tratar o material e representa uma transformação realizada a partir dos dados brutos do texto, que se dá por recorte e agregação – categorização e numeração (BARDIN, 2016). Na pesquisa, o recorte a ser utilizado será a categorização feita através da análise frequencial e temática.

A categorização corresponde à uma etapa onde os dados brutos serão organizados, sendo elaborado um agrupamento de elementos, realizado em virtude de um conjunto de características que são comuns a esses integrantes. Portanto, “classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles” (BARDIN, 2016, p. 148).

Cabe ressaltar que as entrevistas foram gravadas e, posteriormente transcritas e tabuladas de acordo com as categorias utilizadas.

1.3.3 Etapas

A realização da pesquisa observou as seguintes etapas: revisão bibliográfica (estado da arte), submissão da proposta à comissão científica do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS e posteriores adequações no projeto conforme orientações acadêmicas e, em seguida, ao Comitê de ética em pesquisa.

Foi realizado contato com as instituições onde foram coletados os dados de pesquisa para aceite e estabelecimento de agenda. Após a realização das entrevistas e observações, realizamos a transcrição das gravações, organização dos dados e análise de conteúdo conforme Bardin (2016). As demais etapas foram: discussão dos achados, elaboração e qualificação da dissertação, revisão, redação final e defesa. Por fim, socialização dos resultados nos meios científicos e devolução dos resultados aos usuários e equipe dos serviços na forma de seminário.

Os princípios éticos relativos à pesquisa social foram observados nos seguintes aspectos: a) aceite em responder o questionário a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e esclarecido pelos sujeitos, fornecendo segurança e compromisso de proteção quanto ao sigilo das informações relativas à identificação dos sujeitos; b) carta de autorização dos órgãos aos quais se vinculam os sujeitos de pesquisa; c) relevância social, com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e, por conseguinte, às instituições a que se vinculam; d) ser guiada por interesses científicos, não particulares e, e) acesso à informação e retorno dos resultados aos sujeitos.

Ao iniciar as entrevistas, foi informado que todo o processo seria gravado e mantido em sigilo absoluto, com vistas a garantir a segurança dos sujeitos. Os entrevistados também foram informados quanto à preservação de suas identidades e que as conversas não ficarão de posse da instituição, mas sim da pesquisadora, uma vez que se constitui em um dever do assistente social “informar a população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos” (BRASIL, 1993, n.p.).

As entrevistas com os usuários da Assistência Social foram realizadas em local onde o sigilo das informações prestadas foi preservado e contou somente com a presença do entrevistador e do entrevistado.

Os resultados desta investigação serão utilizados, não só para avançar no

conhecimento científico, uma vez que não há estudos similares sobre a temática do turismo e suas contradições no Serviço Social, mas também para contribuir com a qualificação dos serviços, com a elaboração/qualificação de políticas públicas e fortalecimento dos trabalhadores enquanto sujeitos de direitos.

Nesse sentido, nosso compromisso ético com os trabalhadores será também o de devolver os resultados do estudo realizado para que, de acordo com o Código de Ética Profissional (BRASIL, 1993), possam fortalecer seus interesses. Assim, os resultados do estudo serão socializados através da publicação de artigos sobre o tema e seminário para a comunidade, bem como realização de discussões dentro das atividades dos serviços da Assistência Social do município.

Contudo, cabe destacar que a pesquisa foi realizada no contexto da Pandemia da COVID-19, sendo a coleta dos dados realizada após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa entre os meses de dezembro de 2020 e março de 2021. Ressalta-se que tal contexto interferiu na realização das entrevistas, no sentido das dificuldades em se chegar até os usuários, pois a maioria dos atendimentos nos equipamentos de proteção social da assistência social de Gramado aconteceram neste período, em sua grande maioria, por telefone.

As limitações trazidas pela Pandemia também dizem respeito ao espaço físico dos equipamentos, visto que nem todas as salas possuem janelas e local recomendado para o distanciamento social. Nesse sentido, a prioridade de acesso aos usuários, quando era possível o atendimento presencial, era da equipe técnica, assim, nem sempre havia a possibilidade de articulá-lo com o nosso interesse de realização das entrevistas.

Esse contexto caótico interferiu ainda na dificuldade de acesso aos materiais para pesquisa, como livros e periódicos, pois as bibliotecas permaneceram por muito tempo fechadas. Diante disso, destaca-se que realizar uma pesquisa no contexto pandêmico e de crise sanitária, política, econômica e social como a que experienciamos desde o início de 2020 até agora, de fato constituiu-se em um grande desafio.

2 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA PERIFÉRICO: SERIA O TURISMO UMA ESTRATÉGIA REAL DE ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO?

Este capítulo trará para a discussão o processo de desenvolvimento capitalista e as suas particularidades na formação sócio-histórica do Brasil, relacionando-os com o turismo – atividade estratégica para garantir o crescimento econômico de muitas cidades do país e do mundo.

Cabe destacar que o tema do desenvolvimento é bastante amplo e envolve inúmeras questões, como as teorias do desenvolvimento, por exemplo, que não aprofundaremos neste estudo. No entanto, destaca-se que, no processo de desenvolvimento do país, alguns movimentos teóricos foram importantes e influenciaram as discussões acerca do tema, sendo brevemente discutidos e articulados com os processos históricos.

Ressalta-se que a **Teoria Marxista da Dependência (TMD)** é a linha teórica com a qual este estudo se identifica e da qual se aproximará para discutir as questões do desenvolvimento que permearão esta discussão. Essa teoria encontra na superexploração⁷ da força de trabalho a lógica para a manutenção da condição de dependência dos países periféricos em relação aos imperialistas.

Propõe-se adensar a discussão, no sentido de desvelarmos como o desenvolvimento foi se constituindo no Brasil, quais foram as estratégias para alcançá-lo no contexto capitalista e como era sua relação com o turismo, a partir dos referenciais que tratam da temática. Posteriormente, pretende-se articular esses fatores com as falas de quem experiencia, no cotidiano, viver em uma cidade cujo turismo é idolatrado e tido como o grande motor do desenvolvimento. Essas questões serão aprofundadas no capítulo 3.

Diante disso, cabem, inicialmente, algumas provocações, refletindo de forma crítica sobre as iniciativas imperialistas que, de certo modo, foram e ainda são impostas aos países periféricos como o Brasil, para avançar no processo de desenvolvimento do capitalismo global. A saber: que modelo de desenvolvimento vem se constituindo historicamente no cenário brasileiro? A que interesses atende?

⁷ A superexploração da força de trabalho é uma característica específica da acumulação capitalista nos países dependentes, sendo ela “caracterizada pela queda dos preços da força de trabalho abaixo do seu valor. Esta se desenvolve por meio de quatro mecanismos: a elevação da jornada ou da intensidade de trabalho sem remuneração equivalente ao maior desgaste do trabalhador; a redução salarial; ou, finalmente, o aumento da qualificação do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho” (MARTINS, 2013, p. 17).

As propostas de desenvolvimento dos organismos internacionais que objetivam a erradicação da pobreza, por exemplo, constituem-se em uma realidade possível? Qual é o papel do Estado nesse processo?

Para tanto, partiremos da realidade concreta, pois, para Marx (2016, p. 248), o “concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade”. Esse é um fato fundamental para que possamos, de maneira crítica, contextualizar, compreender e dialeticamente desvelar as contradições e as consequências dessas particularidades nos países periféricos dependentes, como é o caso do Brasil, bem como as suas implicações no processo de desenvolvimento, no turismo, na pobreza e na vida dos usuários da política de assistência social.

Assim, o processo sócio-histórico do desenvolvimento do país e a sua relação com a totalidade nos permitem dizer que o atraso dos países periféricos da América Latina, em especial do Brasil, e a sua relação de dependência junto aos países imperialistas não se deram de uma hora para outra nem são fruto do acaso, tampouco se encontram à parte das relações de forças entre capital e trabalho que foram se acirrando com o desenvolvimento das forças produtivas, com a divisão social e técnica do trabalho e com a mundialização e financeirização do capitalismo.

As características da particularidade da formação sócio-histórica do processo de desenvolvimento capitalista do Brasil são: atrasado, dependente, escravista e latifundiário; determinará o papel, a direção e as características do Estado e das políticas públicas; e, ainda, interferirá nas condições de vida dos trabalhadores e no protagonismo e poder de organização deles na luta por direitos. Isso porque a formação do Brasil

[...] trará em seu âmago dois aspectos que comporão sua superestrutura⁸: de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciaram situações tardias de desenvolvimento capitalista [...] de outro, **aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária** (MAZZEO, 2015, p. 83, grifo do autor).

Assim, desde a colonização no Brasil, as relações históricas que foram se estabelecendo interna e externamente com os países centrais foram marcadas por

⁸ Para Marx (2016, p. 5), “a totalidade das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral”.

relações de subalternidade e servidão, o que imprimiu certa particularidade à formação sócio-histórica do país.

A estrutura da economia do Brasil, após a “independência”, manteve-se a mesma do período colonial, pois “consistia na produção em larga escala de um ou dois produtos agrícolas, sob o regime de trabalho escravo, destinada a mercados externos” (SODRÉ, 1977, p. 44), firmando, assim, o papel e o lugar do Brasil no desenvolvimento do capitalismo mundial.

Dentro desse contexto, o Brasil foi um dos países da América Latina que imediatamente conseguiu responder às demandas internacionais, pois apresentava

Certa infraestrutura econômica, desenvolvida na “fase colonial”, tendo estrutura favorável para manutenção de relações comerciais com países europeus, fundadas na exportação de alimentos e matérias-primas, como o açúcar, café, carne, couro etc. (MARINI, 2013, p. 48).

A dependência e o atraso firmaram suas raízes ainda na fase colonial⁹, à medida que os países imperialistas tinham interesse no Brasil, pois apresentava uma condição muito importante para eles – segundo Sodré (1977), tratava-se da ampla disponibilidade de terras, onde tinham origem as principais mercadorias de troca.

Assim, o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, que contou com um sistema econômico sustentado no trabalho escravo, cruel e predatório, deixou marcas profundas naqueles que sentiram as dores da chibata, mas também na sociedade brasileira como um todo, uma vez que “o par senhor-escravo assentou as bases de uma estrutura social bipolar, que formou a maior parte da nação. A casa-grande e a senzala são o brasão dessa sociedade” (OLIVEIRA, 2018, p. 30). Essas marcas ficaram na história e dizem muito do que somos hoje enquanto sociedade, sendo

[...] essas características que marcaram e ainda marcam a nossa vida, o nosso atraso e a nossa dependência, não são fruto de uma herança invencível, mas o resultado de uma contínua inculcação ideológica dos dominadores para mais facilmente exercerem sua dominação em proveito próprio. Resultam também de prolongadas condições existenciais precárias,

⁹ A colonização, de acordo com Sodré (1977, p. 30), ocorreu no século XVI: “ela decorreu da expansão mercantil que anunciou o declínio do feudalismo e gerou as condições de avanço do capitalismo, quando surgiu o mercado mundial”. O autor define essa estrutura econômica colonial, que se estabeleceu e ainda carrega fortes marcas e características dessa estrutura, como colonial “não porque processada na colônia, mas porque realizava o lucro no exterior: economia colonial, em qualquer tempo, é aquela que realiza o lucro no exterior, no todo ou na máxima parte” (SODRÉ, 1977, p. 31).

subumanas, a que foi submetida a grande maioria da população do país, durante séculos, e que ainda persistem atingindo extensas camadas (BRUM, 1999, p. 162).

Cabe, então, destacar que, no período colonial, no Brasil ainda não se falava em um conceito de desenvolvimento que deveria ser seguido ou alcançado. Porém, pode-se dizer que as características do desenvolvimento capitalista do país foram sendo desenhadas a partir de um sistema econômico dependente e subordinado aos desmandos imperialistas e, internamente, a um Estado subordinado aos desmandos da burguesia. Isso porque “no jogo de forças e interesses dominantes do latifúndio rural acabaram por prevalecer, em detrimento do país e da população. Mais uma vez, a maioria do povo foi esquecida, marginalizada e lograda” (BRUM, 1999, p. 160).

No contexto europeu da passagem do feudalismo para o capitalismo, no século XVI, devido à necessidade de produção de mercadorias, as colônias passaram a ser úteis, pois serviam como produtoras de matéria-prima para exportação, suprimindo as necessidades dos países da Europa, uma vez que:

Com a expansão da economia de mercado e a utilização das colônias como centros produtores de mercadorias altamente valiosas darão sentido a um sistema colonial do mercantilismo, cabendo a ele o papel de integrar a produção colonial aos mercados europeus, articulando o desenvolvimento da concentração a partir das múltiplas atividades que o capital cria, em seu processo de autorreposição. Entendido desta forma, o sistema colonial expressa o papel das colônias na produção mundial, isto é, na divisão internacional do trabalho, que efetivamente se estrutura (MAZZEO, 2015, p. 57).

Esse fato atrasou a inserção do Brasil no contexto capitalista e no processo de industrialização. A aceleração da industrialização e a urbanização nos países centrais fizeram com que houvesse um aumento mundial na procura por matérias-primas e alimentos, proporcionando o crescimento da economia dos países latino-americanos, justamente por servirem de produtores de matérias-primas, como é o caso do Brasil. No entanto, esse processo de crescimento “está marcado por um aprofundamento de sua dependência frente aos países industriais” (MARINI, 2013, p. 50).

A análise das particularidades do processo sócio-histórico do desenvolvimento brasileiro e de modelos de desenvolvimento econômico – que foram sendo instituídos para dar conta do atraso e da dependência que se estabeleceu,

historicamente, em relação aos países do centro, e, ainda, para responder aos anseios e interesses da burguesia – não pode estar desconexa nem do contexto do avanço das forças produtivas impostas pelo modo de produção capitalista nem das relações que se estabeleceram e que, até os dias de hoje, se estabelecem nesse cenário. Assim, “a formação social [...] brasileira articula-se ontologicamente como uma particularidade capitalista, a partir de especificidades próprias à sua gênese colonial, no que se refere às suas relações de produção e às forças produtivas” (MAZZEO, 2015, p. 81).

No Brasil, o processo de industrialização, que se iniciou de forma tardia, ainda mantinha sua base econômica sustentada na produção de produtos primários. Em 1929, o país estava mergulhado na crise mundial do capital, provocada pela quebra da Bolsa de Nova York. Tal crise impulsionou o país para a industrialização, visto que o modelo de desenvolvimento primário-exportador¹⁰ já apresentava sinais de esgotamento. No entanto, como afirma Santos (2012), o período da industrialização não rompeu com os interesses burgueses agrários.

Desse modo, o avanço inevitável da industrialização acabou por fragilizar a base econômica agrária do Brasil que, apesar de resistente, não conseguiu se sustentar plenamente e deu lugar ao modelo de desenvolvimento nacional e autônomo (1930-1964). Brum (1999) defende que esse modelo impulsionou o processo de industrialização, tendo como base a valorização da produção industrial nacional, tida pela elite como a chave para o desenvolvimento.

Mas qual desenvolvimento? Trata-se de um desenvolvimento subordinado, no qual o Brasil já se inseriu tardiamente no circuito do capitalismo industrial, mantendo a sua condição de dependência em relação aos países imperialistas, como já sinalizado. Logo, é um desenvolvimento de base e estrutura “agro”, que, apesar de ter se fragilizado, resiste, bem como um desenvolvimento subordinado, que, para atender às necessidades de consumo de produtos primários dos países do centro,

¹⁰ O modelo econômico brasileiro primário-exportador vai do período de 1500 a 1930. Foi um período em que se constituiu a subordinação do Brasil aos países centrais e, também, o poder da classe burguesa sobre o Estado e sobre os trabalhadores. Nesse sentido, conforme afirma Brum (1999, p. 121-122), “articulados com os interesses econômicos dos centros hegemônicos mundiais, dos quais dependiam, os senhores de terras, coadjuvados pelos grandes comerciantes e traficantes, controlavam a sociedade, refletindo, no plano interno, a dominação internacional de pouco sobre muitos [...] nem a emancipação política, nem a abolição da escravidão, nem a proclamação da República abalaram o domínio da aristocracia rural. Também não conseguiram abalar as inúmeras revoltas e manifestações de caráter popular e revolucionário que eclodiram em diferentes momentos locais”.

renuncia ao avanço tecnológico e recorre a esses países para importar tecnologia com um custo bastante elevado. Soma-se a esse fato a realização de empréstimos externos para seguir com a produção industrial tardia, aumentando a dívida externa.

Dentro desse contexto, pode-se dizer que a lógica é manter os países periféricos em uma condição de subalternidade, de modo a limitar o seu desenvolvimento, pois tal condição interessa aos países centrais e ao grande capital. Dessa forma, consegue-se, através da superexploração da força de trabalho, enviar os lucros para o exterior, onde estão localizadas as sedes das grandes empresas internacionais. Nessa lógica

[...] o saque da riqueza das nações pobres pelas ricas não se dá mais (exclusivamente) pela espoliação ou usurpação dos recursos naturais; agora as nações imperialistas tomam boa parte da riqueza produzida industrialmente nos países periféricos e semiperiféricos (dependentes, neocoloniais) por vias capitalistas: pelo pagamento da tecnologia transferida pela amortização da dívida gerada pelos empréstimos e pela circulação de capitais intrafirmas (o lucro gerado nas filiais da periferia é transferido para suas empresas matrizes no centro) (MONTAÑO, 2017, p. 21).

Nesse período, mantiveram-se, por meio do Estado, os privilégios da classe burguesa em detrimento dos trabalhadores. Para Oliveira (2018, p. 46), o governo da era Vargas “foi o verdadeiro construtor da ampliação da dominação burguesa de classe no Brasil”. No movimento da correlação de forças, o Estado reprimiu as forças populares e, por vias autoritárias, promoveu reformas que julgou necessárias. Assim, “para poder seguir sem romper com o latifúndio e com o imperialismo, era indispensável conter as forças populares, com um regime autoritário e, naturalmente, fazer crescer a acumulação à custa do salário” (SODRÉ, 1977, p. 67).

A Revolução de 1930, de acordo com Brum (1999, p. 183),

[...] foi um movimento liderado por políticos tradicionais, de orientação liberal contando com os setores de vanguarda da sociedade. Uma parcela da elite, mais uma vez antecipou-se: “Façamos nós a Revolução, antes que o povo o faça”.

De fato, a classe burguesa precisava agir, pois, nesse momento histórico, as ideias comunistas avançavam pelo mundo como alternativa de modelo de sociedade, em contraposição ao modo de produção capitalista, que degradava cada vez mais as condições de vida dos trabalhadores, visto que “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume,

uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2017, p. 705).

A grande quantidade de trabalhadores sobrantes, que se encontravam à margem do acesso às condições básicas humanas de sobrevivência, e o avanço do comunismo no mundo exigiram uma forte atuação do Estado para acalmar os “ânimos” dos trabalhadores, sob pressão da classe burguesa que, historicamente, nunca deixou de ser privilegiada. Logo, o Estado desempenha um papel importante para a manutenção dos interesses da burguesia, pois somente ele “tem a capacidade de fazer com que os interesses sociais particulares possam parecer como interesses de toda a sociedade” (OSÓRIO, 2019, p. 18).

Para Santos (2012, p. 73), o período, sob o ponto de vista político, foi marcado pela centralização do poder que “implementa um ‘governo forte’ e inaugura um discurso nacionalista, tendo em vista transferir para si as bases de poder arraigadas nos regionalismos”.

Nesse período, o Estado avança na elaboração de políticas públicas, sendo que, no campo do turismo, de acordo com Candiotto e Bonetti (2015), em 1938 surgem as primeiras normativas relacionadas a essa atividade. Nesse ponto, ela já era percebida pelo Estado e pelos capitalistas como uma alternativa interessante para se alcançar o crescimento econômico e a obtenção de lucro, em razão do seu grande potencial de arrecadação de recursos dessa atividade e por ela ter baixo custo.

No governo de Getúlio Vargas, o Estado atuou fortemente na formulação de políticas públicas, bem como na regulamentação do trabalho, garantindo direitos aos trabalhadores e visando fomentar o controle e o consumo. No que diz respeito às políticas públicas voltadas ao turismo, pode-se dizer que o atraso do país também se deu na regulamentação dessas políticas, pois as primeiras normativas só surgiram em 1938.

Apesar disso, o turismo se beneficia e se desenvolve com a implementação de outras políticas públicas, principalmente as voltadas ao trabalho, pois, de acordo com Ouriques (2015), Candiotto e Bonetti (2015) e Teles (2006), a expansão dessa atividade se deve às conquistas e aos benefícios trabalhistas – como o décimo terceiro salário e as férias remuneradas e garantidas aos trabalhadores –, que

ocorreram nesse período. Para Coriolano (2006, p. 21), “só é possível falar de lazer e turismo na relação com o trabalho, com a produção de riqueza”.

As garantias postas na regulamentação da legislação trabalhista são contraditórias, visto que se trata de uma regulamentação no contexto da acumulação capitalista acelerada a partir de 1930, uma vez que

[...] as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modelo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva” (OLIVEIRA, 2013, p. 38).

Pode-se dizer que, nesse período, houve uma forte atuação do Estado também na conciliação de classes, o que ocultou formas perversas de exploração da força de trabalho durante a industrialização. Diante disso, ao analisar o Estado na sociedade capitalista, Osório (2019, p. 17) o define da seguinte forma:

Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a condensação das relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada.

A atuação do Estado e o seu papel foram o de criar as bases para que a acumulação capitalista pudesse se reproduzir com uma intervenção que assumisse um caráter planificador. Nesse sentido, “o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação” (OLIVEIRA, 2018, p. 40).

No contexto da mundialização do capital e da busca pela ampliação da acumulação, tendo como marco histórico, como traz Coriolano (2001), a Segunda Guerra Mundial em 1949, os Estados Unidos introduzem para o mundo o **conceito de desenvolvimento** e subdesenvolvimento. Naquele tempo, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, lança a era do desenvolvimento, expondo este como o objeto de sua política externa, na qual todos os países deveriam segui-lo. Os que não conseguiam eram tidos como subdesenvolvidos.

É possível entender o desenvolvimento como um processo dialético, pois “a lógica de acumulação de capital em escala mundial possui características que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento de determinadas economias e o

subdesenvolvimento de outras” (CARCANHOLO, 2008, p. 253). Então, para manter o desenvolvimento dos países centrais, é necessário condicionar tal desenvolvimento à exploração de outro, que permanece em condição subordinada – é o caso do Brasil em relação aos Estados Unidos, por exemplo.

A busca incessante pela lucratividade e pelo “desenvolvimento” fez com que países do mundo inteiro, conforme afirma Oliveira (2002), voltassem suas atenções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Com isso, o crescimento econômico foi, ao longo da história, constituindo-se como meio e fim para se chegar ao desenvolvimento.

Tal perspectiva marca o processo de industrialização do Brasil, onde o foco histórico no crescimento econômico só fez crescer a acumulação do capital e, na mesma medida, a pobreza e a desigualdade social. Sendo assim, a “situação econômica da maior parte dos cidadãos brasileiros pouco, ou quase nada, beneficiou-se deste crescimento econômico” (BRASILEIRO, 2012, p. 80).

A particularidade do Brasil, no que diz respeito à discussão acerca do tema “desenvolvimento”, surge no governo de Juscelino Kubitschek, substituindo, de acordo com Brum (1999), a palavra “progresso”. Segundo Santos (2012), esse período é conhecido como a fase da industrialização pesada, acarretando um rápido crescimento econômico, entendido na época como sinônimo de desenvolvimento.

Assim, o período desenvolvimentista de JK (1956-1961) deixou suas marcas no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, com o famoso jargão “cinquenta anos em cinco”, pelo qual

[...] as prioridades da política governamental contemplavam de modo especial a produção de bens de consumo duráveis, destinadas às camadas de maior poder aquisitivo. As condições favoráveis possibilitaram rápida expansão dos negócios, aumentando a lucratividade do capital e a acumulação capitalista das grandes empresas – multinacionais e nacionais (BRUM, 1999, p. 252).

A forte intervenção e o investimento do Estado em infraestrutura – com importante aceleração do crescimento econômico, visando alcançar o nível de desenvolvimento dos países do centro e dar conta do atraso histórico relacionado ao processo de industrialização e à inserção tardia do país no contexto do capitalismo – foram a marca desse período.

No campo do turismo, esse foi um período no qual, em virtude do forte investimento do Estado em infraestrutura, transporte, comunicação, estrada etc., aconteceram a potencialização e o crescimento da atividade. Para Candiotto e Bonetti (1996), foi através do governo de JK que ocorreu a verdadeira ampliação da circulação mercantil, e isso fez desenvolver ainda mais as atividades turísticas do país.

[Nesse] período, assinalado por grandes transformações, ocorre a primeira intervenção governamental com o intuito de legitimar as ações para promover o desenvolvimento do turismo brasileiro, com a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) (TELES, 2006, p. 53).

Essa comissão foi criada por meio do Decreto n. 44.863 (BRASIL, 1958)¹¹, como órgão ligado à presidência da república de consulta e de execução no que dissesse respeito ao turismo.

Para garantir o crescimento acelerado da economia, o governo, além de “ampliar a atividade do Estado na área econômica, assumiu uma posição francamente favorável à entrada de capitais estrangeiros, concedendo-lhes estímulos e facilidades” (BRUM, 1999, p. 233).

Logo, a agenda econômica do governo foi articular Estado, empresa privada nacional e capital estrangeiro. Esse último, “na forma de investimento direto, tende a repatriar lucros e dividendos, e, portanto, remete valor criado na periferia para o centro” (CARCANHOLO, 2008, p. 255), utilizando-se da superexploração da força de trabalho, que garante elevada taxa de lucro a ser enviada ao exterior.

Essa tríade – Estado, empresa privada nacional e capital estrangeiro – fez despertar o interesse da atividade turística também no capital internacional, pois traria “a geração de divisas estrangeiras no país receptor, a criação de empregos, e a ampliação da arrecadação de impostos, além de contribuir para a redução das disparidades regionais” (OURIQUES, 2015, p. 15).

O crescimento das cidades provocado pela industrialização foi, da mesma forma, um fator que favoreceu o crescimento do turismo no país, pois as cidades se tornaram palco de visitas. Teles (2006) afirma que antes a vida no campo ainda estava vinculada ao atraso, perante o processo de industrialização, e, por esse

¹¹ A COMBRATUR acabou sendo extinta através do Decreto n. 572, de 5 de fevereiro de 1962 (BRASIL, 1962).

motivo, os passeios e as demais atividades turísticas das elites se concentravam nos centros urbanos.

Se, para as elites, o período propiciou o aproveitamento das cidades para passeios, para o conjunto dos trabalhadores, um dos traços mais marcantes do período foi a sua “associação com o aprofundamento da concentração de renda e das desigualdades regionais” (SANTOS, 2012, p. 151).

No campo econômico, a diferença entre a era desenvolvimentista de Vargas para a de JK está no fato de que o primeiro

[...] preferia capital estrangeiro sob forma de empréstimos e financiamentos, já Juscelino estimulava abertamente a entrada no país de investimentos estrangeiros de risco nos setores produtivos, atraindo empresas multinacionais (BRUM, 1999, p. 233).

Portanto, a promoção do desenvolvimento nos países periféricos, bem como a abertura das fronteiras brasileiras,

[...] perseguiu a finalidade de criar as condições para o grande capital ali se instalar, produzir – a baixos custos e elevadas taxas, de mais valia e de exploração – e conseguir vender seus produtos no mercado interno, extraindo riqueza dos países periféricos para os centrais mediante, particularmente, a circulação intrafirmas dos lucros criados pelas filiais na periferia para suas matrizes (MONTAÑO, 2017, p. 24).

Segundo Sodré (1977, p. 91), os setores atrasados da economia também precisavam de investimento e proteção do Estado. No entanto, o limite estava no fato de que a política adotada pelo Estado desenvolvimentista

[...] não poderia simultaneamente, financiar os setores atrasados da economia, os interesses externos e o trabalho. Este deveria ser sacrificado. A forma de sacrifício era a inflação.

Ao analisar o contexto desse período e as implicações do modelo econômico desenvolvimentista da época para o conjunto dos trabalhadores, Oliveira (2018, p. 49) argumenta que:

[...] não houve nenhuma inovação social de monta no período. Kubitschek deixou intocada a velha estrutura agrária, já em *débâcle*, pressionada pela demanda industrial, pela migração campo-cidade e pelas urgentes necessidades de alimento nas metrópoles povoadas por nova massa de trabalhadores – a cidade de São Paulo cresceu algumas décadas à

impressionante taxa de 8% ao ano. No campo do trabalho as reformas varguistas não experimentaram nenhuma grande inovação.

A planificação do desenvolvimento pelo Estado ocorreu com medidas que proporcionaram um crescimento econômico acelerado, o qual foi tido como única alternativa capaz de solucionar os problemas sociais. Porém, esse processo de planificação ocasionou a “deterioração da situação social, sendo frequente o agravamento das desigualdades e das contradições internas nas sociedades em vias de desenvolvimento” (RATTNER, 2008, p. 2).

Assim, foi o início de uma longa parceria entre Poder Público, iniciativa privada e capital estrangeiro. O custo do dito desenvolvimento nesse período foi alto para o conjunto dos trabalhadores, em virtude da elevada e desenfreada inflação que os empobrecia cada vez mais. Portanto, no período, houve o aumento da concentração de riqueza e da desigualdade social, refletindo “as contradições que a sociedade brasileira apresenta na luta entre as forças do atraso e da submissão e as do avanço real, não confundido com o chamado desenvolvimento” (SODRÉ, 1977, p. 92).

As consequências trazidas pelo cenário desenvolvimentista começaram a sofrer desgastes e as contradições do capitalismo passaram a promover a ruptura das estruturas democráticas do Brasil, abrindo espaço para a entrada de uma estrutura política ditatorial. Nesse momento, havia uma

[...] deterioração econômica e a fraqueza do governo aumentavam as apreensões dos grupos econômicos e da classe empresarial, quanto às camadas assalariadas tornavam-se mais agressivas em suas reivindicações (BRUM, 1999, p. 262).

A conjuntura do momento propiciou o golpe militar de 1964, que perdurou até 1984, em que a ditadura, através da centralidade do Estado, “foi um elemento fundamental para fortalecer econômica e politicamente os setores que o hegemonizaram” (OSÓRIO, 2019, p. 220), ou seja, as elites.

Do ponto de vista da correlação de forças, os trabalhadores, nessa época, continuaram assumindo papel antagônico no processo de desenvolvimento histórico, pois

[...] as classes dominantes, intermediadas pelo Estado autoritário e populista, haviam-se acostumado a manter as massas praticamente

anônimas e submissas, com limitadas aspirações e fracos canais de reivindicação, exercendo sobre elas elevado grau de tutela e manipulação (BRUM, 1999, p. 273-274).

O período também foi marcado pela exigência do Estado na criação de estratégias à crise do capital, visando manter a tentativa de desenvolvimento do país iniciado na era Vargas. Ainda, o desenvolvimento era concebido como mero crescimento econômico, sem que houvesse uma orientação “prioritariamente ao atendimento das necessidades fundamentais da maioria da população, nem uma rápida melhoria de seus padrões de vida” (BRUM, 1999, p. 302).

No sentido de priorizar unicamente o crescimento da economia em detrimento do social, o período ficou conhecido como “milagre econômico”, sendo uma estratégia do Estado promover o crescimento acelerado da economia. No entanto, a política econômica voltada fortemente para a aceleração “parece indicar uma correlação entre crescimento econômico e deterioração da situação social, sendo frequente o agravamento das desigualdades” (RATTNER, 2008, p. 2). Segundo Couto (2010), outro resultado devastador do milagre econômico foi o crescimento da dívida externa e do ponto de vista social, além da constituição de instituições tecnocráticas para responder às demandas do capital.

Trazendo o contexto dessa discussão para o campo do turismo, a atividade foi projetada, segundo Coriolano (2006, p. 60),

[...] para responder à crise econômica industrial global e à ampliação da acumulação capitalista no setor de serviços, envolvendo diretamente o Estado e o mercado e, aos poucos, a sociedade civil descobriu formas de beneficiar-se dele economicamente.

Nesse sentido, o turismo no Brasil foi impulsionado pela criação de diversos instrumentos legais que legitimaram a atividade no Brasil. Entre as normativas que surgiram, destacamos o Decreto-Lei n. 55 (BRASIL, 1966), que criou e definiu a Política Nacional de Turismo, o Plano Nacional do Turismo (PLANTUR), o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Esse decreto, afirmam Candiotto e Bonetti (2015), representou um marco histórico importante em termos de legislação de turismo no Brasil. No entanto, Cruz (2002) lembra que, historicamente, a importância das políticas públicas de turismo acabou sendo negligenciada pelo Estado, que não cumpriu efetivamente seu papel de criação e implementação de tais políticas.

Se, para o campo do turismo, o período representou avanços, para o conjunto dos trabalhadores, representou perdas e privações. Brum (1999) chama a atenção para o fato de que os aspectos mais nocivos da política de desenvolvimento adotada no ciclo da ditadura militar para a sociedade ocorreram no campo social. Logo, o autor reconhece que o desenvolvimento foi “elitista-concentrador-excludente”, pois eram valorizados ao máximo os empregos mais altos da administração de empresas; em contrapartida, o salário dos trabalhadores com baixa qualificação seguia sem significativo aumento.

As políticas sociais como saúde, educação e habitação popular não tiveram a devida atenção do Estado nessa época. No campo social, o país

[...] caminhou na contramão da história e do desenvolvimento humano, ao longo do ciclo militar. Em vez de avançar no sentido da construção da cidadania e da Nação, ampliou a massa dos marginalizados, despossuídos e excluídos (BRUM, 1999, p. 354).

Sobre-esse fato, nesse período:

a concentração da renda despertou acesas controvérsias, na medida em que o processo seguia seu inexorável desenvolvimento. Começou a se tornar evidente que era preciso examinar, para ajuizar o “modelo brasileiro de desenvolvimento”, “como o país está se apossando das riquezas materiais que ele próprio gera”. Havia um contraste ostensivo e escandaloso entre a situação a que estava atirada a maioria da população e as taxas que pretendiam mostrar vigoroso crescimento da economia (SODRÉ, 1977, p. 103).

Para Behring e Boschetti (2007, p. 111), esse momento da história “impulsionou um novo momento de modernização conservadora no Brasil, com importantes consequências para a política social”. Sendo assim, as funções administrativas do Estado

[...] que, em muitas ocasiões, tendem a se apresentar como tarefas neutras do ponto de vista social – estão atravessadas pelo aspecto do poder do Estado, que significa assegurar a reprodução da sociedade sob orientação de interesses sociais específicos (OSÓRIO, 2019, p. 37).

O processo de desenvolvimento no Brasil e os modelos de desenvolvimento adotados pelo país nos mostram, com os olhos da história, a face mais perversa e cruel desses modelos para os trabalhadores. Nesse cenário, as políticas de desenvolvimento adotadas pelo Estado priorizaram o econômico em detrimento do

social, acirrando as lutas de classe e consentindo a exploração de uma classe sobre a outra.

Nesse contexto, os trabalhadores pouco protagonizaram o enredo da história do desenvolvimento do país, pois sempre que havia a possibilidade de movimento e de mobilização por parte dos trabalhadores, estes eram abafados pelo Estado. Esse enredo histórico brasileiro tem como pano de fundo um desenvolvimento repleto de contradições e dualismos, caracterizado por Oliveira (2013) como ornitorrinco¹².

O “desenvolvimento capitalista brasileiro, assim, assemelha-se a uma roda quadrada, cujo giro corresponde a sucessivos abalos” (SODRÉ, 1977, p. 73). Dessa forma, as tentativas do Estado na busca pelo desenvolvimento do país foram se constituindo na contramão de um desenvolvimento de base social. As prioridades históricas até aqui sempre foram o campo econômico e o favorecimento da classe burguesa, e não dos trabalhadores.

Portanto, as regras ditadas pelos países do centro e pelos organismos internacionais aos países periféricos dependentes dão a falsa ideia de que os problemas sociais e toda a carga histórica do atraso são frutos de um não desenvolvimento ou da má gestão e falta de planejamento do Estado.

Dentro dessa condição, o turismo ganha um papel importante: o de representar, para o Estado, uma estratégia de crescimento econômico de muitas cidades do país. Isso devido à exuberância e à vasta existência de recursos naturais, à grande extensão territorial para exploração turística, bem como ao grande potencial econômico que essa atividade possui. Cabe destacar que

[...] a imagem do Brasil como um cartão-postal aparece explicitamente nos discursos do poder público, dos capitalistas do setor e dos pesquisadores a serviço do capital. Documentos produzidos por órgãos estatais **sempre** enfatizam a natureza do país como justificativa da denominada vocação turística (OURIQUES, 2015, p. 127-128).

¹² Francisco de Oliveira, em sua obra *Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco*, denomina de “ornitorrinco” o Brasil e o seu processo de desenvolvimento capitalista, caracterizando o país como algo que não deu certo, não sendo nem isso nem aquilo, algo indefinido, como o ornitorrinco, que não é nem ave nem réptil. O processo de desenvolvimento brasileiro mistura modernidade e conservadorismo. Para Oliveira (2013, p. 149-150), “o ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as ‘acumulações primitivas’ [...] O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão”.

Assim, apesar dos esforços em alavancar o turismo no Brasil, através de legislações para o seu fortalecimento e a regulamentação da atividade, o país, como um todo, enfrenta dificuldades, pois ainda se encontra mergulhado em uma profunda crise política, econômica e social. Além disso, ainda tinha dificuldades de se alcançar um modelo de desenvolvimento capaz de minimizar os impactos do atraso histórico.

Nessa perspectiva, duas teorias, a Cepalina (CEPAL) e a Teoria Marxista da Dependência (TMD), propõem-se a estudar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil – uma com um viés social-democrata e outra com uma abordagem marxista.

A TMD, desenvolvida por intelectuais como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos e outros estudiosos latino-americanos, foi a vertente teórica que melhor elucidou, do ponto de vista econômico, o fenômeno do imperialismo na América Latina:

[...] mostra que não é correto admitir a condição periférica de uma dada economia em virtude apenas de sua dinâmica interna. Cabe compreendê-la nos quadros de uma relação dialética entre subdesenvolvimento na periferia e desenvolvimento por parte das economias cêntricas [...]. É nesse sentido que a TMD compreendia a dependência econômica da América Latina como produto de um modelo de integração imposto pelas economias avançadas. Levada a cabo principalmente durante a década de 1970, a TMD volta à baila nos últimos anos, dadas as estratégias geopolíticas do capital de grandes empreendimentos transnacionais, ligados, sobretudo, ao setor primário, e os efeitos deletérios sobre as economias periféricas e suas sociedades (XAVIER, 2018, p. 388).

A TMD se contrapôs ao pensamento vigente a partir da década de 1940, o chamado “desenvolvimentismo”, o qual resultou tanto no estruturalismo cepalino quanto na explicação para a dependência, postulada por Fernando Henrique Cardoso, em parceria com Enzo Faletto (1981).

Ao desconsiderar os fundamentos de uma economia política do capitalismo periférico, o estruturalismo cepalino foi incapaz de compreender o fenômeno do imperialismo. Isto ocorria porque, ao desconsiderar os fundamentos da produção de valor na periferia, não compreendia que a acumulação capitalista requeria o que o marxista alemão August Thalheimer chamou de **cooperação antagônica**, ou seja, economias completamente díspares em suas bases que estabeleciam o intercâmbio num primeiro momento de mercadorias, mas que com o avanço do capitalismo na periferia, passam a ter como termo de intercâmbio bens de capital e o próprio capital na forma de crédito ou de investimento direto (XAVIER, 2018, p. 389, grifo do autor).

Na CEPAL, entre os teóricos de importância, destaca-se a figura de Celso Furtado, além dos já mencionados. A abordagem Cepalina, de acordo com

Carcanholo (2008), apesar de mais crítica, concebe a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômenos diferentes, e a restrição de crescimento, a vulnerabilidade externa e a desigualdade social são consideradas “anomalias” das economias dos países periféricos.

Ainda, com relação ao período do regime militar, os partidos de oposição, o movimento sindical e a sociedade civil tinham urgência em “restaurar” a democracia, portanto ocuparam os espaços políticos para que isso acontecesse. Logo, o processo de lutas da sociedade civil, dos movimentos sociais, dos partidos de oposição e dos sindicatos contra a ditadura acabou por romper os pilares ditatoriais que assolaram o Brasil durante 20 anos. O processo histórico de lutas contra a ditadura provocou a abertura democrática, em 1985, culminando na Constituição de 1988.

Devido à sua importância como atividade que desempenha um papel primordial no desenvolvimento econômico do país, o turismo ganha espaço na Carta Magna, a qual trata dos princípios gerais da atividade econômica. Assim, no campo do turismo, “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988, n.p.). Dentro desse contexto, o Estado tem um papel importante na condução da política pública de turismo, pois, como afirma Teles (2006, p. 63),

[...] diante da gama de relações que o turismo estabelece na dinâmica do espaço onde ele ocorre, é muito importante refletir sobre a sua composição e as reais possibilidades dessa atividade na esfera local, regional e nacional. Para tanto torna-se extremamente necessária a ação do Estado na promoção e coordenação da implantação dos projetos e programas de turismo.

A responsabilidade e a participação do Estado na condução de políticas públicas de turismo são importantes, também, pelo fato de que tal atividade interfere nos territórios e nas condições de vida das pessoas, visto que, “se, por um lado os turistas desejam qualidade, os residentes dos lugares turísticos reivindicam o direito de ser, e o gozo de várias formas de lazeres” (CORIOLANO, 2006, p. 35). Seguindo a mesma linha de argumentação, Cruz (2002) afirma que o turismo tem grande capacidade de transformar os lugares e impor a sua lógica de organizar o espaço, e, por esse motivo, faz-se importante a presença do Estado.

Torna-se necessário, então, que o Estado planeje as ações e as políticas públicas de turismo de forma articulada com as demais, pois, muitas vezes, o que se percebe é “a cidade vivida como fonte de privação, percebida como estranhamento e, conseqüentemente, como fonte de conflitos” (CARLOS; ALVES; PÁDUA, 2017, p. 34). Desse modo, a depender de como o turismo é planejado e executado, pode-se desencadear lutas e disputas pelo direito à cidade.

No entanto, na década de 1980, com o processo de redemocratização, “o turismo brasileiro sofre uma mudança radical em sua estrutura, no sentido de redução da centralização por parte da EMBRATUR (e do Estado) e de maior liberalização do setor” (CANDIOTTO; BENETTI, 2015, p. 6). Isso significa que o Estado abre mão de uma maior regulação do setor e dá mais liberdade de atuação para as empresas privadas, através do Decreto n. 2.294 (BRASIL, 1986), que põe fim à obrigatoriedade de registros das empresas de turismo junto à EMBRATUR.

No campo dos direitos (civis, políticos e sociais), os quais, de acordo com Couto (2010, p. 37), consolidaram-se na relação contraditória

[...] entre as demandas do capital e as dos trabalhadores que se criaram as condições objetivas para a identificação das lutas das classes trabalhadoras para ver incluído nas suas pautas de reivindicações o acesso a esses direitos.

Dentro desse contexto, o período de abertura democrática promoveu avanços, cujas ações para a sua materialidade se constituíram no

[...] restabelecimento das eleições diretas para presidente da República; extensão do direito de voto aos analfabetos; possibilidade de legalização de todos os partidos políticos, que atendessem a requisitos mínimos de registro; o estabelecimento de eleições diretas para prefeitos de todos os municípios. [...] Na área sindical foi retirada a intervenção nos sindicatos e anistiados e reintegrados os líderes punidos pelo regime militar (BRUM, 1999, p. 400).

Como o capitalismo cria suas crises e ele mesmo lança seus remédios para se fortalecer, a década de 1990 mostra bem sua capacidade de se reinventar e ressurgir com mais força. Para isso, o remédio utilizado foi a reorganização da atuação do Estado, bem como a implementação de estratégias de reestruturação produtiva mais eficazes para extração de mais-valia.

Esse período representa um verdadeiro ataque aos trabalhadores e aos direitos conquistados, que se materializaram na Constituição Federal (BRASIL,

1988). Para Alencar e Granemann (2009), aprofunda-se, assim, a investida do capital sobre o trabalho, já iniciada na década 1970 com a crise do capital e as reformas do Estado¹³. Para Alves (2014), a década de 1990 representa a “década da desertificação neoliberal” e, nesse momento histórico, iniciam-se as “flexibilizações” do trabalho, das leis de proteção e das relações de trabalho – trata-se do capitalismo flexível.

Com isso, arma-se uma série de desmontes e perdas de direitos ao conjunto dos trabalhadores. Para tanto, o modo de produção capitalista se apoia no ideário neoliberal, que entra em cena no Brasil na década de 1990, calcado em políticas que

[...] comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica de um capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade (BEHRING, 2018, p. 39).

A nova etapa do capitalismo brasileiro é marcada pelo postulado neoliberal, o qual surge com as propostas do Consenso de Washington¹⁴ de 1989, que se constituiu, segundo Novaes (2008), em uma proposta dos organismos financeiros internacionais, como o FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de enfrentamento à crise dos países que adotaram uma política desenvolvimentista, como é o caso do Brasil, e que estavam endividados.

Uma das propostas era a negociação das dívidas externas desses países; em contrapartida, eles deveriam adotar políticas de abertura dos mercados ao capital

¹³ As reformas do Estado representam a imposição de “determinações políticas que são resultados sócio-histórico da luta de classes, do amadurecimento das contradições geradas ao longo do processo de internacionalização das relações capitalistas de produção no período histórico de 1945 a 1968/1970; e envolvem elementos econômicos e sociopolíticos. Nesse caso, as respostas efetuadas pelo capital em relação à crise têm uma clara dimensão de classe, na medida em que o capital tem o objetivo de, além da retomada das taxas de lucro, fragilizar a auto-organização dos trabalhadores e com isso retomar e aprofundar o controle sobre eles” (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 164-165).

¹⁴ O Consenso de Washington, segundo Novaes (2008), consistiu em uma espécie de recomendação por parte dos organismos financeiros internacionais. Esse consenso surge a partir de um seminário ocorrido em Washington, em 1993, onde se reuniram, de acordo com Behring (2018), executivos de governos e de bancos multilaterais, empresários e acadêmicos de 11 países, a fim de se discutirem planos e estratégias de estabilização da economia e do crescimento econômico, de desregulamentação dos mercados, privatizações, da reestruturação do sistema previdenciário etc. Na verdade, o Consenso de Washington foi criado em 1989, mas o Brasil adere ao receituário do consenso em 1993, pois, conforme Novaes (2008, p. 7) “as propostas apresentadas pelo Consenso de Washington eram vistas como a solução modernizadora para o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas”. Destacamos que o Consenso de Washington não está mais em voga, porém foi o primeiro passo para a legitimação e implementação do neoliberalismo nos países periféricos.

internacional, implementar políticas de redução do Estado etc. Assim, o Brasil decide aderir às recomendações do Consenso de Washington no ano de 1993, dando início aos novos planos para o desenvolvimento do país através do ideário neoliberal.

[...] a grande guinada econômica estava embasada no pensamento neoliberal e consistia na reorientação do desenvolvimento brasileiro e na redefinição do papel do Estado. Esboçava-se um novo projeto nacional. Tratava-se de promover a passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, baseado na eficiência e na competitividade. A função de motor central do desenvolvimento econômico deixava de ser do Estado e passava a ser exercida pelo setor privado – nacional e multinacional (BRUM, 1999, p. 475).

As estratégias de desenvolvimento capitalista baseadas no neoliberalismo focam a política do Estado mínimo e a transformação do cidadão em consumidor. A participação do Estado no social se torna dispensável, dando total liberdade para o avanço do grande capital e abrindo, ainda mais, as portas do mercado interno para o capital internacional. Para Marini (2013), com essa abertura, o capital internacional assume o papel de subtrair, livremente, parte da mais-valia criada dentro da economia nacional, fato que aumenta a expansão imperialista.

A justificativa de imposição da estratégia neoliberal para o desenvolvimento do país se encontra “ancorada na tese de que este novo cenário não suportava mais a excessiva presença do Estado. A ideologia neoliberal em ascensão passou, cada vez mais, a avaliar políticas de ingerência privada” (PEREIRA, 2006, p. 159).

Houve, então, uma reconfiguração do Estado, pois, conforme Keller (2019), a intenção e a justificativa eram lhe dar maior eficiência, uma vez que o tamanho do Estado seria um grande entrave para o desenvolvimento do país.

Novamente, qual desenvolvimento? As particularidades do desenvolvimento capitalista do Brasil nos dão o caminho. Elas apontam para as marcas históricas da subalternidade, da benemerência do Estado aos pobres, como estratégia de contenção das massas, da desigualdade social, do desemprego estrutural, da superexploração da força de trabalho e dos privilégios históricos concedidos à classe burguesa. Essas particularidades estão arraigadas no Estado e nas ações de seus representantes defensores do neoliberalismo, uma vez que o Estado “foi apropriado por uma reduzida classe economicamente dominante e colocado a serviço quase exclusivo de seus interesses privados e corporativos” (BRUM, 1999, p. 459).

As políticas neoliberais foram incorporadas pelo Estado definitivamente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). O neoliberalismo invadiu a vida do trabalhador, no sentido de capturar sua vida social. Trata-se do jeito de ser neoliberal, do modo de vida neoliberal, das atitudes e dos comportamentos neoliberais, enfim, nos termos de Dardot e Laval (2016), do “sujeito neoliberal”¹⁵. Para Montaño (2017), o neoliberalismo representa uma estratégia hegemônica de reestruturação do capital diante das lutas de classes.

Levando isso em consideração, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, aliadas ao movimento neoliberal que se reinventa a partir da década de 1990, desencadeou um forte envolvimento dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido,

[...] impõe-se a urgência do projeto hegemônico burguês não se limitar às premissas do Consenso de Washington, centradas exclusivamente na liberalização dos mercados, nas privatizações e na estabilização fiscal. Estabelece-se, assim, a necessidade inadiável das instituições e organizações internacionais assumirem a condição de intelectuais ativos, responsáveis pela construção de uma nova concepção de desenvolvimento econômico, que consiga construir um consenso em torno da direção política burguesa (MARANHÃO, 2012, p. 88).

Desse modo, a ONU, na década de 1990, começa a introduzir no mundo o conceito de desenvolvimento humano, em contraposição ao crescimento econômico, como forma de combate à pobreza dos países periféricos, onde

[...] os discursos em torno das políticas de desenvolvimento econômico, associado a diretrizes e conceitos como desenvolvimento local e sustentável, capital humano e social, empreendedorismo, crédito popular, têm sido propagados por diversas organizações multilaterais como alternativas viáveis para a superação da pobreza e a inserção dos países periféricos no novo mundo globalizado do século XXI (MARANHÃO, 2012, p. 78).

Esse conceito mascara as relações entre capital e trabalho, dando a falsa aparência de que é possível se ter desenvolvimento humano, sustentável e de bem-

¹⁵ Para Dardot e Laval (2016, p. 333, grifo dos autores) sujeito neoliberal é entendido como uma empresa, uma vez que “trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo **trabalhar a si mesmo** com o intuito de transformar-se cotidianamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus empenhos”.

estar, que visem “erradicar” a pobreza e conviver de forma pacífica e harmônica com quem explora e subverte os trabalhadores.

Com relação ao turismo, na década de 1990, segundo Candiotto e Benetti (2015), o Estado volta a perceber o turismo como importante setor vinculado à economia do país, visto que, nesse período, surgem novos programas e normas para expandir o turismo, a exemplo da Política Nacional de Turismo, promulgada, em 1991, através da Lei n. 8.181 (BRASIL, 1991). Tal lei reestruturou a EMBRATUR, que teve a sua atuação fragilizada e limitada no ano de 1986. Mas, já no ano de 1991, também surge o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), que tinha como objetivo, como trazem Candiotto e Benetti (2015), o desenvolvimento do turismo regional, através do financiamento de suporte de infraestrutura do turismo e do incentivo à iniciativa privada na implantação dos equipamentos turísticos.

Em 1994, entra em vigor o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), cujo objetivo era estruturar um modelo de gestão para a atividade do turismo, de modo a garantir a uniformidade das diretrizes do planejamento da atividade para os municípios. O propósito do programa também consistiu em buscar uma maior profissionalização da área, assim como tornar a atividade mais eficiente e rentável economicamente para os municípios.

Para Candiotto e Bonetti (2015, p. 8), esse programa ainda “buscava incentivar os municípios a se organizarem para o fortalecimento do turismo através de cursos e de uma retórica de descentralização da esfera federal para a municipal”. Nesse sentido, a organização e a instituição dos conselhos municipais de turismo se constituíram como mecanismos importantes dessa descentralização.

O governo FHC, isto é, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no ano de 1996, lançou o programa Avança Brasil, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que consistiu na melhoria de aeroportos, na recuperação do patrimônio histórico e na preservação ambiental. Portanto, esse programa também contribuiu para o desenvolvimento do turismo no país, beneficiando o setor privado, visto que o governo de FHC representou prioritariamente os interesses do empresariado e defendeu as liberdades individuais. A política adotada considera que

[...] o mercado se autorregula pela liberdade de preços e salários, prioriza o crescimento econômico (do capital), acreditando que só a partir dele é que a sociedade realiza, por sua própria dinâmica, isto é, sem a interferência do

Estado, num momento posterior, a melhor distribuição dos frutos da riqueza produzida. Por isso tem resistência a medidas de caráter social patrocinadas pelo Estado, exceto em áreas muito restritas ou em circunstâncias emergenciais (BRUM, 1999, p. 491).

Como a política neoliberal reforça as estratégias capitalistas de ampliação dos lucros, as políticas implementadas, no período, para o turismo visaram beneficiar o empresariado e o capital privado, por se tratar de uma atividade lucrativa. Com isso, as estratégias de aumento da lucratividade, da alienação do trabalhador e da fetichização da mercadoria também se fizeram presentes nesse campo:

O capital, em seu movimento de valorização, produz a **sua invisibilidade do trabalho** e a **banalização do humano** condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso. Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a ativa intermediação do Estado capitalista e das políticas econômicas e sociais implantadas (IAMAMOTO, 2008, p. 53, grifo da autora).

Nesse cenário, as teorias do desenvolvimento no contexto da fetichização obscurecem as relações de dominação, exploração e alienação para a manutenção do *status quo* da sociedade capitalista. Um exemplo é a **Teoria do Desenvolvimento como Liberdade**, de Amartya Sen, que, apesar de imprimir uma perspectiva social para o campo do desenvolvimento, contribui no apagamento do que de fato gera a pobreza e a desigualdade e acaba, na verdade, por “prover um sincretismo entre o mercado e o Estado imaginariamente capaz de instaurar a justiça social” (CASTELO, 2012, p. 71).

A influência de Amartya Sen ainda embasa as ideias e ações dos organismos internacionais sobre o desenvolvimento e o combate à pobreza em países periféricos, focando o indivíduo como responsável por sua condição de pobreza. De acordo com Siqueira (2013, p. 195), essa abordagem considera que

[...] as capacidades individuais básicas melhoram o entendimento da natureza e das causas da pobreza e supera a concepção de resolução da pobreza como mera distribuição de renda, potencializando o alcance das liberdades.

Nesse sentido, as propostas e as políticas, no campo econômico e social, recomendadas pelos organismos internacionais para os países periféricos têm o propósito de desviar o foco do que realmente interessa, ou seja, do que realmente está no cerne da exclusão social, da desigualdade e da pobreza. Há um apelo

fantasioso ao humanismo; Mauriel (2010, p. 184) afirma que:

[...] o combate à pobreza significa desenvolver capacidades enquanto liberdades de escolha e o Estado tem papel fundamental em garantir as condições mínimas para esse “empoderamento”.

A lógica conceitual de desenvolvimento humano dos organismos internacionais na construção de diretrizes econômicas e sociais para os países periféricos está fundamentada, segundo Maranhão (2012), na tese do desenvolvimento como liberdade, do economista indiano Amartya Sen¹⁶, o qual tem sido citado e reconhecido por ter ideias progressistas, por criticar o neoliberalismo e por apresentar alternativas de minimização da pobreza e das desigualdades. Conforme Siqueira (2013), trata-se da defesa de um desenvolvimento representado pela expansão das liberdades reais, em que as pessoas desfrutam de suas capacidades individuais para que elas mesmas possam garantir a satisfação das necessidades no mercado.

O conceito de desenvolvimento, nessa conjuntura, parece casar muito bem com a política neoliberal, a qual foca o indivíduo, desconexo do ser que só se completa na relação com o outro e em comunidade, pois o

[...] indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma extensão e confirmação da vida social (MARX, 2010, p. 107).

Contrário a essa perspectiva de Marx, o conceito de desenvolvimento que se coloca tem seus fundamentos no neoliberalismo, que desloca o indivíduo de sua relação com o coletivo e o responsabiliza pelas oportunidades, pelas escolhas, pelas capacidades, pelos sucessos e pelos fracassos, onde

[...] cada um deve ter capacidade de se habilitar, e as oportunidades são criadas para que cada um possa ter um funcionamento capaz de concretizar realizações, o que permitirá medir e avaliar a potencialidade das habilidades de cada indivíduo (MAURIEL, 2010, p. 182).

¹⁶ O economista Amartya Sen ocupa um importante espaço no debate sobre o desenvolvimento econômico e social. Segundo Maranhão (2012), ele é pesquisador da ONU e atuou na elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O esforço intelectual do economista está na argumentação de que “só a economia de mercado pode oferecer ao mesmo tempo crescimento econômico, melhoria no padrão de vida das pessoas e liberdade de ação e pensamento [...] Sen reconhece que apesar do crescimento econômico atual não ter evoluído naturalmente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, só a economia de livre mercado tem a possibilidade de oferecer as oportunidades sociais para permitir a construção do que ele chama de desenvolvimento como liberdade” (MARANHÃO, 2012, p. 90).

Assim, o conceito de desenvolvimento humano cunhado pela ONU é colocado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como

[...] um processo de expansão das escolhas dos indivíduos. Em outras palavras, o desenvolvimento humano envolve a busca do desenvolvimento de capacidades dos indivíduos e a garantia das oportunidades para que essas capacidades sejam aplicadas na prática (PNUD, 2020, p. 8).

Dessa forma, evidenciamos a perspectiva individualista do neoliberalismo, em que as escolhas individuais se sobrepõem ao coletivo e responsabilizam os trabalhadores pela sua colocação no mundo sob uma ótica de meritocracia.

Frente a esse contexto, nos anos 2000, o Brasil se deparou com a oportunidade e a esperança de efetivar políticas de Estado garantidoras de bem-estar coletivo, de protagonizar os movimentos sociais e de dar voz à coletividade dos trabalhadores, por meio da vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) no ano de 2002.

A vitória do PT teve um significado simbólico e expressivo, pois pela primeira vez na história chega ao poder um representante de origem operária, com o desafio de “buscar efetivamente representar os anseios populares, em todos os segmentos, enfim, a totalidade dos que almejam mudanças substantivas e reais, como o MST, e outros movimentos sociais” (ANTUNES, 2005, p. 134).

Vislumbrou-se a possibilidade de

[...] reverter o quadro de profundas desigualdades sociais através de reformas estruturais que fossem capazes de frear o avanço do neoliberalismo no país. Tais expectativas, no entanto, permaneceram durante os últimos anos frustradas (CASSIN, 2016, p. 2).

O período dos governos de Lula e Dilma, chamado por alguns autores de “Lulismo” ou, ainda, de “neodesenvolvimentismo”¹⁷, não acabou com os mandonismos e as interferências internacionais, bem como não rompeu com a subalternidade histórica do país, uma vez que o modelo de desenvolvimento adotado no referido período se constituiu “no bojo da totalidade concreta do

¹⁷ Chamamos atenção ao fato de que o **neodesenvolvimentismo** não é igual ao **desenvolvimentismo** da era Vargas nem substituiu o **neoliberalismo**; antes, pelo contrário, “afirmar a existência do neodesenvolvimentismo não quer dizer que se alteram profundamente as bases que deram sustentação ao neoliberalismo, ou que tenha havido qualquer mudança nas regras da lei geral de acumulação capitalista – exploração da força de trabalho e geração de mais-valia – sustentáculos do próprio modo de produção capitalista” (KELLER, 2019, p. 55).

capitalismo global do século XXI. *O neodesenvolvimentismo é parte compositiva do bloco histórico*¹⁸ *do capitalismo neoliberal*” (ALVES, 2014, p. 11, grifos do autor).

Há profundas contradições e discussões em torno desse período, pois, de um lado, trata-se de uma estratégia de desenvolvimento que teve impactos positivos inegáveis para a população mais empobrecida através das políticas sociais e programas de transferência de renda. De acordo com Rocha (2012, p. 328),

[...] os dados concretos do desenvolvimento socioeconômico brasileiro evidenciam que, desde o primeiro governo de Lula da Silva, a pobreza diminuiu, o país cresceu, a inserção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho aumentou.

Já de outro lado, acentuou-se a fragilidade do poder de mobilização dos trabalhadores e não se desencadearam mudanças estruturais no *modus operandi* do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Keller (2019, p. 114), em sua análise sobre o tema, reconhece o caráter contraditório do período neodesenvolvimentista, em que

[...] o quadro de proteção social apresentou, de um lado elementos que apontavam para uma maior participação do Estado na resolução das demandas sociais, destinação de recursos para o campo social (ainda que parcos) e ampliação do acesso a direitos. Por outra via, manteve parte da lógica neoliberal de precarização e privatização dos serviços públicos, focalização nas situações de pobreza extrema, descentralização político-administrativa da gestão, incentivo a ações das empresas como o discurso de responsabilidade social, bem como do terceiro setor, num processo de refilantropização da política pública.

Rocha (2012) também reconhece as contradições do neodesenvolvimentismo, ao referir que ele oculta as contradições do capitalismo dependente, uma vez que pode, de forma breve, promover a expansão da economia, porém sem conseguir romper com as estruturas oligárquicas que caracterizam as sociedades periféricas, com os seus sistemas de privilégios e a superexploração da força de trabalho. No governo Lula, ao invés de ser iniciado um novo momento, que, de certa maneira, oportunizaria um desmonte do neoliberalismo, o oposto foi feito: “atolamos e

¹⁸ Bloco histórico é um conceito cunhado por Gramsci, que é histórico e analítico, para refletir sobre as ideias de estrutura e superestrutura. “No bloco histórico, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias, as formas. Mas essa distinção entre forma e conteúdo é apenas didática, uma vez que na realidade histórica as forças materiais não seriam concebidas sem suas formas e as ideologias não teriam eficácia sem essas forças materiais. O conceito de bloco histórico não designa uma aliança de classes” (BIANCHI; MUSSI, 2021).

chafurdamos na continuidade do nefasto projeto de desertificação social e política do país, iniciado por Collor, desenvolvido por FHC e agora mantido pelo governo do PT” (ANTUNES, 2005, p. 155).

Logo, o Estado, para garantir a manutenção da acumulação do capital, apoia-se na estratégia de administração da pobreza e na modernização do assistencialismo como forma de amortecer os conflitos sociais e mascarar, ainda mais, a correlação de forças, visto que

as políticas sociais compensatórias cumpriram um importante papel político-ideológico e material-concreto de legitimação do governo mediante o apassivamento da população mais empobrecida, contribuindo para a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil (CASSIN, 2016, p. 11).

No campo da política de turismo, como abordam Candiottto e Benetti (2015), foi durante a primeira gestão do governo Lula (2003-2007) que foi criado o primeiro ministério responsável exclusivamente por tratar das questões do turismo. De acordo com os referidos autores, o Plano Nacional de Turismo desse período apresentava, em seu texto, questões relacionadas aos impactos econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais gerados pelo turismo e sinalizava, portanto, a necessidade de um processo de planejamento e gestão para que essa atividade pudesse se tornar um instrumento de desenvolvimento do país.

Em virtude desses impactos, fazem-se necessárias “políticas públicas, orientadas para a atividade turística e em prol de um crescimento maduro e sustentado na qualidade” (SANTOS; GOMES, 2007, p. 1). Os autores colocam que o turismo necessita da articulação e da mediação de outras políticas públicas para que a atividade possa, de fato, contribuir para o desenvolvimento humano, sustentável e social das localidades e, conseqüentemente, do país.

Diante desse contexto, parece-nos que o núcleo duro da discussão do período está relacionado ao fato de que o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma se valeu de políticas cujas características tiveram um caráter mais redistributivo para o conjunto dos trabalhadores. Não se pode negar esse fato, pois as estratégias de enfrentamento à pobreza, como alega Silva (2014, p. 66), “apontam, sem dúvida, avanços em relação à redução dos índices de pobreza na sociedade brasileira”.

Não se pode deixar de mencionar a tentativa do governo de assegurar maior independência e autonomia ao Brasil, através da participação no BRICS¹⁹, movimento em que “os países do agrupamento buscaram estabelecer governança internacional mais condigna com seus interesses nacionais” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019, n.p.).

Mas, contraditoriamente, o modelo neodesenvolvimentista não se propôs a provocar mudanças nas estruturas de dominação e superexploração dos trabalhadores. Também não se aproximou de um modelo de desenvolvimento humano, primando, ainda, pelo crescimento econômico e cedendo aos históricos desmandos imperialistas dos países do centro e do grande capital, como se pode evidenciar na carta ao povo brasileiro, na qual fica claro um dos caminhos que o governo Lula de dispunha a seguir:

O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública (SILVA, 2002, p. 3-4).

Então, “sob o tacho da Carta ao Povo Brasileiro, seus projetos de mudança ficaram à estabilidade macroeconômica do Real e do FMI. Essa nova correlação de forças enseja o segundo período do neoliberalismo no Brasil” (BEHRING, 2021, p. 165). Assim, pode-se dizer que o Brasil – o “ornitorrinco” –, por meio de suas políticas de desenvolvimento, não teve, em sua agenda histórica, pautas reais de superar o atraso, de ser dependente dos países imperialistas, de cessar com a dívida externa e de romper com a cultura do favorecimento às elites. Tampouco entrou na pauta política romper com o que de fato gera a pobreza e a exclusão social; o que realmente ocorreu foi uma eterna dependência da benemerência dos países centrais e de organismos internacionais.

¹⁹ O BRICS se constitui em um agrupamento de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que, juntos, detêm a maior porcentagem da população mundial, com 42%, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial. Nesse sentido, “O acrônimo BRIC foi cunhado em 2001 pelo banco de investimentos Goldman Sachs, para indicar as potências emergentes que formariam, com os Estados Unidos, as cinco maiores economias do mundo no século XXI. Em 2006, os países do BRIC deram início ao diálogo que, desde 2009, tem lugar nos encontros anuais de chefes de Estado e de Governo” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019, n.p.).

Contudo, há que se considerar que o retorno de um desenvolvimento ainda mais dependente e subordinado aos interesses do grande capital, além de desleal para os trabalhadores, está em curso, como se pode observar nos governos de Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019 até os dias atuais).

O presidente Michel Temer chegou ao poder em 2016, através de um golpe contra a presidente Dilma Rousseff, cuja política para o desenvolvimento do país, apesar de não romper e questionar o modo de produção capitalista, possuía uma inegável direção para o campo do social.

Entre os desmontes e a clara desresponsabilização do Estado com as políticas públicas, principalmente as do campo do social, destacamos a aprovação da Emenda Constitucional n. 95 (EC 95) (BRASIL, 2016), que define um novo regime fiscal para os gastos públicos federais, o qual impõe o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. Cabe destacar que o congelamento dos gastos não contempla os juros da dívida pública. De acordo com Marques (2019), a emenda não leva em consideração que a população, nesse período de congelamento de gastos, cresce e envelhece e, por essa razão, necessita da ampliação dos investimentos.

Levando isso em consideração, foi um governo que designou os rumos do desenvolvimento do país, a partir de um conjunto de reformas de aviltamento de direitos aos trabalhadores, retirando o Estado de sua responsabilidade de garantir a proteção social à população. Com isso, foi aberto, segundo Behring (2021, p. 166), “um nítido aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, com o novo regime fiscal ultraliberal”.

Findado o governo Temer, seguem, no governo de Jair Bolsonaro, as reformas do Estado que retiram os direitos dos trabalhadores, deixando-os à própria sorte. As estratégias do Estado para o desenvolvimento colocam abertamente os detentores do poder capitalista no centro de suas ações.

Nos governos de Getúlio Vargas, Lula e Dilma houve tentativas, por motivações e interesses distintos, mesmo que tímidas, para que, de alguma forma, fosse possível minimizar a dependência do Brasil junto aos países imperialistas, dando maior visibilidade aos interesses nacionais. Por outro lado, no atual governo, há uma tentativa clara e transparente de manter a subordinação do país, principalmente com relação aos Estados Unidos.

O retrocesso e o desmonte das políticas públicas têm sido prioridade na agenda do atual governo, assim como o ataque à democracia, aos homossexuais, aos negros, aos índios etc. Tudo em nome de uma falsa moral e de um conservadorismo que viola cotidianamente os direitos humanos e constitucionais, apoiando-se, conforme Keller (2019), em uma ideologia do medo, para justificar comportamentos autoritários e discriminatórios, visando à manutenção da “ordem social”.

Cabe destacar que questões de cunho moral e religiosa, conservadoras positivistas e preconceituosas, que são colocadas pelo presidente da república abertamente, invadem a esfera pública e interferem na condução do desenvolvimento do país, no sentido de priorizar não somente o crescimento da economia, mas também uma política econômica de desmontes e de ataque aos trabalhadores.

O retrocesso no desenvolvimento do país fica ainda mais evidente quando são analisadas as estratégias de gestão para a condução da Pandemia da COVID-19, demandadas pelo governo federal, pois, como assinalam Jappe *et al.* (2020), há um cinismo por parte dos governantes, uma vez que a morte de parte da população, composta, em sua maioria, por “inúteis” que vivem de aposentadoria em vez de trabalhar, torna-se preferível do que ceder à interrupção das atividades econômicas.

Essa parece ser a preferência do presidente da república, devido à inércia na compra de vacinas, à negação da pandemia, à disseminação de *fake news*, ao incentivo à desobediência à população, com relação às recomendações sanitárias de cuidados do contágio do vírus, e, ainda, ao incentivo ao uso de medicações para a COVID-19 que, cientificamente, não foram comprovadas. Pode-se dizer, então, que “Bolsonaro, associou sua cruzada contra a vida à cruzada contra as liberdades democráticas, mobilizando um setor significativo e fanático que ainda o apoia contra os demais poderes” (BEHRING, 2021, p. 245).

Como se pôde verificar, o processo histórico do desenvolvimento do Brasil é repleto de contradições e dualismos, bem como de avanços (mesmo que tímidos em alguns períodos) e, contraditoriamente, de retrocessos, como no período vigente.

Verificou-se, ainda, que, em grande parte da história, o desenvolvimento do país se deu através de uma agenda que priorizou o econômico em detrimento do social, a classe burguesa em detrimento dos trabalhadores e a dependência e a subalternidade econômica em detrimento da autonomia e dos interesses da nação.

Também se evidenciou que o papel do Estado, no desenvolvimento do Brasil, com relação às políticas públicas fundamentais para a garantia da proteção social à população, historicamente foi atropelado pelos interesses do capital. Dessa maneira, o Estado, sobretudo, cedeu a esses interesses, muitas vezes interferindo no ocultamento das relações de dominação e exploração sofridas pelos trabalhadores e, inclusive, fragilizando a sua organização política e social.

Vimos até aqui que o Estado historicamente busca, nos processos de desenvolvimento, garantir o crescimento econômico. Porém, essa estratégia nem sempre assegura um verdadeiro desenvolvimento, pois, muitas vezes, deixam-se à parte do processo ou, então, em segundo plano as políticas públicas garantidoras de direitos e de dignidade humana. Educação, saúde, previdência, assistência social, moradia, saneamento básico etc. acabam sendo negligenciados pelo Estado. Algumas são, ainda, passadas à responsabilidade da iniciativa privada, para que a sua operacionalização e execução possam gerar lucros e, assim, beneficiar o capital.

Com isso, o efeito da mundialização do capital coloca em **choque** duas visões de globalização, a “visão econômica, hoje hegemônica, sob o domínio do capital e, a visão humanista, emergente, centrada na pessoa e voltada ao bem-estar” (BRUM, 1999, p. 83). Essas duas visões nos possibilitam pensar como as estratégias de desenvolvimento se colocam para os países periféricos, como forma de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social. Também nos desafia a pensar sobre as políticas relacionadas ao desenvolvimento, as quais, atualmente, vêm se impondo para o conjunto desses países. Nossa análise nos leva a considerar que elas estão diretamente articuladas com os ideais neoliberais e com a manutenção da condição subordinada em relação aos países imperialistas, como é o caso do Brasil.

Antes de prosseguirmos com a discussão, cabe uma pequena reflexão: será que, de fato, essa segunda visão, humanista e de bem-estar, também não estaria sob os domínios do capital? Ou essa perspectiva, mesmo diante do capitalismo predatório, vem conseguindo provocar mudanças na atualidade? Essas questões me encorajam a seguir com a discussão em busca de respostas.

Posicionando-nos favoráveis à dimensão do desenvolvimento humano, partilhamos da ideia de desenvolvimento defendida por Coriolano, que traz para a discussão a importância da superação de concepções de desenvolvimento meramente economicistas, afirmando que o desenvolvimento é “um processo de

produção de riqueza com partilha de distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça” (CORIOLANO, 2001, p. 25).

Contrárias a essa abordagem de desenvolvimento estão as que defendem que o crescimento econômico ainda é base para o desenvolvimento. Essa lógica economicista, que vai ao encontro dos interesses do capital, contraditoriamente se distancia do desenvolvimento humano, fato que nos permite inferir que as necessidades humanas²⁰ acabam sendo usurpadas pelo capital. Portanto, todas essas necessidades passam a ser necessidades do capital, uma vez que “as carências do trabalhador são assim, para ela, apenas a necessidade de conservá-lo durante o trabalho, a fim de que a raça dos trabalhadores não desapareça” (MARX, 2010, p. 92).

A profunda agudização das expressões da questão social motivou, nos anos 2000, a ONU a lançar a Declaração do Milênio e, com ela, os Objetivos do Milênio (ODM)²¹. Tal declaração propunha o comprometimento dos países em reduzir a extrema pobreza, através de objetivos, com alcance até 2015.

Com a dificuldade de cumprimento dos objetivos postos nos anos 2000, em 2015, o desenvolvimento na agenda internacional ganhou novas dimensões, com os objetivos de desenvolvimento sustentável, em uma agenda para 2030, composta de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)²². Os objetivos integram três dimensões do desenvolvimento humano sustentável, quais sejam: econômica, social e ambiental, para poder seguir com as “metas do milênio”.

²⁰ As necessidades humanas básicas, para Pereira (2006), estão relacionadas a algo que é essencial e inegociável; logo, dizem respeito à dignidade humana e ao bem-estar da população e da universalidade de direitos. Refuta o termo “mínimo”, muito utilizado nas políticas sociais presentes no Brasil – como na política de assistência social –, corrompidas pela lógica neoliberal.

²¹ Os Objetivos do Milênio (ODM) da ONU são: 1 - erradicar a extrema pobreza; 2 - atingir o ensino básico e universal; 3 - promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4 - reduzir a mortalidade infantil; 5 - melhorar a saúde materna; 6 - combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7 - garantir a sustentabilidade ambiental; 8 - estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. (disponível em: www.agenda2030.org.br/sobre/.)

²² Os ODS são: 1 - erradicação da pobreza; 2 - fome zero e agricultura sustentável; 3 - saúde e bem-estar; 4 - educação de qualidade; 5 - igualdade de gênero; 6 - água potável e saneamento; 7 - energia acessível e limpa; 8 - trabalho decente e crescimento econômico; 9 - indústria, inovação e infraestrutura; 10 - redução das desigualdades; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 12 - consumo e produção responsáveis; 13 - ação contra a mudança global do clima; 14 - vida na água; 15 - vida terrestre; 16 - paz, justiça e instituições eficazes; 17 - parcerias e meios de implementação. (disponível em: www.agenda2030.org.br/sobre/.)

Figura 1 – Conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2015, n.p.).

Cabe destacar que as políticas públicas de turismo também começam a seguir as recomendações da ONU, incluindo o turismo nos ODS. Em 2015, a Organização Mundial do Turismo lança o desafio para a área, com relação a pensar em estratégias de como o turismo poderia contribuir com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Isso endossa o turismo sustentável como estratégia de desenvolvimento, no sentido de cumprir a agenda para 2030. Diante disso, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2019, p. 2) considera que a atividade

[...] tem o potencial para contribuir, direta ou indiretamente, para todos os Objetivos. Em particular, foi incluído como meta nos Objetivos 8, 12 e 14: crescimento econômico inclusivo e sustentável, consumo e produção sustentáveis e uso sustentável de oceanos e recursos marinhos, respectivamente.

Em uma análise acerca dessas metas, Netto aponta para a sua ineficácia e o seu fracasso, não por mera suposição, mas justamente por analisar toda a proposta a partir da perspectiva crítica e histórica da realidade mundial e brasileira, com base na lei geral de acumulação do capital²³. Dessa forma, o autor afirma que

²³ A lei geral de acumulação sobre base capitalista, segundo a qual “quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa de superpopulação consolidada, cuja

[...] ao contrário dos técnicos do PNUD, não hesito em afirmar que as “metas do milênio” não serão atingidas – exceto se uma transformação social radical se operar em escala mundial, erodindo os suportes da sociedade capitalista e abrindo a transição para outra ordem social (NETTO, 2007, p. 154).

Diante disso, verifica-se que esses órgãos possuem uma visão humanista, ambientalista e reformista. Porém, apesar de ser uma visão importante, que traz contribuições e avanços para a ampliação do conceito de desenvolvimento, por si só, não é suficiente, uma vez que as metas lançadas, baseadas nessa perspectiva – isto é, em um sistema predatório como o capitalista –, de fato se distanciam muito de qualquer possibilidade de mudança e de erradicação da pobreza, da desigualdade, do desemprego etc.

Isso porque se entende também que, de certa forma, a manutenção dessas expressões da questão social é funcional ao modo de produção capitalista, pois a pobreza, a desigualdade e o desemprego o sustentam.

A justificativa apresentada por esses organismos à sociedade, para que, de maneira livre e legitimada socialmente, pudessem continuar o direcionamento e a condução das políticas econômicas e sociais dos países periféricos, é a de “auxiliar” na superação do subdesenvolvimento, da pobreza e da desigualdade social. Para Montaño (2017), o objetivo nunca foi ajudar os países subdesenvolvidos, mas sim garantir a lucratividade do grande capital internacional nos países dependentes.

Por mais que esses órgãos tenham projetos e ações que valorizem a dimensão humana, não problematizam e não atacam as causas da pobreza e da desigualdade. A dimensão humana capturada pelo sistema capitalista tende a desconsiderar essa dimensão e a supervalorizar o individual e, ainda, produz, cada vez mais, pobreza e desigualdades. Com isso, o modo como a sociedade continuará promovendo o seu desenvolvimento no contexto das relações capitalistas também produzirá mais desigualdade e exclusão.

Chegamos a essa conclusão porque estamos contextualizando os objetivos do desenvolvimento sustentável sob a perspectiva da sociedade capitalista, em que o contexto da mundialização do capital, das novas formas de acumulação e da superexploração da força de trabalho vem, historicamente, produzindo um desenvolvimento que gera desigualdades. É por essa razão que “o Brasil tem hoje

miséria está na razão inversa do martírio do seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazerentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial” (MARX, 2017, p. 719).

um dos índices de pobreza mais altos da América Latina, só superado pelos da Bolívia, do Paraguai e do Peru” (RIVERO, 2002, p. 145).

E o turismo nesse contexto? É possível dizer que tal atividade realmente se constitui em estratégia posta pelo Estado, para contribuir e alcançar o verdadeiro desenvolvimento? E, ainda, poderia o turismo de fato contribuir para atingir as metas do ODS?

Não se pode negar a potencialidade da atividade nem as suas contribuições para o histórico crescimento econômico de cidades e regiões do Brasil, as quais têm nas atividades do turismo sua principal fonte de arrecadação e a sobrevivência da população. De acordo com informações da gestão municipal de Gramado,

[...] nós tivemos uma venda de cartão de crédito de um bilhão cento e dez milhões, no mês de julho de 2018. Agora o que os parques arrecadam, isso é mais complicado de a gente ter esses dados (GESTÃO MUNICIPAL T).

Se fala em...é empírico isso, se fala em 85, 86% de um PIB de 1.7bi, vai dar aí 1 bi e trezentos anualmente (GESTÃO MUNICIPAL G).

No entanto, cabe destacar que, segundo Coriolano (2006), o turismo surge para dar respostas à crise da acumulação global e à ampliação da acumulação capitalista, envolvendo, de forma direta, o Estado e o mercado.

Por esse motivo, também não se pode negar as interferências e consequências dessa atividade nos territórios, uma vez que o turismo utilizado como mercadoria fetichizada mascara relações de dominação, oculta as lutas de classe, aliena os trabalhadores, viola direitos e agudiza as expressões da questão social, visto que

[...] o turismo é um poderoso agente transformador que cria um mundo novo de negócios e acaba contemplando inumeráveis aspectos da vida social, constituindo-se, ao mesmo tempo, como um sedutor mecanismo de reprodução do capitalismo (OURIQUES, 2015, p. 69).

Além desse aspecto, Teles (2006) chama atenção para a particularidade do turismo em países periféricos, como o Brasil, onde o capital internacional, ao se instalar, suga recursos, superexplora a força de trabalho e envia quase que a totalidade dos lucros para o exterior. Situação essa legitimada pelo Estado, pois “nos lugares turísticos, sobretudo nos países periféricos, a displicência com um planejamento turístico mais comprometido com a realidade local a partir de recortes

territoriais tem acarretado grande dominação de empresas estrangeiras” (TELES, 2006, p. 49).

Há, então, a necessidade, de acordo com Cruz (2002), de articular a política pública de turismo com outras políticas setoriais, que levem em consideração a realidade de cada território como sendo único. No entanto, isso deve ser feito sem deixar de analisá-lo sob o contexto do capitalismo global.

Diante disso, pode-se verificar que o caminho que temos que percorrer para um desenvolvimento de fato humano e sustentável parece distante, uma vez que se trata de alcançá-lo no âmbito do capitalismo e sob o comando das determinações neoliberais. Coriolano (2001, p. 36) afirma que, no contexto dessa forma de sociabilidade, “o desenvolvimento é um processo que acontece de forma desigual e combinada, [...], logo, o mesmo processo que produz riqueza para uns, traz também pobreza para outros – a maioria”.

Entretanto, não desconsideramos a importância do movimento realizado pela ONU, em suas estratégias e “tentativa” de enfrentamento à pobreza nos países periféricos, visto a ampliação de uma visão de desenvolvimento que tenta abarcar a dimensão humana. Isso porque o processo de desenvolvimento e as estratégias utilizadas para o seu alcance interferem “nas transformações de ordem mental e social de um povo, porque todo o país que decide promover o seu desenvolvimento precisa começar por investir no homem” (CORIOLANO, 2001, p. 33).

Porém, esse movimento dialético e de compreensão da contraditoriedade dessa abordagem, no contexto do capitalismo, faz-nos refletir que, ao mesmo tempo que representa um avanço conceitual de desenvolvimento, se compararmos com a lógica exclusivamente economicista de outro, segue os ditames neoliberais por não atacar ou sequer questionar o cerne da questão social, bem como por colocar no indivíduo toda a carga e responsabilidade pelas suas escolhas.

Assim, apesar de todo o esforço em apresentar alternativas que, aparentemente, façam parecer que existe uma crítica ao neoliberalismo, tal perspectiva não consegue escapar de uma análise mais crítica, em que ficam evidentes a articulação de suas ideias com a lógica liberal e a focalização do indivíduo como agente responsável pela sua própria realização ou pelo seu fracasso.

Contudo, pode-se dizer que o turismo segue a mesma lógica, pois, mesmo estando contemplado nos ODS na agenda para 2030, com objetivos de um turismo

responsável e sustentável, além da responsabilidade de contribuir para a redução das desigualdades etc., também não escapa da lógica capital.

Cabe ressaltar que muitos países e cidades do Brasil e do mundo vêm se apoiando no turismo como estratégia de desenvolvimento, tendo ele um papel importante na economia de inúmeras cidades brasileiras. Uma dessas cidades é Gramado, no Rio Grande do Sul, que vive quase que exclusivamente do turismo, de modo que seus gestores o percebem como essencial para a garantia do que consideram como desenvolvimento.

Cabe, então, a seguinte indagação: será que o turismo pode ser, de fato, um par perfeito para o desenvolvimento da cidade? Não estamos, aqui, referindo-nos aos modelos de desenvolvimento adotados historicamente pelo país, mas sim ao desenvolvimento em que a dimensão do humano e a da justiça social são primordiais e basilares para um verdadeiro desenvolvimento com igualdade e distribuição de riqueza. O “desenvolvimento em escala humana se baseia na autonomia dos países, de pessoas e de comunidades, de maneira a convertê-los em sujeitos do processo de desenvolvimento e não apenas em meros objetos” (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012, p. 64).

Sob esse aspecto, a atividade do turismo tende a satisfazer uma necessidade humana, pois diz respeito ao lazer, tanto para os visitantes quanto para as comunidades que vivem nas cidades turísticas. Mas será que isso pode realmente acontecer nessa sociabilidade capitalista? Quem de fato tem acesso às atividades turísticas que contemplam a dimensão da satisfação de uma necessidade humana? Será que o turismo consegue mesmo garantir o desenvolvimento que defendemos? Como são as condições de vida dos trabalhadores de uma cidade turística, como Gramado, que vende a imagem de uma cidade desenvolvida ideal? Seria o “canto da sereia”?

Nesse contexto, o desenvolvimento humano se refere à dimensão humana e às necessidades humanas, que estão relacionadas à essência do homem, conforme sinaliza Marx (2010), na qual também nos apoiamos e a qual defendemos, no contexto do modo de produção capitalista sob o comando das organizações internacionais. Porém, essa essência é confundida com necessidades que só podem ser satisfeitas no mercado e, portanto, corrobora com um desenvolvimento que tende a focar o indivíduo em todos os sentidos. Assim, o desenvolvimento sob a perspectiva da dimensão humana, da sustentabilidade e da justiça social é

capturado pelo modo de produção capitalista e pelo ideário neoliberal, nos quais há o apagamento dessa perspectiva, quando o que de fato interessa nesse tipo de sociabilidade é a obtenção do lucro.

Nossa pesquisa busca dialogar com a história dos modelos de desenvolvimento adotados pelo Brasil, com as particularidades do nosso cenário de pesquisa, que é Gramado, tendo o turismo como estratégia de desenvolvimento adotado pela referida cidade.

Para que os gestores possam transmitir ao público turista uma imagem de cidade desenvolvida, realizam esforços na tentativa de obscurecer os rebatimentos do turismo na cidade. Assim, apoiam-se na venda da imagem de uma cidade que parece estar à parte do contexto nacional e alheia às consequências da relação conflituosa entre capital e trabalho. Esse fato pode ser evidenciado na fala de um dos gestores entrevistados:

*[...] a gente ouve direto aqui que Gramado é diferente de qualquer lugar do país. Outro dia a gente teve uma reunião com o Old Street aqui e ele falou que **aqui é a Europa e não o Brasil, porque é um conceito diferente de cidade**, que é a limpeza, o asseio das coisas, então eleva para um patamar diferente (GESTOR MUNICIPAL ST, grifo nosso).*

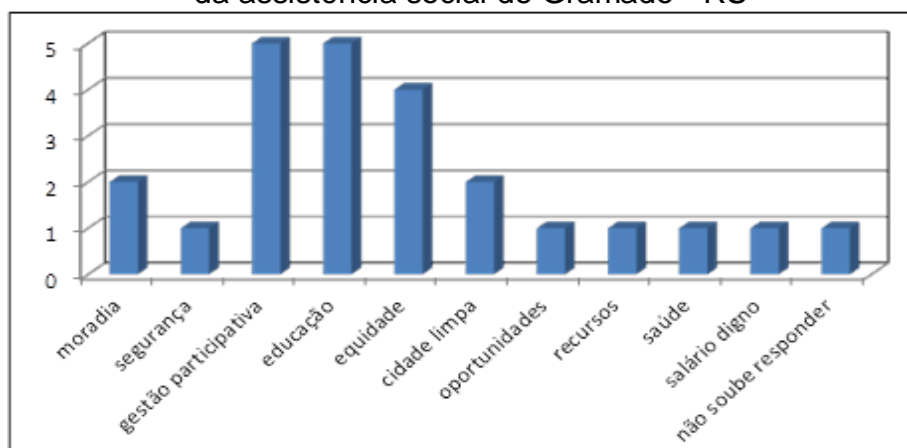
A fala evidencia, ainda, o apagamento da identidade do território, que possui a sua arquitetura baseada no estilo europeu branco, ocultando a verdadeira identidade da população residente e a existência da diversidade. Nesse sentido,

[...] o turismo tem se desenvolvido como uma atividade mecânica que ignora as diferentes demandas e lugares, transformando muitas áreas em cópias de grandes e famosos destinos (TELES, 2006, p. 51).

A pesquisa ouviu os usuários da assistência social, gestores e conselheiros, para verificar a percepção de todos eles com relação ao que consideram desenvolvimento. Sobre essa questão, os usuários responderam que desenvolvimento é: ter igualdade de investimento (entre área central e bairros mais afastados do centro); pensar mais nos pobres; possuir políticas sociais (educação, saúde, moradia e segurança); ter gestão democrática; dar oportunidades (relacionadas ao trabalho), ser uma cidade limpa; e possuir recursos. “*É uma coisa que vai crescer, vai fluir né! O crescimento das oportunidades, das escolas, e acho que é isso*” (USUÁRIO 4).

O gráfico a seguir evidencia claramente o que significa desenvolvimento para os usuários da assistência social, área diretamente relacionada com o acesso às políticas públicas e à gestão participativa.

Gráfico 1 – Percepção de desenvolvimento para os trabalhadores da assistência social de Gramado - RS



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com dados da Lei de Diretrizes Orçamentárias de Gramado (LDO/2019) (GRAMADO, 2018), a projeção das receitas do município para o ano de 2019 foi de R\$ 248.236.154,61. Os recursos previstos de repasse à Secretaria de Turismo e à autarquia Gramadotur juntas somaram R\$ 36.630.492,55. Cabe destacar que essa última recebe a maior fatia de recurso público municipal para a realização de eventos e para a participação do município em eventos turísticos fora da cidade.

Tabela 1 – Orçamento municipal destinado às secretarias de Gramado (2019)

SECRETARIA	ANO	VALOR (R\$)
Secretaria do Turismo	2019	2.348.885,55
Autarquia - Gramadotur	2019	34.281.544,00
Secretaria da Saúde	2019	45.666.438,31
Secretaria de Obras	2019	9.112.706,43
Secretaria da Educação	2019	61.282.157,11
Gabinete do prefeito	2019	5.320.852,34
Secretaria de Assistência Social	2019	6.990.117,55

Fonte: Material divulgado em Audiência Pública da LDO – 2019.

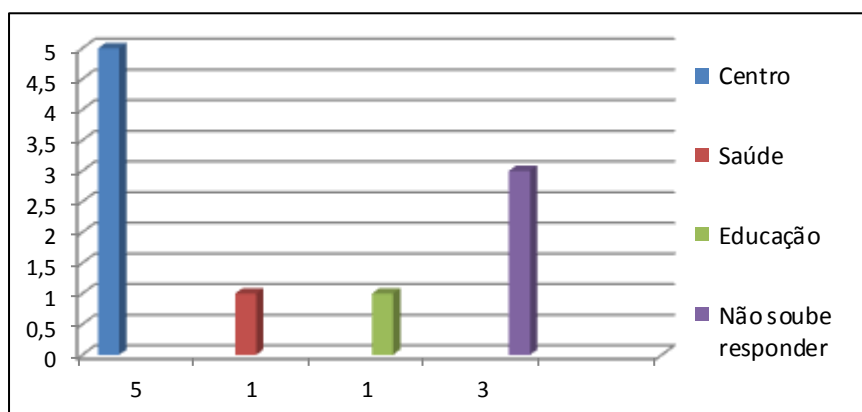
Depois da Gramadotur, a Secretaria que mais recebe recursos é a de Educação, seguida pela Secretaria de Saúde – essa última responsável pelo

atendimento de saúde de toda a população (crianças, jovens, adultos e idosos), assim como dos turistas, quando necessitam de atendimento da área.

Cabe destacar que os repasses ao turismo são altos e atendem apenas a uma parte da população, ou seja, ao próprio turista e àquela população que reside nas proximidades de onde o visitante circula. Chama a atenção o repasse destinado à Secretaria de Assistência Social a qual vem a ser um pouco maior do que a do Gabinete do prefeito. A referida política é responsável pelo atendimento às refrações da questão social agravadas pela dinâmica capitalista da atividade econômica do turismo na cidade, carecendo de um olhar mais atento e cuidadoso por parte da gestão municipal, visto a sua importância para a população local enquanto política de seguridade social.

No que diz respeito à percepção dos usuários entrevistados sobre onde há maior investimento público municipal, bairro ou setor, a maioria dos entrevistados respondeu que é no centro da cidade; eles também apontaram que percebem investimento público em saúde e educação.

Gráfico 2 – Percepção dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado – RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, quanto aos investimentos públicos da cidade



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Existe certa insatisfação com relação à desigualdade de investimento público nos bairros mais afastados do centro, em uma relação de disputa entre centro e periferia. Esse fato corrobora com a ausência de investimento em políticas públicas nas comunidades, situação que nos coloca frente à questão de que o desenvolvimento dentro da própria cidade é desigual. Ainda, a fala dos usuários traz

a execução por parte da gestão municipal de políticas como fundamental para o desenvolvimento da cidade:

O que eu entendo que não é só onde tem as pessoas de bem de vida pra ficar melhor, é pra fora, é os outros bairros, porque na verdade o pessoal só se lembra do pessoal do interior, ah aquele muquifo lá, só vão lá quando querem voto, mas depois eles não se lembram da baixada, não se lembram dos outros bairros, é só o centro, só funciona no centro isso aí (USUÁRIO 2).

Dentro desse contexto, as políticas de turismo devem dialogar com diversos setores e políticas públicas que

[...] conectados, possibilitam trabalhar o turismo de maneira sustentável. Mas deve-se compreender que a elaboração de uma política de turismo está ligada à realidade comum de uma localidade, obedecendo à regionalização e as necessidades da comunidade (SANTOS; GOMES, 2007, p. 4).

Desse modo, para os usuários é importante a participação da comunidade nas ações e decisões referentes ao planejamento do turismo, pois elas também dizem respeito a eles, uma vez que todas as escolhas e práticas relacionadas ao desenvolvimento do turismo da cidade trarão rebatimentos sobre suas vidas.

Assim, para os usuários entrevistados, desenvolvimento significa ter uma gestão democrática que pense e envolva a comunidade nas decisões e no planejamento das políticas públicas para a cidade,

Eu acho que tem que ter uma gestão que trabalha junto, que se tem que fazer o melhor pra todos sabe [...] e eu acho que tem que ter mais escolas né, que as pessoas possam ter mais acesso, às pessoas de baixa renda também (USUÁRIO 7).

Precisa pensar um pouco mais nos pobres, eu acho, é porque que nem eu falei antes passa prefeito, muda prefeito, vem prefeito e ele não lembra dos bairros, tem muitos lugares que tu vai não tem asfalto, não tem acesso ao asfalto, não tem posto de saúde, tem uns que tu vê uns bairros abandonados sabe, principalmente o interior né, principalmente o interior (USUÁRIO 10).

Um dos usuários, em sua fala, traz que não considera essa cidade como desenvolvida, pelo fato de as pessoas enfrentarem dificuldades de manter suas necessidades humanas, como moradia e felicidade. Para ele, mesmo diante da

possibilidade de ter um trabalho, isso não significa ter a tranquilidade e a garantia de conseguir promover seu sustento:

Isso falta muito, falta muito. Imagina vou te falar uma coisa, tem casos que é pior que o meu caso. Imagina, tem pessoas que não tem, que não conseguiram um trabalho até agora mesmo que eu consegui, até hoje eu estou preocupado, você acha que é legal? Não, como que a pessoa vai conseguir um trabalho e dizer ah estou feliz, consegui um trabalho pra gente relaxar, não! Por que, a cidade é tudo caro, você não consegue nem moradia (USUÁRIO 1).

Os gestores municipais e os conselheiros do COMTUR também foram questionados sobre o que significa desenvolvimento. O quadro a seguir mostra a visão dos gestores e conselheiros sobre o significado de desenvolvimento.

Quadro 2 – Desenvolvimento – gestão municipal e COMTUR

PARA VOCÊ, O QUE É DESENVOLVIMENTO?	
GESTÃO MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidades; ▪ Políticas públicas (educação); ▪ Inovação; ▪ Crescimento econômico e social; ▪ Sustentabilidade; ▪ Sentimento de pertencimento.
COMTUR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas públicas; ▪ Inovação; ▪ Boa condição econômica; ▪ Sustentabilidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A questão das **políticas públicas** e da **sustentabilidade** também apareceram nas falas tanto dos gestores quanto dos conselheiros, sendo que um dos membros governamentais do conselho pontuou a questão da **boa condição econômica**. A fala de um dos gestores municipais traz que o desenvolvimento

[...] não é só crescimento econômico, mas social também e o senso de comunidade. Que é isso que está se perdendo e acabam achando que não são bem-vindas, bem-vistas no Lago Negro, na praça (GESTOR MUNICIPAL SG).

Aqui, o gestor, ao se referir à comunidade residente, parece demonstrar que há certo descontentamento e desconforto por parte da população e, de certa forma, ausência de sentimento de pertencimento da população residente com a cidade

onde vive, fato que nos faz entender esse território turístico como um espaço de disputa e de relações de poder.

Há um aspecto importante que deve ser destacado, o qual diz respeito à nossa discussão de desenvolvimento, que entendemos envolver a dimensão humana dos sujeitos também enquanto coletividade, de relação com o outro e com o meio onde vive. No entanto, a fala do próprio gestor acende o alerta de que “o plano da prática socioespacial revela a cidade vivida como fonte de privação, percebida como estranhamento, e conseqüentemente, como fonte de conflitos” (CARLOS; ALVES; PÁDUA, 2017, p. 33).

A questão da sustentabilidade apareceu na fala da gestão municipal e do conselho de turismo, tendo um papel importante para o desenvolvimento da cidade. Porém, um dos membros do conselho que representa a gestão do município apresenta preocupação com o crescimento desenfreado do setor imobiliário:

[...] nós estamos vendo hoje na cidade de Gramado, um absurdo a questão da propagação imobiliária e isso é confundido com desenvolvimento [...] nós poderíamos dizer tranquilamente que é uma cidade desenvolvida, mas como eu disse cometeu muitos erros e que acaba sendo nocivo para a cidade. Dependendo da análise que tu fizer, não chegaria a uma cidade desenvolvida nunca (MEMBRO COMTUR G).

Tal fato evidencia a contradição entre a fala e a realidade, pois, ao mesmo tempo que considera a sustentabilidade como fundamental para o desenvolvimento, a lógica predatória do capital e a colocação da cidade e do turismo como mercadoria parecem se sobrepor ao discurso da responsabilidade ambiental. Essa contradição pode ser evidenciada na fala do outro membro do conselho, quando ele diz:

[...] eu entendo desenvolvimento um desenvolvimento que seja sustentável, porque o desenvolvimento que não é sustentável é retrocesso no futuro, então eu considero desenvolvimento um progresso que nos faça garantir boas condições para as gerações atuais sem extinguir recursos para as gerações futuras (MEMBRO COMTUR NG).

Essa contradição acirra a correlação de forças entre capital e trabalho, de modo que os espaços da cidade acabam sendo palco de disputas, assim como coloca para a gestão o desafio de garantir o interesse público de acesso e direito aos espaços da cidade, de assegurar melhores condições de vida e de promover sustentabilidade, a qual parece estar ameaçada pela interferência e pelos interesses do capital.

Entende-se que a discussão de território, identidade e direito à cidade é de extrema relevância e tem relação direta com o tema proposto, uma vez que a temática do turismo e as suas contradições abrem inúmeras possibilidades de discussões. Porém, não aprofundaremos essas questões, pois optamos, nesse momento, por analisar outras categorias, como, além do turismo, o desenvolvimento e a pobreza.

O capítulo a seguir aprofundará a discussão do turismo como estratégia de desenvolvimento e o seu diálogo com as demais políticas públicas, trazendo, para a análise o cenário particular do turismo em Gramado.

3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO: UM PAR (IM)PERFEITO?

Iniciamos nossa análise trazendo à luz o conceito de turismo que pode ser caracterizado como uma “atividade econômica fomentadora de transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e ideológicas nos polos receptores e emissores, ou seja, no circuito de deslocamentos e nos lugares onde se instala” (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016, p. 102). Nesse sentido, se pode verificar que o turismo tem em seu cerne a capacidade de interferir de forma significativa em vários aspectos, como nos territórios, na vida das pessoas, nas relações sociais, no cotidiano etc.

O capítulo discutirá o turismo enquanto política pública que, de acordo com as prerrogativas de sua Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2008) e as diversas normativas técnicas do Ministério do Turismo, deve contribuir para o desenvolvimento do país, mas que, sob a égide do capital, vem se apresentando, nos termos de Marx (2017), como valor de troca²⁴.

Partimos da compreensão de política pública cunhada por Saraiva (2006, p. 28) da seguinte maneira: “trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Ainda segundo o autor, as políticas públicas podem ser consideradas como estratégias para diversas finalidades, todas de algum modo, desejadas por diversos grupos. Assim, a função última das políticas públicas “se constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política”.

Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAIVA, 2006, p. 28).

Para fins de contextualização e necessidade de captar o movimento histórico dessa atividade iremos, de forma sucinta, retomar o avanço do turismo no contexto do desenvolvimento capitalista²⁵, visto que, para o método do materialismo dialético

²⁴ O modo de produção capitalista transforma o valor de uso que segundo Marx (2017) é a forma como as mercadorias vêm ao mundo, na sua forma natural para a satisfação das necessidades humanas. O valor de troca é medido pelo tempo de trabalho necessário para produzir uma mercadoria, expressa o valor de uma mercadoria que só se realiza com a sua troca.

²⁵ Trabalho no capítulo anterior.

e histórico adotado neste estudo é fundamental a realização dessas mediações e transições históricas para que se possa captar e desvelar as contradições que não estão dadas nesse contexto.

O turismo, ao longo da história, vem se fortalecendo e começando a se desenvolver de fato no Brasil após as conquistas trabalhistas e avanços relacionados à tecnologia e transportes a partir da década de 1930. Isso porque se percebeu a potencialidade econômica da atividade e como possibilidade de desenvolvimento para muitas cidades do país. Nesse período, surgem as primeiras regulamentações, a que normatizou, por exemplo, a venda de passagens aéreas, mas a primeira Política Nacional de Turismo só surge em 1966.

Os trabalhadores começaram a fazer viagens “também influenciados pela propaganda turística, em busca do relaxamento e do descanso, para recarregar as ‘baterias’ em um ano de trabalho estafante” (OURIQUES, 2015, p. 13). No sentido aqui exposto, o turismo tem relação direta com o trabalho. Trata-se de uma relação contraditória onde, ao mesmo tempo em que as garantias de direitos trabalhistas proporcionaram maior possibilidade de acessar o turismo, também viabilizou a reprodução do trabalhador para que este pudesse, ao descansar, ser mais eficiente ao capital.

Cabe destacar que a atividade do turismo surge, de acordo com Brandão e Coriolano (2016), como uma forma de reestruturação do capitalismo que se vincula ao setor terciário da economia tendo o poder de mobilizar diversas atividades econômicas de outros setores por meio de um “efeito multiplicador”.

Assim, para que houvesse a expansão do turismo no século XX, não seria suficiente, segundo Ouriques (2015, p. 35), “proporcionar mais ‘tempo livre’ e salários melhores aos trabalhadores. Foi preciso então, criar uma verdadeira industrialização dos lazes”, onde o investimento do Estado em infraestrutura, em áreas de transporte aéreo, ferroviário e automóveis foram fundamentais para que ocorresse a massificação dos deslocamentos das pessoas de um lugar para outro.

O desenvolvimento do turismo, tradicionalmente influenciado pelo modelo de desenvolvimento capitalista, fez com que essa área tivesse um direcionamento para os interesses e a lógica do mercado e do consumo. Isso ocorre, conforme Coriolano (2005, p. 299), “quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos, apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias”. Para Harvey (2006, p. 237), “o capital possui meios de se apropriar e extrair excedentes

das diferenças locais, das variações culturais locais e dos significados estéticos, não obstante a origem”.

A análise histórica do modo de produção capitalista nos permite dizer, com base na teoria marxista, que a sociedade burguesa capitalista tem a necessidade de gerar valor. Desse modo, “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2017, p. 113), onde, nessa sociedade, as necessidades são criadas e recriadas e o turismo entrou no rol das demandas criadas pelo capitalismo, visando aumentar a acumulação de capital, uma vez que, com o desenvolvimento das forças produtivas, percebeu-se que o turismo poderia ser uma atividade bastante lucrativa.

No entanto, cabe destacar as contradições que permeiam esse campo à medida em que o turismo e suas atividades são responsáveis pela manutenção de muitas cidades do Brasil e de seus trabalhadores que dependem da atividade turística para garantir o seu sustento e de suas famílias.

De acordo com o Ministério do Turismo (2018), a atividade turística no ano de 2016 gerou mais de 7 milhões de postos de trabalho no Brasil, o que representa 7,8% dos empregos. Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, *apud* ORSOLON, 2015), a atividade do turismo foi responsável em 2014 por 9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

O Plano Nacional do Turismo revela que essa atividade, no ano de 2017, movimentou US\$ 7,6 trilhões, o que representa 10% de toda a riqueza gerada na economia mundial, segundo o Ministério do Turismo (2018). Ainda de acordo com o documento, o turismo é a atividade do setor terciário que mais cresce no mundo, sendo esse campo o responsável por 292 milhões de empregos, “o equivalente a 1 em cada 10 postos de trabalho na economia global” (BRASIL, 2018).

No Brasil, em 2008, o turismo teve a última atualização da Política Nacional de Turismo, regulamentada através da Lei n. 17.771 (BRASIL, 2008). A lei define as atribuições do governo federal para efetivação da política e direciona seus objetivos para o respeito ao desenvolvimento das cidades e para a redução das desigualdades sociais e regionais.

De acordo com a PNT, as atividades do turismo devem:

[...] gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e

social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade (BRASIL, 2008, n.p.).

Na obra *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (2010), Marx aborda a questão das necessidades humanas que dizem respeito não somente às questões fisiológicas relacionadas à satisfação da fome, da sede etc., mas também a carências relacionadas ao acesso à cultura, ao lazer, a diversão, a arte etc. Pode-se dizer então, que o acesso ao turismo nesse contexto, é uma necessidade humana, pois se relaciona ao campo do lazer. Porém, no contexto da sociedade capitalista, o acesso à esta atividade é seletivo e o tempo livre se transforma em tempo de trabalho, fato que limita ainda mais o acesso ao turismo.

Para Padilha (2000, p. 70), “parece inevitável que o lazer, entendido como ocupação ou atividade durante um tempo liberado de obrigações numa sociedade capitalista, implique necessariamente numa relação de consumo”, e é nesse sentido que o turismo entra no circuito da mercadoria e passa a ser consumido por uma minoria abastada. O que pode ser verificado no Tabela 2, onde quase 50% da população não tem viajado por falta de dinheiro:

Tabela 2 – Motivo de os moradores não viajarem

TURISMO	BRASIL	RS
Motivos de nenhum morador ter viajado		
Não ter dinheiro	48,9%	42,1%
Não ter tempo	18,5%	22,4%
Não ser prioridade	4,8%	5,7%
Problemas de saúde	4,3%	5,7%
Não ter interesse	7,2%	9,5%
Não ter necessidade	13,5%	11,5%
Outro	2,9%	3,0%
Viagens realizadas pelos moradores dos domicílios, por finalidade da viagem		
Pessoal	86,5%	86,8%
Profissional	13,5%	13,2%
Viagens nacionais realizadas pelos moradores dos domicílios		
Por UF de destino	----	6,7%
Por UF de origem	----	6,9%

Fonte: Dados extraídos de PNADC (IBGE, 2019).

Assim, ao analisar o turismo sob uma perspectiva crítica, evidenciam-se contradições que nos remetem a refletir sobre elas no sentido de desvelar as lutas

de classe existentes nesse campo que tendem a ser mascaradas e ocultadas pelo modo de produção capitalista e sua ofensiva neoliberal.

Desse modo, cabe destacar a seguinte indagação: quais os rebatimentos das contradições do turismo na vida dos trabalhadores? O turismo enquanto política pública e suas atividades vem se efetivando enquanto estratégia que de fato garante o desenvolvimento? Ou se legitima enquanto mercadoria, seguindo o fluxo do capital?

Em busca de respostas, de acordo com Dall’Agnol (2012), diversas áreas do conhecimento começaram a estudar esta atividade. Parte da literatura traz para o campo das discussões o turismo sob uma perspectiva positiva: de lazer e negócio, de preservação do patrimônio histórico, de criação de novos postos de trabalho e aumento das receitas das cidades etc. No entanto, também se refere à existência de estudos que tratam o turismo como uma forma globalizada de aumentar as taxas de lucro, tendo efeitos nocivos para as comunidades: a supervalorização dos imóveis e aluguéis, alto custo de vida, influências nos hábitos de vida e da cultura local, provocando um processo de aculturação das comunidades, problemas no trânsito, imposição de iniciativas de controle e de ações higienistas nos locais onde passam os turistas, entre outros.

Podemos citar neste universo também as diversas formas de precariedade do trabalho pois, para Martoni (2010), no campo do turismo, o capital aproveita-se da mão-de-obra barata para exploração da força de trabalho e também da ausência de organização e mobilização dos trabalhadores, fato bastante comum nessa área.

Nesse sentido, o turismo tradicional inserido no contexto do modo de produção capitalista, segundo Martoni (2010, p. 12), quanto mais se desenvolve enquanto produto, “maiores as chances de desconfiguração de uma localidade e marginalização das classes menos favorecidas”. Também dentro dessa lógica da mercantilização do turismo, Harvey (2017, p. 19) explicita que “a comoditização (por meio do turismo) de formas culturais [...] implica expropriações indiscriminadas”.

Nessa perspectiva, o turismo segue a lógica da atividade econômica capitalista que, através da internacionalização e da financeirização da atividade turística, ao entrar no circuito do capital, este “seleciona lugares, e, no turismo, por exemplo, atividade essencialmente capitalista, oferece todas as oportunidades de exploração, não apenas da mão de obra, mas de territórios” (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012, p. 63).

Tal fato parece ganhar legitimidade através do aparato jurídico legal do turismo, uma vez que a Política Nacional do Turismo prevê como um dos seus objetivos “promover a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infraestrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento turístico” (BRASIL, 2008, n.p.).

Dentro desse contexto, não se pode deixar de citar a participação do Estado no turismo, onde também se evidenciam contradições, visto que é a partir dele que se efetivam e se garantem políticas públicas capazes de efetivar direitos para os trabalhadores, mas também é a partir do Estado que a classe dominante vem ocupando espaços de modo a garantir seus interesses.

De acordo com Beni (2003), o Estado contribui com o turismo, estabelecendo mecanismos favoráveis para investimentos nessa área que garantam os interesses e a reprodução do capital. Segundo esse autor:

No caso do Brasil, a tendência sempre foi a de incentivar a participação intensa da iniciativa privada nos investimentos em equipamentos e em serviços turísticos, desde a intervenção inicial do governo no setor [...]. Enfim, é ficção pensar que o Estado não tem papel algum a desempenhar em turismo. Pelo contrário, ele é e continuará sendo a “mão oculta” que dirige a política da área, ao mesmo tempo em que assegura que os serviços turísticos que mais satisfazem os visitantes sejam oferecidos pelos mais capacitados a fornecê-los (BENI, 2003, p. 159).

Portanto, as investidas do capital sobre o trabalho contam com o apoio do Estado que, através de suas contrarreformas²⁶ prioriza o capital e abre espaço para o seu total domínio (sobre os territórios onde se instala, sobre os trabalhadores, sobre as políticas públicas etc.). Dentro desse contexto, para Martoni (2010, p. 7), os trabalhadores encontram-se desamparados “por governos adeptos a políticas

²⁶ De acordo com Behring e Boschetti (2007, p. 148-149), “ao longo dos anos 1990, propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno de reformas. A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cuja características de outsider (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pôde observar, de “reformas” orientadas para o mercado, no contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”. [...] Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indevida e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica.

públicas que focalizam a classe empresarial em termos de ajuste, benefícios e negociações”. Trata-se do Estado Mínimo e suas parcerias com a iniciativa privada que beneficia, em primeiro plano, o capital.

Logo, é necessário entender o turismo a partir de suas contradições e de seus rebatimentos nas condições de vida dos trabalhadores, desvelando o mundo das aparências que encobre este universo; para tanto, é necessária uma interpretação crítica que possibilite, segundo Ouriques (2015, p. 91),

[...] além de entender o turismo no contexto da produção que caracteriza a sociedade capitalista – portanto, como produtora do desenvolvimento insustentável –, compreende-o como forma específica de produção das relações sociais de exploração capitalistas – por meio da transformação das relações de trabalho “tradicionais” em relações assalariadas – e, não menos importante, como expressão da tendência imperiosa de mercantilização de tudo, inclusive da paisagem.

Dessa forma, se faz necessário reconhecer e investigar o turismo sob o contexto do desenvolvimento sócio-histórico do Brasil, desmistificando seus fetiches e buscando evidenciar a existência de interesses de classes antagônicas que permeiam o universo do turismo e mascarado pelo capital, e ainda, quais interesses vêm sendo atendidos por esta atividade, uma vez que neste campo “o espaço do residente e os espaços dos turistas, o espaço do esquecido, do cidadão local e o espaço elitizado e luxuoso dos turistas entram em conflito” (CORIOLANO, 2005, p. 301).

Nesse sentido, quando o turismo atende aos interesses do capital e de uma minoria abastada, acaba contribuindo para o aumento da desigualdade social, alienação, precarização das formas de trabalho e exclusão dos trabalhadores do acesso ao turismo enquanto política pública, direito de todos, onde, nesse contexto, o turismo mundializado promove “a inclusão limitada a poucos e ocasiona a exclusão exacerbada de muitos” (CORIOLANO, 2005, p. 296).

Para fazer frente a essas questões e ao universo das aparências do turismo tradicional imposto pelo modo de produção capitalista, é imprescindível a participação da comunidade na construção de um turismo participativo, humanizado e comunitário, que gere desenvolvimento sustentável nas cidades e que contribua para a redução da pobreza, das desigualdades sociais da população, assim como das desigualdades regionais.

Nesse contexto, o turismo comunitário:

[...] surge como contraponto ao turismo convencional e tradicional, integralizando no escopo de atuação, as preocupações e demandas de movimentos sociais e ambientais. [...] Posturas de turismo representam formas comprometidas de mudanças sociais (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012, p. 69).

Contudo, não se pode negar que o turismo vem assumindo um papel de centralidade no que diz respeito à arrecadação e manutenção de cidades e também como fonte de sobrevivência de muitos trabalhadores do ramo, contribuindo de forma expressiva ou ainda sendo responsável totalmente pelo crescimento econômico de algumas localidades, mas nem sempre pelo seu desenvolvimento.

3.1 O TURISMO E SUAS CONTRADIÇÕES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE GRAMADO

Neste item, discutiremos o turismo utilizado como estratégia de desenvolvimento para as cidades e suas contradições e rebatimentos para os trabalhadores usuários da política de assistência social, trazendo a particularidade da cidade turística de Gramado/RS, onde se deu a nossa investigação.

A cidade faz parte da região turística da serra gaúcha da região das hortênsias, juntamente com Nova Petrópolis, Canela, Picada Café, São Francisco de Paula e, recentemente, Caxias do Sul. De acordo com o Plano de Ação Regional do Turismo/RS Serra (RIO GRANDE DO SUL, 2014a), a região constitui-se como principal destino turístico do Rio Grande do Sul, onde é referência em turismo de eventos e em parques, sendo ainda o destino de inverno mais conhecido do país.

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas, os gestores municipais (secretário de turismo e de governança) referiram que a principal forma de turismo da cidade é o turismo de negócios e eventos, assim como o turismo de passeio.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – Corredor Turístico de Porto Alegre e Serra Gaúcha (RIO GRANDE DO SUL, 2014b, p. 51), “A cidade destaca-se no segmento de **Negócios e Eventos** e na oferta de diversificadas atividades de **Entretenimento e Lazer**”. Ainda segundo o documento, o município está entre os Destinos Indutores²⁷ do turismo estabelecido

²⁷ Os Destinos indutores do turismo são aqueles que possuem estrutura turística e atrativos de qualidade, assim como potencial de competitividade. A avaliação que é realizada pelo Ministério do

pelo Ministério do Turismo, tendo aumentado seu índice de competitividade²⁸ nos últimos anos.

A competitividade do turismo das regiões brasileiras faz parte de uma agenda no campo da gestão pública que pretende colocar o turismo e as cidades turísticas no mercado mundial. Para isso, as iniciativas estratégicas de fomento ao turismo são fundamentais, dentre elas, podemos citar o Programa de Regionalização do Turismo, reestruturado em 2013, visando potencializar a oferta turística das regiões levando em consideração as suas particularidades territoriais. Assim:

[...] os municípios são incentivados a um trabalho conjunto de reestruturação e promoção em que cada peculiaridade local pode ser contemplada, valorizada e integrada num mercado mais abrangente (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p. 5).

Dentro da perspectiva do mercado turístico, a cidade de Gramado, ao lado de mais 61 municípios, possui categoria A. A inserção de um município turístico dentro de uma categoria permite que, levando-se em consideração o Programa de Regionalização do Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013), ocorra tomadas de decisões mais acertadas referentes ao que pode ser melhorado para atrair mais turistas e recursos, assim como a implementação de políticas públicas de turismo que potencializem as atrações turísticas e territoriais de cada cidade.

O quadro a seguir mostra as variáveis utilizadas para a categorização dos municípios turísticos de acordo com o seu desempenho no contexto do mercado.

Turismo (2008, p. 7) leva em consideração aspectos como “o poder de atratividade destes locais e sua capacidade de gerar e irradiar fluxos turísticos para a região da qual fazem parte”.

²⁸ O Índice de Competitividade do Turismo Nacional “avalia os principais destinos turísticos brasileiros com o objetivo de criar uma série histórica da competitividade desses destinos, fornecendo informações que podem subsidiar o planejamento estratégico da atividade e monitorar a evolução da atividade nos destinos e no país” (SEBRAE, 2020).

Tabela 3 – Variáveis da economia do turismo para a categorização das cidades turísticas

CATEGORIZAÇÃO DAS CATEGORIAS A PARTIR DAS VARIÁVEIS						
Categoria	Nº de municípios	Valor médio (não padronizado)				
		Quantidade de empregos formais de hospedagem	Quantidade de estabelecimentos formais de hospedagem	Estimativa de turistas internacionais	Estimativa de turistas domésticos	Arrecadação nos estabelecimentos de hospedagem R\$
A	62	2.267	123	133.973	1.580.039	40.357.359,91
B	257	277	25	5.810	168.844	R\$ 2.843.975,05
C	476	58	8	746	41.853	R\$ 518.588,76
D	1522	8	2	144	7.027	R\$ 67.587,08
E	377	0	0	0	0	0

Fonte: Adaptado de Ministério do Turismo (2019).

Assim, o Ministério do Turismo (2019) utilizou e avaliou cinco variáveis para se chegar à categorização (A, B, C, D e) que, segundo o referido órgão, é um processo que agrupa os municípios de acordo com o desempenho de suas economias relacionadas ao turismo, cujos dados são extraídos de fontes oficiais como a Relação Anual e Informações Sociais (RAIS) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Cabe destacar que os empregos informais não são utilizados na análise e os formais são somente os dos meios de hospedagem, deixando fora os outros serviços do setor turístico, como os restaurantes e parques.

Segundo o Ministério do Turismo (2019), a análise formal dos empregos pode auxiliar o poder público no incentivo à formalização. No entanto, entende-se que este fato encobre um aspecto importante no campo do turismo que diz respeito justamente à informalidade, situação contraditória e expressiva neste campo, uma vez que “a produção de empregos pelo turismo é acompanhada de muitos subempregos, que acirram as contradições entre capital e trabalho” (CORIOLANO, 2006, p. 69). Na mesma esteira argumentativa, Ouriques (2015, p. 135) refere que o setor turístico se expande:

[...] pelo fato de se pautar pela extração de mais-valia absoluta²⁹ – pela extensão da jornada de trabalho – e pela superexploração da força de trabalho, já que remunerações miseráveis, isto é, abaixo do necessário para a reprodução da força de trabalho, são a regra, e não a exceção do setor.

Martoni (2019), ao analisar as ocupações das Atividades Características do Turismo (ACTs), refere que somente as ocupações de gerente de hotel e gerente de turismo apresentaram remunerações acima da média salarial. A pesquisa³⁰ evidencia ainda a desigualdade salarial nas contratações de mulheres nestas atividades. A análise de Ouriques (2015) destaca que as ocupações do turismo, com exceção da gerência de hotéis e restaurantes, se caracterizam por estarem nas posições mais baixas da pirâmide salarial do Brasil.

²⁹ Mais-valia absoluta consiste na “extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital” (MARX, 2017, p. 578).

³⁰ A pesquisa realizada por Martoni (2019) referente à Tabela 4 analisou as principais ACTs, partindo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, referentes ao período de seis meses anteriores a julho de 2014.

Tabela 4 – Ocupações das ACTs referente a salários e contratações (2014)

Grupo ACT	Código CBO	Ocupação	Salário Masculino (R\$) e contratações nos últimos 6 meses de 2014	Salário Feminino (R\$) e contratações nos últimos 6 meses de 2014
Agências de viagem	3548-15	Agente de viagem	1.256,00 / 1059	1.210 / 2043
	5114-05	Guia de turismo	863,00 / 161	840 / 79
Alojamento	1415-05	Gerente de hotel	2.859,00 / 356	2.148 / 290
	1415-20	Gerente de pensão	1049,00 / 18	589,00 / 32
	5133-15	Camareiro de hotel	818,00 / 2099	810 / 26523
	4221-20	Recepcionista de hotel	925,00 / 5464	904,00 / 5727
Alimentação	5134-05	Garçom	841,00 / 38051	806,00 / 16857
	1415-10	Gerente de restaurante	1.517,00 / 2095	1.381,00 / 1472
	5132-05	Cozinheiro geral	929,00 / 30495	826,00 / 66942
Cultura e lazer	3548-20	Organizador de eventos	1.552,00 / 315	1.613,00 / 448
	3714-10	Recreador	993,00 / 2279	888,00 / 9486
Transporte Terrestre	5111-10	Comissário de trem	926,00 / 77	910,00 / 128
	7823-05	Motorista de carro de passeio	1.122,00 / 21654	1083,00 / 543
Transporte Aéreo	5111-05	Comissário de voo	1.308,00 / 123	1.361,00 / 176
Transporte Aquaviário	7827-25	Marinheiro de esporte e recreio	1.195,00 / 44	Dados não existentes
Outros	1415-25	Gerente de turismo	3.046,00 / 32	3.113,00 / 30

Fonte: Martoni (2019, p. 196).

Nesse sentido, as contradições que permeiam o campo do turismo começam a aparecer, pois se pode dizer que, ao mesmo tempo em que ele é uma atividade econômica importante para a geração de emprego e renda, fato reconhecido pelos trabalhadores entrevistados, também se constitui em um meio que superexplora a força de trabalho, contribuindo para a sua precarização e alienação, fato que pode ser evidenciado na fala deste usuário: [...] *eles deveriam pagar bem melhor, porque na verdade a gente que está ali, a gente não tem horário para sair* (USUÁRIO 7). Situação endossada pelo relato do gestor municipal entrevistado: *“a gente trabalha muito, não tem sábado, não tem domingo* (GESTÃO MUNICIPAL SG).

A situação da precarização também pode ser observada no quadro a seguir, onde, na maioria os casos, a jornada de trabalho ultrapassa as oito horas diárias e, em 50% das respostas, trabalha-se sete dias na semana. O aspecto da informalidade também chama a atenção.

Quadro 3 – Condições de trabalho dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS que atuam ou atuaram no ramo do turismo

Usuário	Qual o tipo de atividade que você exerce?	Qual a soma dos rendimentos econômicos da família?	Local de trabalho	Carga horária	Quantos dias da semana você trabalha?	Como você avalia as condições de trabalho?
1	informal	de 1 a 2 salários	restaurante	mais de 8 horas	7 dias	ruim
2	desempregada	menos de 1 salário	restaurante	mais de 8 horas	7 dias	ruim
3	formal	de 1 a 2 salários	hotel	mais de 8 horas	6 dias	bom
4	desempregada	menos de 1 salário	comércio - loja	mais de 8 horas	7 dias	regular
5	informal	menos de 1 salário	hotel	mais de 8 horas	6 dias	ruim
6	informal	de 1 a 2 salários	restaurante	mais de 8 horas	6 dias	regular
7	formal	de 1 a 2 salários	hotel	8 horas	7 dias	regular
8	desempregada	menos de 1 salário	hotel e restaurante	mais de 8 horas	7 dias	ruim
9	formal	de 3 a 4 salários	pousada	8 horas	6 dias	ruim
10	informal	menos de 1 salário	restaurante	mais de 8 horas	6 dias	regular

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Assim, com relação às **condições de trabalho**, que dizem respeito à carga horária, acesso a direitos, sobrecarga de trabalho etc., 50% consideram que as condições de trabalho são ruins; 40% regular e apenas 10% consideram boas as condições de trabalho no campo do turismo. Fato que pode ser verificado na fala desses trabalhadores.

É ruim, eles não dão vale transporte, ele não está ligando para horário de trabalho (USUÁRIO 1).

Quando eu trabalhava lá na pizzaria, o dono saia eu tinha que entregar as pizzas, fazer as pizzas, se viesse cliente eu tinha que atender caixa, era tudo comigo sabe. às vezes dizia “volto logo”, daí demorava a tarde pra voltar (USUÁRIO 10).

Quando os trabalhadores usuários da assistência social foram questionados sobre os aspectos positivos e negativos do turismo na cidade, 20% deles não responderam. Dos que responderam, a maioria (80%) considera que o aspecto positivo do turismo é o crescimento econômico (geração de emprego e a entrada de recursos financeiros na cidade), como podemos perceber na fala destes usuários: “o positivo é que traz trabalho, traz nosso salário, nosso pagamento” (USUÁRIO 4).

Este outro entrevistado refere que o turismo da cidade é positivo no sentido de trazer mais recursos para o poder público. “De bom do turismo é que vem bastante gente que daí traz dinheiro para arrendar a prefeitura” (USUÁRIO 2).

Contraditoriamente, quando questionados sobre os aspectos negativos do turismo na cidade, a questão do trabalho também se fez presente, mas sob o aspecto da sua precarização. Em 30% das respostas, os usuários trouxeram a questão da precarização da força de trabalho (baixos salários, longas jornadas e pouco descanso).

O quadro a seguir ilustra os aspectos positivos e negativos do turismo na cidade, apontados pelos entrevistados – trabalhadores usuários da assistência social de Gramado.

Quadro 4 – Aspectos positivos e negativos do turismo de acordo com os trabalhadores usuários da assistência social de Gramado – RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo

Sobre o turismo da cidade	Categorias	Total
Aspectos positivos	Desenvolvimento econômico	8
	Não desenvolveram resposta	2

Sobre o turismo da cidade	Categorias	Total
Aspectos negativos	Precarização da força de trabalho	3
	Prioridade da gestão na atenção ao turista	3
	Prioridade no atendimento ao turista nos estabelecimentos	1
	Problemas na mobilidade urbana	2
	Custo de vida alto	1

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Outras questões apontadas pelos usuários da assistência social, como aspectos negativos do turismo foram: prioridade da gestão pública voltada para a atenção ao turista e pouco para o morador; problemas com a mobilidade urbana; prioridade do atendimento ao turista nos estabelecimentos comerciais e custo de vida alto, conforme a fala destes entrevistados:

[...] turista é muito bom, mas quando você vai convergir para dar resultado para os moradores, mas isso está virando só para entrar dinheiro para turista e morador está sofrendo, não está conseguindo. Todos estão falando ah Gramado é muito caro, vira uma cidade para turista e morador? (USUÁRIO 1).

[...] o positivo é que a gente consegue serviço e o negativo é que a gente não consegue aproveitar muito que tem em Gramado, tem coisas maravilhosas, lindas, mas, para uma pessoa que nem eu, já não tem como acessar (USUÁRIO 10).

Um aspecto que chama a atenção sobre a questão da precarização do mundo do trabalho no campo do turismo, em especial na cidade de Gramado é que, apesar de ser uma atividade que gera emprego e renda para a comunidade, pois trata-se de uma atividade econômica que é o motor da cidade, onde a maioria da população depende dos empregos gerados pelo turismo, é a questão da informalidade, pois 40% dos entrevistados trabalham sem vínculo formal de emprego. Porém, essa questão não foi apontada pelos usuários como um dos aspectos negativos do turismo, situação relacionada ao processo de precarização da força de trabalho que também desencadeia processos alienatórios, onde parece que o importante é ter emprego, mesmo que precarizado.

Chama a atenção ainda o fato de que o aspecto da informalidade, no ponto de vista de alguns entrevistados, torna a inserção no mercado de trabalho mais fácil.

É o que se pode observar quando o trabalhador se refere às atividades informais e esporádicas que realiza, chamadas pela população local de “extras”.

Porque como é muito fácil ninguém trabalha num lugar só, porque é difícil. Tem lugar que eu ganho, daí eu vi um lugar eu ganho um pouco mais, daí eu pulo para aquele lugar, daí eu vejo outro lugar um pouco melhor, daí eu vou para aquele lugar. Tu não para num lugar específico, aí quem quer trabalhar, eu quero ficar num lugar, daí eles não valorizam a gente pelo fato deles não pararem (USUÁRIO 9).

Pode-se evidenciar que o turismo ao entrar no circuito do capital, assim como os trabalhadores, agudiza processos de alienação, bem como oculta relações de dominação do capital sobre o trabalho, invertendo a lógica da luta de classes, que acaba sendo contra o próprio trabalhador, pois é ele quem não valoriza o trabalho, quem abandona o emprego para ganhar mais em outro, culpabilizando uns aos outros por algo que é próprio do modo de produção capitalista, acirrado por um turismo que atua sob a lógica perversa do capital.

Se tomarmos como referência a questão do emprego, que é um dos aspectos que constitui o desenvolvimento humano estabelecido pelo PNUD, assim como está entre os ODS da ONU, o turismo tem um papel estratégico e importante nesta agenda em “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” (OMT, 2019, p. 3). Nesse sentido, só a cidade de Gramado responde por 40,4% dos empregos da região das hortênsias, mas sob quais condições?

No entanto, as remunerações encontram-se abaixo das médias brasileira e estadual, fato que coloca em evidência que “os trabalhadores dos municípios turísticos não se beneficiam dos resultados positivos de uma região que atrai milhares de turistas” (COREDE HOSTÊNSIAS, 2017, p. 31). Então, quem de fato vem se beneficiando com esta atividade econômica?

Muitas são as indagações que se colocam frente à questão do turismo. Mas tal resposta não pode ser pensada diante da cortina de fumaça que o capitalismo coloca sobre a realidade, sem descortiná-la. Nesse sentido, a resposta não pode ser dada sem a realização de contextualização e de mediações sobre o turismo enquanto totalidade e sobre a cidade de Gramado, pois a aparência e o olhar desatento nos fazem acreditar que todos são beneficiados com o turismo quando se observa parte da cidade, mais especificamente onde o público turista circula, que

são as mediações do centro da cidade e apenas uma parcela da população. Assim, no mundo das aparências:

[...] o turismo parece atender a todos igualmente, e distribuir renda, quando não se aprofunda a análise. A produção de emprego pelo turismo é acompanhada de muitos subempregos, que acirram as contradições entre capital e trabalho (CORIOLANO, 2006, p. 69).

No entanto, a periferia e a comunidade pobre que buscou-se dar voz neste estudo, traduziram e expressaram através das falas a realidade e a dificuldade de se viver em uma cidade com um alto custo de vida, arquitetada para o público turista e para investidores que percebem na cidade e na sua estrutura uma oportunidade de negócios com maior lucratividade.

O que não aparece nesse contexto é o fato de que a construção e a manutenção de empreendimentos grandiosos têm a marca e a colaboração dos trabalhadores que, através da superexploração de força de trabalho, ao mesmo tempo que gera riqueza para o capitalista, também gera a sua pobreza. Desse modo, o turismo nesse contexto, é como o canto da sereia, atrai públicos que se encantam com a cidade, mas na verdade se constitui em um setor específico de exploração da força de trabalho onde há:

Condições de trabalho precárias, jornadas de trabalho extensas, baixas remunerações, contratos temporários, maior incidência de relações de trabalho à margem da legislação, quase ausência de sindicatos e uso preponderante de mulheres, jovens e crianças é esse o pano de fundo das relações sociais de exploração do turismo [...] principalmente na periferia do capitalismo contemporâneo. (OURIQUES, 2015, p. 139).

Assim, a desigualdade social e a pobreza se manifestam de forma concreta na vida dos trabalhadores usuários da assistência social que residem em um território repleto de contradições. Manifestações que limitam o acesso a insumos básicos de dignidade humana, assim como limitam inclusive, a participação dos trabalhadores pobres ao usufruto da cidade.

O lugar passa a ser um espaço onde a riqueza convive com a pobreza lado a lado e, por vezes, naturalizando-a, “é esta convivência social territorial, que marca o desenho das cidades brasileiras, onde o sofrimento não pode ser tratado como questão individual, mas social” (KOGA, 2011, p. 88). Dessa forma, o espaço se torna, nos termos de Carlos, Alves e Pádua (2017), o “não lugar”.

No entanto, a periferia da cidade e a comunidade pobre, representada pelos trabalhadores usuários da assistência social, traduziram e expressaram através de suas falas a realidade e a dificuldade de se viver em uma cidade com um alto custo de vida, arquitetada para o público turista e para investidores que percebem na cidade e na sua estrutura uma oportunidade de negócios com maior lucratividade. Esta dinâmica orquestrada pelo capital conta com a parceria público-privado, onde a distribuição de mais-valia gerada na cidade turística passa para as localidades internacionais, se utilizando da força de trabalho local para superexplorá-la e gerar cada vez mais riqueza e aumento das taxas de lucro, incentivados pelo poder público, pois:

O Estado tornou-se provedor e facilitador de incentivos e investimentos empresariais no território, negligenciando problemas referentes à defesa de recursos naturais históricos e patrimoniais e aos direitos das populações receptoras, muitas vezes desrespeitadas e agredidas por especuladores (CORIOLANO, 2006, p. 72).

Dentro desse contexto “as novas esferas de valorização do capital mostram a passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial para o setor imobiliário” (CARLOS; ALVES e PÁDUA, 2017, p. 38).

Nesse sentido, uma das questões que buscou-se verificar nas entrevistas foi a existência da participação de capital internacional no turismo da cidade, que tem relação com o histórico modelo de desenvolvimento do país e, conseqüentemente, relação direta com a superexploração da força de trabalho. Com relação a esta questão, ambos os gestores afirmaram não só a existência, mas o interesse do capital estrangeiro na cidade. “*Tem grandes empresas internacionais, têm a Hard Rock, Café Hard Rock Hotel, a própria Wyndham está administrando os hotéis, tem a rede Marriott também, a Mariô, uma empresa francesa também que está chegando*” (GESTOR MUNICIPAL G). O interesse parece ser recíproco, pois a gestão municipal também vem buscando e tentando abrir as portas da cidade para investidores internacionais.

Nós temos trabalhado muito o mercado internacional, com o México, com o Peru, Colômbia, o nosso secretário fez um trabalho bem importante lá, tá vindo colombiano a todo o momento pra cá, o próprio Japão, Estados Unidos, Alemanha, Italianos (GESTOR MUNICIPAL T).

Desse modo, o turismo nesse contexto é como o canto da sereia que acaba seduzindo a todos, passando a falsa ideia de que todos são contemplados pelo turismo: os visitantes pela exuberância da cidade, megaempreendimentos que, de fato, encantam, mas escondem a face perversa do capital e, para os trabalhadores, como um setor que passa a ideia de grande gerador de empregos, mas na verdade, acaba se constituindo em um setor específico de exploração da força de trabalho, onde as:

Condições de trabalho precárias, jornadas de trabalho extensas, baixas remunerações, contratos temporários, maior incidência de relações de trabalho à margem da legislação, quase ausência de sindicatos e uso preponderante de mulheres, jovens e crianças é esse o pano de fundo das relações sociais de exploração do turismo [...] principalmente na periferia do capitalismo contemporâneo. (OURIQUES, 2015, p. 139).

Assim, o capital com seus empreendimentos milionários se apropria da cidade e a comunidade pobre sente-se cada vez menos pertencente ao seu território e cada vez menos representada pelas iniciativas governamentais. Portanto:

[...] para os megaempreendimentos turísticos, o lugar não é a comunidade, apenas um simples polo receptor de visitantes, por isso desconhecem a presença dos habitantes e negam a história local (CORIOLANO, 2006, p. 201).

Para Carlos, Alves e Pádua (2017, p. 39):

[...] a ação do poder público reforçada pelas políticas públicas, cria processos de valorização diferenciadas do espaço urbano com a ampliação de recursos em determinadas áreas, a qual está associada a ação consciente dos empreendedores imobiliários.

O setor que cada vez mais vem tomando conta da cidade é o imobiliário, conforme a fala deste entrevistado. “*Estamos vendo hoje na cidade de Gramado, um absurdo a questão da propagação do setor imobiliário e isso é confundido com desenvolvimento*” (CONSELHEIRO MUNICIPAL G).

Nesse sentido, ao analisar o território na sua totalidade, evidenciam-se contradições, pois, de um lado, a população pobre carece de melhores condições de vida e reivindica um olhar mais atento por parte do poder público para as demandas da periferia, como pode ser destacado através da fala destes usuários: “*Os bairros eles deixam por último e olhe lá ainda, e eles pensam neles mesmos, bem a verdade não pensam no povo que estão morando no bairro*” (USUÁRIO 8).

Eles fazem tanta coisa bonita no centro, é praças maravilhosas e nos bairros, que nem lá em baixo na pracinha, tem um brinquedo tá lá desde o ano passado e ninguém se preocupou em ir lá arrumar, se importar de olhar (USUÁRIO 10).

De outro, a investida do capital na cidade através de empreendimentos milionários que ocupam os espaços de maior circulação dos visitantes, situação que oculta a pobreza do local, dando a falsa impressão de que não há pedras no jardim das hortênsias. Podemos citar empreendimentos como *Acquamotion*, um projeto com 49 mil metros quadrados que levantou um investimento de 100 milhões de reais, segundo o jornal *Estadão* (2021), e também do Golden Gramado Resort Laghetto que, segundo a revista *Hotéis*, exigiu um investimento de R\$ 400 milhões de reais.

Verificamos assim, a capacidade que tem o capital em ocupar o território a seu favor. Segundo Santos (2020, p. 80), “esta capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos”, esvaziando, dessa forma, o território daquilo que é essência, daquilo que lhe preenche e lhe dá sentido que são as pessoas, as relações sociais que nele se estabelecem, o cotidiano, a cultura, a originalidade etc.

Cabe ressaltar nesse contexto que o turismo na periferia do capitalismo, conforme Ouriques (2005), acabou por gerar “ilhas de prosperidade”, criando um circuito privilegiado de consumo e produção. No entanto, a prosperidade trazida por esta atividade acabou restringindo-se a poucos. Para Coriolano (2006, p. 2018), trata de “um negócio que busca lucros, e priorizá-los implica inviabilizar a distribuição justa de riqueza”.

Evidencia-se nessa conjuntura a participação do poder público através do incentivo e apoio ao grande capital em possibilitar que a cidade se torne, segundo Carlos, Alves e Pádua (2017), ao mesmo tempo um meio e uma fonte de poder para a classe dominante que conta com o auxílio das políticas públicas para “valorizar e desvalorizar os lugares da vida”, aprofundando as desigualdades sociais no território. A afirmação do autor se confirma na fala de um dos gestores entrevistados: “*A iniciativa privada construiu o turismo aqui, a maioria absoluta dos espaços foi a iniciativa privada quem toca, até os públicos que são por concessão, Lago Negro, por exemplo*” (GESTOR MUNICIPAL SG).

Diante da declaração do gestor municipal, não se pode deixar de mencionar que a Política Municipal de Turismo de Gramado (GRAMADO, 2011) traz, como um de seus objetivos, “ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros, mediante a promoção e apoio ao desenvolvimento do produto turístico local e regional”. Aqui, logo o turismo é apresentado como produto que será vendido no mercado turístico, trazendo à tona a lógica privatista da atividade que interferirá no território.

Quando nos referimos à questão do local, o entendemos a partir do conceito de Santos (2011, p. 13), não como um mero espaço geográfico, mas como “o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. Também nos apoiamos na perspectiva de território de Koga (2011, p. 33), em que ele representa:

[...] o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder.

Portanto, pode-se dizer que o turismo, atividade inegavelmente importante para a cidade, quando utilizado a serviço do capital, sua importância é direcionada para determinados grupos e para determinados interesses que acabam não correspondendo aos mesmos interesses da população pobre da cidade. Nesse sentido, o turismo voltado para os interesses do capital interfere e captura os aspectos que dão sentido, nos termos de Santos (2011), ao território usado³¹.

Para Coriolano (2006, p. 219) as cidades turísticas são ao mesmo tempo o “lugar estratégias para o capital, do espetáculo e do embevecimento dos visitantes e das resistências dos residentes. Nem todos os residentes resistem, a maioria se adapta ao sistema de reprodução do turismo”.

Assim, em nome de uma cidade planejada e produzida para os interesses do capital onde, segundo Martoni (2019), as comunidades e seus atributos são inseridos num sistema que pretende tratá-las e prepará-las para a sua entrada no mercado, a comunidade é empurrada cada vez mais para a periferia da cidade com

³¹ Território usado é utilizado por Santos (2011, p.14) como sendo um território dotado de sentidos, “não sendo apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. [...] O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

poucas ou nenhuma condição de acesso à moradia digna, visto o alto custo de vida e da propriedade territorial da cidade turística em questão.

Este fato pode ser observado através das falas dos usuários da assistência social, assim como da gestão municipal:

Gramado é uma ilusão, se eu não tivesse morando com meus pais eu não conseguiria nem pagar o aluguel e viver com meus filhos (USUÁRIO 9).

[...] a habitação é muito cara, principalmente quando tem que ir ao mercado. Em Gramado o aluguel é muito caro, o custo de vida em Gramado é caro” (USUÁRIO 10).

Gramado tem um dos metros quadrados mais caros do Brasil, se não me engano é o 5º, perde para Faria Lima, perde para poucos lugares, o cara vai ter que morar em algum lugar e muitas vezes ele acaba procurando loteamentos irregulares e acaba criando todo esse problema, então isso é um problema que o turismo gera (GESTOR MUNICIPAL SG).

Assim, as falas dos trabalhadores carregam a dificuldade cotidiana de viver em uma cidade cujo custo de vida e da moradia ultrapassam os limites de se conseguir manter uma vida digna quando o preço que se paga é o preço de um produto “turístico elitizado”.

Desse modo, a população desprovida do acesso à moradia e também de condições e recursos suficientes para a sua garantia, muitas vezes recorre para as ocupações irregulares. Conforme Santos (2020), o direito de morar é confundido no contexto do capitalismo com o direito de ser proprietário de uma casa, perspectiva eminentemente capitalista que afasta a possibilidade de se chegar à uma proposta de fato correta que ataque o não acesso à moradia. Em pesquisa realizada por Lopes (2014, p. 6) nos municípios turísticos de Gramado e Canela, a autora verificou que:

Os sistemas políticos pouco oferecem condições adequadas e acessíveis à terra urbana e a moradia para os grupos sociais mais pobres, que vieram e vêm em busca de emprego que o turismo prevê, ou grupos que já residiam em outros locais das cidades³².

Pode-se pensar de forma aparente que Gramado (ou qualquer outra cidade) não tem “obrigação ou responsabilidade” de adotar uma política de acolhimento aos desempregados, pois isso geraria uma demanda impossível de administrar. Porém,

³² Lopes (2014) realizou um estudo nas cidades de Gramado/RS e Canela/RS, onde buscou mapear os assentamentos informais dessas duas cidades turísticas, tendo em vista as políticas públicas voltadas à habitação nessas cidades.

o capital se beneficia com a vinda desses trabalhadores desempregados para o município à medida que esse fenômeno contribui com a diminuição dos custos com a força de trabalho, visto o aumento do número de trabalhadores sobrantes. Assim, o exército industrial de reserva, sendo funcional ao capital, possibilita a redução dos salários e maior exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, mais lucro ao capitalista.

Diante do contexto apresentado, entendemos que a gestão pública de uma cidade turística deve olhá-la e compreendê-la a partir de sua totalidade, uma vez que os rebatimentos e contradições do turismo no contexto do modo de produção capitalista vêm contribuindo para formas de precarização da força de trabalho e acirramento das condições de pobreza dos trabalhadores usuários da assistência social que fazem parte de um todo comunitário.

Comunidade que, para Coriolano (2006, p. 201), significa

[...] um grupo social residente em um pequeno espaço geográfico, cuja integração das pessoas entre si, e dessas com o lugar, cria uma identidade tão forte que tanto os habitantes como o lugar se identificam como comunidade.

Para Carlos, Alves e Pádua (2017) a comunidade usa o território para a efetivação da vida em suas relações sociais familiares e comunitárias que vão desde relações de vizinhança, de trocas comerciais até o lazer, o uso do território tem a marca das vivências humanas que estabelecem laços profundos entre as pessoas e elas com o território.

A partir disso, podemos perceber a relação que se estabelece entre comunidade, identidade e sentimento de pertencimento da população, portanto, há particulares da cidade turística com relação a esse aspecto que merecem atenção, estando relacionado ao fato de que o turista que chega é, para a população residente, um estranho que não tem essa relação de pertencimento e identidade com o território.

Diante dessas questões, buscamos verificar a percepção dos usuários da assistência social com relação ao turista que circula e ocupa os espaços da cidade.

O quadro a seguir ilustra as respostas dos trabalhadores, usuários da assistência social, sobre esta questão.

Quadro 5 – Percepção dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado – RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, em relação ao turista

Participantes	Percepção do público turista	Total
USUÁRIOS	Comportamentos que desagradam o morador e interferem no dia a dia	6
	Estranhamento	4
	Status social	3
	Disputa a cidade com o morador	2
	Servilismo	3
	Prioridade nos espaços da cidade	4

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Segundo os moradores entrevistados, há comportamentos dos turistas que os desagradam e que interferem no seu dia a dia, como paradas repentinas no meio da rua para fotografar, desrespeito às leis municipais, falta de respeito e de sensibilidade com o morador, engarrafamento, dificuldade de circular na rua etc. Esse comportamento deve-se, em parte:

[...] ao fato de o período de férias significar, para o viajante, um ritual de inversão, isto é, o turista comporta-se e tem a necessidade de se comportar de forma diferente no local visitado, inclusive, agindo de uma forma que seria considerada socialmente reprovável em sua terra (OURIQUES, 2005, p. 22).

No entanto, esses comportamentos, conforme as falas dos usuários entrevistados, de fato os desagradam e interferem no cotidiano, como se pode verificar nas falas a seguir, pois o turista, por estar em outra condição que não a de trabalho ou de afazeres do dia a dia, aprecia e aproveita seu “tempo livre”, sem determinadas preocupações.

Nesse sentido, as situações concretas trazidas nas falas dos trabalhadores evidenciam certos comportamentos que desagradam o morador:

Os turistas param o carro bem no meio da esquina, descem e começam a tirar foto pra lá e pra cá e tu não pode nem buzinar porque daí o “bicho” briga contigo, eu acho uma falta de consideração com o gramadense (USUÁRIO 2).

Há ainda situações que fazem com que os trabalhadores percebam a existência de disputa pelos espaços da cidade, como observamos na fala deste entrevistado “*me incomoda, às vezes a gente quer sentar em tal lugar ali, o turista já vem sentando passa na tua frente, sentou e ainda te metem a boca*” (USUÁRIO 8).

A questão da identidade que, conforme Santos (2011), refere-se ao sentimento de pertencer àquilo que faz parte de nós, foi trazido pelos trabalhadores nas entrevistas quando questionados sobre a percepção que têm do público turista, onde fora levantada a questão do estranhamento e da disputa pelos espaços da cidade pois, dividir o espaço a todo o momento com pessoas que são de outros lugares, com culturas diferentes, com diferentes formas de agir, de pensar, de interagir e de se relacionar, etc., pode gerar desconforto e descontentamento nos moradores, *“Sabe que a gente estranha as pessoas que vem de fora, eles não têm a mesma educação e o mesmo jeito de tratar que nem a gente trata o turista”* (USUÁRIO 7).

[...] tem vários lugares que eu não me senti bem, principalmente ali no centro mesmo de Gramado, até a gente tenta, por exemplo, eu já trabalhei fazendo limpeza né, pedi uma vaga pra trabalhar nem que seja de auxiliar, pra limpar e coisa e as pessoas começam a te olhar com nojo, com uma certa repulsa, é assim, já me senti mal sim, várias vezes (USUÁRIO 9).

Cabe salientar que estamos nos referindo ao morador pobre, por ser esse o nosso recorte de pesquisa, aquele morador trabalhador superexplorado que vende sua força de trabalho de forma precarizada³³ e, muitas vezes, precisa recorrer à Política de Assistência Social para suprir os mínimos sociais.

Nas entrevistas, os usuários também trouxeram a questão da percepção do turista relacionado à riqueza e poder, conferindo-lhe um status social a esse público, uma vez que os moradores pobres associam o turista com pessoas que têm muito dinheiro que lhes confere poder, fato que parece desencadear na comunidade pobre a percepção de uma condição de subalternidade³⁴. *“Eu vejo que eles são mais chiques que nós, né. A gente percebe que a gente é pobre, e eles não [...] são mais*

³³ A precarização do mundo do trabalho segundo Antunes (2020) traz na atualidade traz novas configurações ao trabalho, trata-se de uma nova morfologia do trabalho, onde há a desproteção ao trabalhador quanto aos seus direitos, o aumento da informalidade, terceirizações, incentivo ao empreendedorismo etc. Diante da precarização da força de trabalho Antunes denomina de “precarizado” o proletariado “em seu polo mais precarizado”, participando “cada vez mais do processo de valorização do capital e da geração de mais-valor nas cadeias produtivas globais. As formas de intensificação do trabalho, a burla dos diretos, a superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade, a exigência de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 66).

³⁴ Segundo Yazbek (2016), a categoria subalterno é um legado gramsciano que dá conta de um conjunto diversificado e contraditório de situações que dizem respeito à dominação.

que nós, são turistas” (USUÁRIO 5); “*Os moradores não são que nem os turistas, muitos não podem ser que nem os turistas*” (Usuário 5).

Os depoimentos trazem questões importantes que dizem respeito a uma percepção de si mesmo que parece indicar o rebaixamento dos trabalhadores enquanto classe, já que esses trabalhadores fazem parte da população necessária ao capital e assim, tende a permanecer. Nesse sentido, a condição de pobreza é cotidianamente mais percebida e sentida ao se viver lado a lado com o luxo que contrasta com a dura realidade da pobreza e da condição de subalternidade.

A subalternidade, segundo Yazbek (2016, p. 30), “faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política”. Assim, “a própria existência vivida mostra a cada qual que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 2020, p.65).

Nesse sentido, também apareceu a questão do servilismo, onde os usuários associam o turista a um chefe, pois trazem dinheiro para a cidade e lhes oportunizam emprego como se tivessem que agradecer por isso: “*Para nós, o turista é o nosso patrão, então tem que tratar ele bem, a gente tem que fazer o melhor*” (USUÁRIO 7).

Os relatos parecem convergir com os do gestor entrevistado que refere que “o turismo é uma vocação, o destino e as pessoas que trabalham com turismo tem que ser vocacionadas para o turismo, porque nada mais é do que dar prazer pra a pessoa que vem te visitar” (GESTOR MUNICIPAL T). No entanto vale a pena problematizar o fato de que pode haver trabalhadores que não sejam ou estejam vocacionados para o turismo nos termos colocado pela gestão municipal.

Então o que nos parece é que o circuito do turismo mercadoria precisa dar conta de moldar, de enquadrar o trabalhador, de fazê-lo a qualquer custo ter essa vocação. Que de fato exige muito do trabalhador pobre que precisa diariamente ofertar felicidade aos visitantes, quando muitas vezes ele próprio não tem a felicidade de garantir a satisfação de necessidades básicas, quem dirá consumir o que ele serve.

Sobre esse fato, Ouriques (2005) observa que em uma cidade turística, estar disponível torna-se um imperativo que caracteriza as pessoas que servem os turistas. Nesse sentido, os contatos que o turista estabelece com os moradores:

[...] se baseiam principalmente na servidão – o nativo é o que carrega sua bagagem, o conduz como guia, serve seu alimento, cuida do seu corpo através de massagem etc. (OURIQUES, 2005, p. 114).

Assim, o universo do turismo se caracteriza pelo ato de servir, que é desempenhado pelo trabalhador.

A percepção dos entrevistados em relação ao turista também está relacionada a pessoas que têm prioridade nos atendimentos e espaços da cidade. Cabe ressaltar que este último, segundo as falas, causa muita indignação aos trabalhadores e reforça o sentimento de inferioridade dos pobres: “*Eu estou no lugar do turista e daí, ah, vamos passar ele na frente, já vi acontecer isso aí, esse tipo de situação daí a gente vê que num restaurante, eles dão a preferência pra quem... né*” (USUÁRIO 9).

Já aconteceu de eu ficar com um currículo na mão mais de 10 minutos e a pessoa continuar atendendo o turista, que tu percebe que é até pelo sotaque que é diferente né, porque nessa época a gente não estava usando máscara, eu fiquei mais de 10 minutos na porta e ela continuou atendendo e ela só fez assim pra mim e ficou, ficou, ficou, daí eu peguei me desanimei, virei as costas e fui embora. Ergui a cabeça e fui embora né, não porque tem dinheiro que é melhor do que eu, nesse sentido é que eu me sinto mal, pra mim todo mundo é igual (USUÁRIO 10).

Os gestores municipais, assim como os conselheiros entrevistados, têm conhecimento e admitem que a comunidade não se sente pertencente em seu próprio território, havendo um estranhamento, motivado pelo fluxo de turistas na cidade, fato que pode ser fortemente evidenciado nas seguintes falas:

A gente estava enfrentando um problema que muitas cidades grandes enfrentavam que é o tal turismo de massa, que faz um rolo compressor em cima da comunidade (GESTOR MUNICIPAL ST).

A pessoa que traz divisas para o município de Gramado, que fomenta a economia do município de Gramado em seus vários segmentos ela acabou sendo um forasteiro não bem-vindo em determinados momentos (CONSELHEIRO COMTUR G).

A rua coberta era para ser um largo para a comunidade, para a comunidade local curtir e o turista empurrou a comunidade pra fora [...] eu vejo que há uma agressão do turista sobre a comunidade (GESTOR MUNICIPAL ST).

O que a gente percebe é que há uma manifestação da sociedade, das pessoas, dos integrantes da sociedade de Gramado que, nos últimos anos, algumas pessoas parece que estão meio enraivecidos com o turista (CONSELHEIRO COMTUR G).

Diante dos relatos, o quadro a seguir se refere à percepção da gestão

municipal e do COMTUR sobre a relação entre os turistas e os moradores da cidade.

Quadro 6 – Percepção da gestão municipal e COMTUR sobre a relação dos moradores com o público turista

Participantes	Percepção
Gestão municipal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ conflituosa; ▪ causa incômodo para o morador; ▪ morador privado do direito à cidade; ▪ ressentimento do morador.
COMTUR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ disputa pela cidade; ▪ ressentimento do morador; ▪ estranhamento.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Embora um dos gestores, assim como os conselheiros, admitam a existência de uma relação conflituosa entre os moradores e turistas, atribuem o fato aos moradores que não compreendem o turismo e não conseguem se adaptar a ele. Um deles afirma que o que existe é um “ranço” dos moradores para com os turistas e com o turismo:

Quem vive de turismo está feliz, quer trabalhar e tem alegria em atender, que é meio que um dom [...] tem uns ranços, tem algumas pessoas que não vivem o turismo e que daí reclamam que está cheia a cidade no final de semana (GESTOR MUNICIPAL SG).

Diante da situação apresentada pelo gestor municipal, há que se considerar que a relação conflituosa que se estabeleceu entre os moradores e turistas parece ser de responsabilidade deste e não de um contexto maior que diz respeito à inserção do turismo da cidade no circuito do capital, assim como da fragilidade do órgão público de planejar políticas públicas que deem respostas a essa situação. A fala deste conselheiro reforça a culpabilização da população residente:

[...] gente sabe que tem gente que tem uma visão muito simplista e que não conseguem às vezes ligar as pontas e ver que é o turista que traz o meio de renda para o seu negócio que está lá no bairro, por exemplo, então esbravejam com o turista no centro (CONSELHEIRO COMTUR NG).

Portanto, fica claro que a preocupação da gestão e do COMTUR pouco se desloca para o morador, sendo a preocupação maior com os visitantes, uma vez que a insatisfação da população, materializada através de xingamentos aos turistas, impaciência, intolerância etc., pode provocar uma experiência turística negativa para

aqueles que visitam a cidade, fato que refletirá em menos recursos para o município e também para aqueles que lucram com a atividade.

[...] a gente precisa entender os meios de amenizar a dor do morador com as consequências do turismo e manter uma experiência excelente para o turista, porque é isso que vai garantir o retorno dele [...] porque realmente a sustentabilidade da matriz econômica é algo que realmente preocupa o conselho (CONSELHEIRO COMTUR NG).

[...] parece-me que a cidade não é nossa, a cidade é do turista, então há uma manifestação também das pessoas que por desconhecimento, por falta de discernimento, porque nós vivemos em uma cidade turística e se o turista é um problema, a gente vai ter que aprender a conviver com esse problema (CONSELHEIRO COMTUR G).

Mas como conviver com esse problema? Como os trabalhadores pobres terão a sua “dor amenizada”? De acordo com os dados analisados, o que vem ocorrendo é a massificação do turismo na cidade, com grande fluxo de pessoas circulando ao mesmo tempo, provocando grandes aglomerações na área central e problemas no trânsito, situações que, segundo os entrevistados do COMTUR e gestão municipal, pode levar ao descontentamento dos turistas.

Nesse sentido, como alternativa ao problema da massificação, foi encaminhado para a Câmara de Vereadores do município o Projeto de Lei Complementar 6/2021³⁵ no início de novembro/2021, visando a cobrança de uma taxa de entrada na cidade para o público turista que vai de R\$ 5,00 a R\$ 80 (PIONEIRO, 2021).

A alternativa encontrada para a massificação do turismo na cidade foi selecionar o público turista com perfil consumidor de alto poder aquisitivo:

*Quem vier ocupar esse acento vai ter que se mexer muito rápido sob pena de nós não conseguirmos nos estruturarmos, a cidade se estruturar e aí se fala da **qualidade do turismo**, tudo repercute no turismo, tudo reflete no turismo e o turismo vai perdendo a qualidade, ele vai ficar aquele turismo, nada contra [...] mas sob pena de nós termos um turismo de bate e volta, o cidadão vem da região metropolitana de Porto Alegre ou dos municípios mais próximos do município de Gramado **vem passear a cidade, encher a cidade e sai e voltam e não consomem ou consomem muito pouco** e quebra a cadeia, então é essa consideração de que as políticas isso foi pensado para o município de Gramado no plano de mobilidade urbana, agenda estratégica e agora no plano diretor (CONSELHEIRO COMTUR G, grifos nossos).*

³⁵ O projeto foi encaminhado para a Câmara de Vereadores em novembro/2021, mas ainda não foi aprovado.

Tal estratégia em nada mexe com as estruturas basilares de um turismo voltado para o capital, também não contempla as manifestações dos trabalhadores, antes pelo contrário, se já existem evidências quanto as insatisfações com o alto custo de vida da cidade, como ficará esta situação com um público visitante majoritariamente de alto poder aquisitivo?

Outra estratégia que está representada na fala do conselheiro entrevistado para evitar o grande fluxo de pessoas no centro da cidade que se apresenta metamorfoseada de boa vontade do poder público, mas que na verdade lhe retira o direito à cidade, é reduzir a circulação do morador nas áreas de movimentação dos turistas:

Se busca realmente ter aquela ideia de células na cidade, onde as pessoas não precisam se deslocar para o centro para resolver sua vida, então que tenha permissão para instalar vários negócios em bairros que hoje não pode [...] e manter o centro realmente mais voltado à visitação e atividade turística (CONSELHEIRO COMTUR NG).

Fica evidente assim que o capital, aqui materializado através de um turismo mercadoria e de seus fetiches, seleciona lugares e pessoas, transforma territórios, interfere nas relações sociais dos residentes, captura a vida dos sujeitos e os retira do acesso à cidade e coloca em xeque um dos princípios constitucionais de todo o cidadão que é o “direito de ir e vir” que, no contexto apresentado, limita-se à uma pequena parcela populacional abastada.

As cidades, no contexto do capitalismo, acabam sendo vendidas como produtos abstratos, isto é, como um espaço-fantasia colocado nos cartões postais, destituído de contexto e conteúdo social, ocultando o que há nos bastidores de uma cidade iluminada e embelezada pelos jardins de hortênsias espalhados pela cidade. Assim, segundo Coriolano (2006, p. 368), o turismo nesse contexto é “a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes” que resistem cotidianamente a um turismo predatório que segue a lógica do mercado.

Entende-se, a partir desta reflexão, que a atenção do poder público à população residente deve se dar através de políticas públicas intersetoriais que atendam às demandas e às necessidades de todos os cidadãos, assim como a criação de mecanismos de inclusão e participação da comunidade nas discussões que dizem respeito ao turismo da cidade.

Para tanto, se faz necessário levar em consideração as particularidades de uma cidade turística que tem apostado no turismo como grande estratégia de desenvolvimento, e esse parece ser um grande desafio posto a atividade, pois dentro do contexto capitalista as políticas de turismo vêm focando majoritariamente no crescimento econômico, favorecendo principalmente o capital. Tais particularidades devem ser levadas em consideração ainda pelo fato de que o turismo tem gerado grandes rebatimentos na comunidade receptora sejam eles, sociais, culturais, econômicos, psicológicos, etc.

A questão, então, que se coloca nesse contexto é, que tipo de turismo vem se constituindo? Para quais interesses? E para qual desenvolvimento? Tais questões devem ser pautadas pelos gestores e conselheiros e questionadas pela comunidade residente, pois o turismo, ao mesmo tempo em que desencadeia processos contraditórios:

[...] que concentram e distribuem renda, aumentam e diminuem as formas de exploração dos trabalhadores, além de entrada e fuga das divisas. É uma atividade capitalista que, como as outras, necessita de controle dos governos e, sobretudo, da própria sociedade (CORIOLANO, 2006, p. 216).

Diante desse contexto, buscamos verificar se a **comunidade participa** ou se, em algum momento, já foi ouvida com relação à formulação da política de Turismo que, por ser a principal atividade da cidade, diz respeito e interfere no seu cotidiano e em suas vidas. De acordo com as respostas dos trabalhadores entrevistados, não há participação da comunidade que sequer foi ouvida em algum momento para se manifestar, como trouxe um dos gestores para expor suas “dores”, junto ao poder público para pensar políticas públicas que levem em consideração a voz da comunidade, principalmente, a população pobre.

Assim, a tabela a seguir ilustra a participação, ou melhor, a não participação dos trabalhadores na política e ações de turismo da cidade.

Tabela 5 – Participação dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado - RS que atuam ou atuaram no ramo do turismo, na política de turismo da cidade

Resposta dos usuários	Conhece o COMTUR	Conhece ou ouviu falar de alguma ação de planejamento do turismo	Já participou de pesquisa que envolvesse o planejamento do turismo na cidade
SIM	1	0	0
NÃO	9	10	10

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Apenas um dos trabalhadores entrevistados respondeu que tinha conhecimento da existência do Conselho Municipal de Turismo na Cidade, mas a grande maioria não sabia de sua existência. Situação que revela não só o envolvimento dos trabalhadores, mas o não conhecimento sobre esse importante espaço de participação e controle social.

A gestão municipal e o COMTUR, de acordo com as entrevistas realizadas, de fato, não realizam pesquisas para ouvir a comunidade com o intuito de verificar se a forma política de turismo na cidade também contempla seus anseios e interesses, ou ainda para avaliar os rebatimentos sociais do turismo na vida dos residentes. As pesquisas realizadas são direcionadas ao público turista e empresários.

[...] o ano passado se realizaram pesquisas tanto com relação a situação das empresas no município, pesquisa abertas para os empresários para direcionar as ações da secretaria e também de certa forma foram comunicadas ao COMTUR e teve a pesquisa realizada ao público turístico sobre qual é o interesse dos turistas (CONSELHEIRO COMTUR NG).

Para a gestão municipal, a forma de participação da comunidade no turismo se dá apenas em eventos, os quais são pontuais e não incluem a questão do seu envolvimento na formulação e avaliação da política de turismo da cidade. Todos os usuários entrevistados afirmaram que, de fato, nunca participaram de nenhum tipo de pesquisa ou avaliação sobre a questão do turismo e apenas um já ouviu falar que existe o conselho municipal de turismo na cidade.

Assim, no que diz respeito à representação da sociedade civil no COMTUR, a Lei n. 3.001 (GRAMADO, 2012) que institui o Conselho Municipal de Turismo evidencia que o referido órgão é representado por empresas da cidade, associações

e representantes do governo³⁶ e que, portanto, não há participação ou representação direta da comunidade local, como associação de moradores, por exemplo. Ao nosso ver, esta seria uma alternativa concreta de representação que mais se aproximaria dos interesses da comunidade residente, possibilitando um espaço de participação política de fala, escuta e decisão de quem realmente sente os rebatimentos do turismo em suas vidas. Portanto esta forma de trazer os trabalhadores mais para perto do todo da cidade, e para o turismo:

aponta para a democracia participativa, com a sociedade civil podendo participar dos conselhos, ter voz ativa na definição das formas de turismo mais apropriadas as suas demandas, evitando as distorções predatórias ao meio ambiente e atentatórias à cultura e aos valores humanos (CORIOLANO, 2006, p. 188).

A inclusão da comunidade nas iniciativas no turismo perpassa sobre o direito de acesso aos espaços e atrações que a cidade tem a oferecer. Nesse sentido, a maioria dos trabalhadores usuários da assistência social entrevistados referem ao desejo de participar:

Tu vai com uma família com pessoas, imagina tu vai pagar o preço que nem um turista pra entrar num parque é mil e poucos reais, não tem condições (USUÁRIO 7).

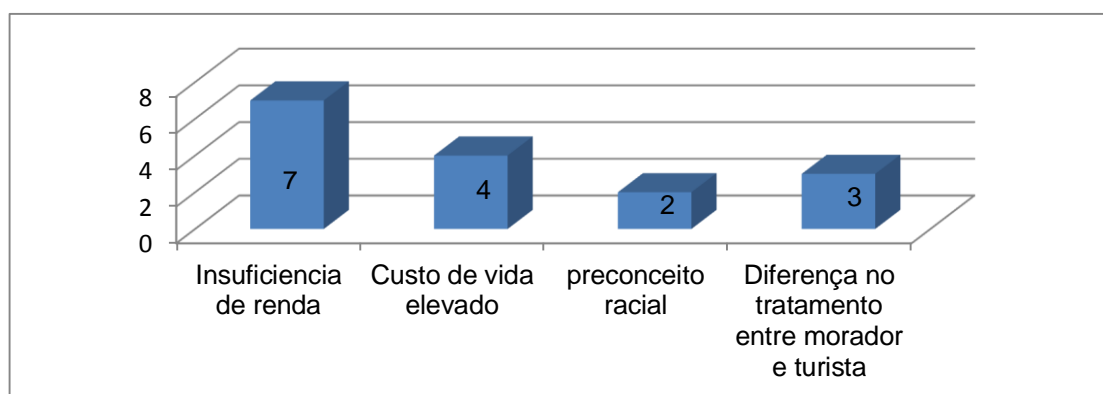
Tem muitas coisas que eles não precisavam cobrar tão caro pra gente participar junto. Igual esse negócio aí do Mundo à Vapor, minhas filhas queriam ir e é coisa que tu passa na frente e tu fica encantada, chega a parar na calçada pra olhar, mas não tem, não tem condições pra gente pobre participar dessas coisas. Sim, pelos valores, porque é muito caro (USUÁRIO 2).

Há situações onde a pobreza e os processos alienatórios do capitalismo que atua sobre o turismo, cerceiam muitas vezes até o direito do trabalhador desejar algo, de ter sonhos e assim ocupar os espaços de lazer da cidade: *“Eu nunca tentei sair aqui...eu não saio. Até porque pra você fazer alguma coisa aqui você tem que ter dinheiro, então eu nunca nem tentei”* (USUÁRIO 4).

³⁶ “Um representante da secretaria de turismo, um representante da secretaria de obras, um representante da secretaria de governança, um representante da secretaria de inovação e desenvolvimento econômico, representante da secretaria de trânsito, um da cultura, um do planejamento, um da Gramadotur, agora um da agricultura que está sendo incluído, esse ainda não saiu a lei, mas já está encaminhado para a câmara, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que é privada, representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) de Gramado, representante do Convention e Visitors Bureau região das hortênsias, representante da Visão, representante da SINDETUR, representante da ASCAR - EMATER, representante do SINDILOJAS, um representante da Associação de Parques e Atrações da Serra Gaúcha (APASG) e Associação dos Chocolateiros (ACHOCO)” (CONSELHEIRO MUNICIPAL NG).

Nesse sentido, quando os usuários foram questionados sobre se eles consideravam que o **turismo da cidade era inclusivo**, no sentido de os moradores também terem acesso às atrações e espaços turísticos da cidade, todas as respostas foram negativas. O gráfico a seguir mostra os motivos pelos quais os moradores entrevistados não consideram o turismo da cidade inclusivo para eles:

Gráfico 3 – Motivo pelos quais os trabalhadores usuários da assistência social de Gramado – RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, não consideram o turismo da cidade inclusivo



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A questão da insuficiência de renda aparece como obstáculo para acessar às atrações turísticas da cidade, o que configura, para a população pobre, um impedimento de acesso. Então, não se trata da falta de desejo da maioria dos entrevistados, mas sim, a ausência de recursos financeiros. Os depoimentos destes trabalhadores evidenciam esse fato: *“a gente, que é morador, eles cobram o mesmo valor do que pro turista. Que nem no meu caso, não tem como acessar museus, essas coisas em Gramado que é muito cara a entrada, não tem condições de pagar”* (USUÁRIO 10).

O alto custo de vida também aparece como um dos motivos que, para os trabalhadores usuários da assistência social, é fruto de um turismo que não é inclusivo para eles. Essa questão relaciona-se com a anterior pois, como a renda já é insuficiente para as necessidades fundamentais da família, somado ao alto custo de vida da cidade, inviabiliza a inclusão deste público nas atividades e atrações turísticas:

*Pagando consegue, **mas no caso morador já não, não é que nem o turista.** Aqui Gramado é movido para o turista e não para o morador, o preço das coisas aqui, é turístico, eles não colocam preço para quem mora*

aqui, por isso se torna caro (USUÁRIO 9, grifo nosso).

Na fala de dois usuários, apareceu a questão racial relacionada ao preconceito que sofreram nos espaços turísticos da cidade onde, segundo seus relatos, o mau atendimento ou, até mesmo o não atendimento, no sentido de ignorar a presença dos trabalhadores entrevistados, causou constrangimento, como se as dificuldades enfrentadas pela situação de pobreza já não causassem angústia e sofrimento suficientes.

Nesses casos, o preconceito racial se deu em estabelecimentos comerciais e espaços de lazer, onde o entrevistado teve um atendimento excludente e cerceador de direitos: *“Já teve casos que a gente foi no lago negro e o pessoal não deixou a gente andar. Não sei se o pessoal não foi com a nossa cara ou pela cor, né? Muitos são racistas”* (USUÁRIO 6); *“Se você fala que é morador, já mudou o atendimento. Quando eu falei já mudou, quem gosta de atender não vai ligar para raça”* (USUÁRIO 1).

Já com relação à diferença entre morador e turista, os depoimentos dão conta de revelar, também, a existência de tratamento diferenciado nos estabelecimentos da cidade entre os visitantes e os moradores:

*O tratamento é diferente, **porque o turista é o turista**, o turista vem pra gastar, ele tem dinheiro e o gramadense vai lá e ainda pede desconto, sabe então tem certa diferença* (USUÁRIO 2, grifo nosso).

As pessoas que trabalham no restaurante, eles já sabem quem é morador pra chamar, eles sabem as pessoas que vão chamar, entende? Isso as pessoas aqui no Brasil chamam de preconceito (USUÁRIO 1).

Tal diferenciação no tratamento entre os trabalhadores, que aqui são representados pelos pobres, também revela a luta de classes maquiada pela lógica de bem atender ou de priorizar os visitantes, pois se trata de uma população que tem mais chances de gastar, e isso acontece sob os mandos do capitalista. Portanto, a dinâmica engendrada pelo capital é a de todo o momento promover o estranhamento e o não reconhecimento do sujeito no outro enquanto trabalhador que faz parte de uma mesma classe.

No que diz respeito à igualdade de **acesso dos usuários às atividades, espaços e atrações turísticas** que a cidade oferece, segundo o COMTUR e a gestão municipal, o acesso, de fato, não ocorre de forma igualitária ao turista, sendo

um dos motivos, a insuficiência de renda da população, fato que pode ser observada no quadro a seguir.

Quadro 7 – Avaliação dos gestores e conselheiros sobre se os moradores têm acesso de forma igualitária ao turista às atividades turísticas da cidade

Participantes	Se os usuários conseguem acessar as atividades e atrações turísticas	Motivos
Gestão municipal G.	Sim	▪ ressentimento
Gestão municipal T.	Não	▪ cidade cara ▪ o acesso se dá através do trabalho
COMTUR G.	Não	▪ insuficiência de renda
COMTUR NG.	Não	▪ longa jornada de trabalho ▪ clima frio ▪ estrutura luxuosa da cidade

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Apenas o secretário de governança referiu que sim, que o acesso às atividades e espaços turísticos da cidade ocorrem de forma igualitária ao turista, que as condições de acesso são as mesmas e que a população não acessa porque não tem esse desejo: “A população consegue, deveria, mas não quer. Ela criou uma barreira imaginária e resistente. É complicado, tipo, ‘aquilo foi feito para o turista’, então não vou” (GESTOR MUNICIPAL G).

Portanto, coloca a responsabilidade do não acesso na própria comunidade, que não quer participar porque imagina que determinados espaços são exclusivos para turistas, o que contraria as falas já citadas dos trabalhadores usuários da assistência social que disseram que o não acesso se dá pela falta de recursos financeiros e não pela ausência de desejo. Assim, essa barreira expressa na fala do gestor representa, na concretude do cotidiano, a pobreza e a desigualdade social que permeia a cidade e o campo do turismo.

Assim, essa barreira expressa na fala do gestor, representa os impactos negativos do turismo atuando sobre os trabalhadores e interferindo sobre suas vidas, pois as barreiras não são frutos do acaso, são as expressões da questão social que impedem o acesso dos trabalhadores as atividades turísticas da cidade.

Já o representante da gestão municipal da secretaria de turismo considera que, de fato, o acesso igualitário não ocorre por conta do alto custo das atividades. No entanto, refere que a maior parte da população consegue acessar de alguma

outra forma, através da inserção no mercado de trabalho: “*A grande maioria trabalha nesses locais, então é possível que acessem de outras formas, até porque é caro. A nossa cidade é uma cidade cara, não é barata*” (GESTOR MUNICIPAL T).

Ou seja, o acesso da população mais pobre se dá pela venda de sua força de trabalho no mercado turístico e não como cidadão que deseja desfrutar dos espaços através do lazer.

Dessa maneira, o lazer da cidade turística é um entretenimento que, igualmente, segue a lógica do mercado e que poucos conseguem acessar, pois o valor da venda da força de trabalho da população pobre não lhes permite esse acesso, pois “o lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no consumo” (SANTOS, 2020, p. 64), sendo que acessam apenas os que podem pagar, quando deveria ser público por ser essencial, pois o lazer também é uma necessidade básica humana.

Portanto, o lazer turístico seleciona seu público e divide os trabalhadores entre aqueles que podem e aqueles que não podem pagar. Os que não podem, sob a lógica do capital, permanecem usufruindo deste lazer vendo os visitantes se divertirem enquanto trabalham.

Assim, o capital faz com que certas necessidades se tornem luxo para o trabalhador, cabendo a ele o direito a ter somente acesso ao suprimento das suas necessidades para a sua reprodução social e ser utilizada pelo capital, assim: “ele faz do trabalhador um ser insensível e sem carências, assim como faz de sua vida uma pura abstração de toda atividade; cada luxo do trabalhador aparece a ele, portanto, como reprovável” (MARX, 2010, p. 141).

Com relação as respostas dos representantes do COMTUR sobre o acesso dos trabalhadores aos espaços e atrações turísticas da cidade, os dois conselheiros entrevistados disseram que **não há igualdade de acesso**. No entanto, também atribuem a responsabilidade aos próprios trabalhadores que não querem usufruir dos espaços turísticos que a cidade oferece. “*A gente vê que realmente a comunidade termina que não é habitual utilizar a estrutura da cidade em benefício próprio*” (CONSELHEIRO COMTUR NG).

Eu vejo que talvez, sobretudo para as pessoas mais simples digamos, o ambiente da cidade é um ambiente muito requintado, as pessoas muitas vezes tem essa visão que Gramado é quase uma passarela onde as pessoas desfilam na Borges de Medeiros e às vezes não se sentem muito à vontade naquele ambiente, sobretudo as pessoas mais simples

(CONSELHEIRO COMTUR NG).

A fala deste conselheiro traz os motivos pelos quais entende que a população não acessa as atividades e parece revelar que pelo fato do ambiente da cidade ser arquitetado para valorização do capital, a cidade e seus espaços, inclusive os públicos, acabam lhes causando estranheza, colocando-os à margem do direito de acesso à cidade.

Já o conselheiro governamental refere também a questão econômica, ou seja, a insuficiência de renda para acessar esses espaços,

É uma questão econômica [...] mas obviamente que se tivesse abertura de parques e determinados empreendimentos um percentual de gratuidade eu penso que poderia atender melhor a comunidade (CONSELHEIRO COMTUR G).

A longa jornada de trabalho também aparece como um fator que dificulta ou inviabiliza o acesso da população aos espaços turísticos. *“Os horários de trabalho primeiro, né, então normalmente o horário que o comércio funciona, restaurantes, hotéis, restaurantes e tudo mais quando sai, via de regra, já é noite”* (CONSELHEIRO COMTUR NG).

A análise dos dados dá conta de revelar a face perversa do capitalismo que absorve o turismo e toma conta dos espaços da cidade. Revela ainda que a desigualdade social existente e a contradição entre uma cidade que é um sonho para uns, pode ser esvaziada de sentido e de pertencimento para outros.

Na perspectiva dos trabalhadores usuários da assistência social, existe o desejo de usufruir dos serviços e atrações turísticas que a cidade tem a oferecer, porém, de fato, o acesso se dá conforme a fala do gestor de turismo, que é através do mercado de trabalho, pois a população dispõe de escassos recursos financeiros, fato que pode ser verificado na fala deste usuário:

*[...] tem coisa que eu vi que me machuca, eu vi o quanto a comida daqui é cara, morador pode comer? Sair na mesa do cliente, do turista, as pessoas estão comendo depois que o cliente come, bota o resto de comida e o funcionário está comendo, isso me machuca, [...]. Não é porque eles não querem pagar, é porque o preço é muito alto pra eles, ele não vão conseguir pagar, ele não consegue, ele não tem possibilidade, **não é porque eles não querem**, entende o que estou falando? **Quem não quer sentar em uma mesa linda, quem não quer?** (USUÁRIO 1, grifo nosso).*

A fala do trabalhador usuário da assistência social traz a sua experiência de atuação em restaurantes da cidade que também fazem parte de uma totalidade dos lazeres turísticos. Demonstra como os trabalhadores acessam ao alimento que costumam servir aos visitantes, além de evidenciar que existe o desejo por parte da população em poder acessar esses espaços como lazer, porém, a sua realidade social não lhes permite esse acesso.

A situação do acesso aos trabalhadores às atividades turísticas da cidade além de ser não igualitário ao do turista, não é oportunizada a esta população enquanto possibilidade de lazer, situação que diverge da Política Municipal de Turismo de Gramado, a qual tem por objetivo “democratizar o acesso universal ao turismo, contribuindo para a elevação do bem-estar geral” (GRAMADO, 2011, n.p.). Se a democratização do acesso ao turismo e tudo o que ele proporciona contribui para a elevação do bem-estar, por que não oportunizar à população pobre da cidade este ingresso? Por que de fato não o democratizar?

Cabe destacar que a Política Nacional de Turismo (PNT), em seu artigo 5º, também traz a questão da democratização do acesso como um de seus objetivos: “democratizar e propiciar o acesso ao turismo no país a todos os segmentos populacionais” (BRASIL, 2008, n.p.). Assim, ao se falar em democratização do acesso a esses espaços, poderia se pensar que os moradores prefeririam acessar atividades turísticas em outras cidades, porém, não é esse nosso recorte de análise, e sim o acesso e o direito à cidade, perpassando pelo direito aos espaços e atrações turísticas do próprio território, incluindo os lugares públicos que, segundo Santos (2020), acabaram sendo privatizados, transformando o cidadão em consumidor.

Assim, o turismo, na perspectiva do capital, ao absorver as demandas e anseios do consumidor, cedendo aos interesses do capital e, na mesma proporção expulsa o trabalhador pobre da possibilidade de acesso à uma vida digna no seu território apropriado pelo turismo “mercadoria”. Nesse sentido, o capítulo seguinte se propõe a desocultar as pedras que existem no jardim das hortênsias.

4 AS PEDRAS NO JARDIM DAS HORTÊNSIAS: AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO MATERIALIZADAS NA VIDA DOS TRABALHADORES USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo, abordaremos a materialização das contradições do turismo, o qual, inserido no contexto do capitalismo, acaba entrando no circuito do capital, transformando-se em mercadoria e trazendo, assim, consequências para os trabalhadores, especialmente para a população mais pobre da cidade.

Nesse sentido, a assistência social acaba sendo utilizada por essa população como estratégia de enfrentamento à pobreza, esta que se materializa concretamente nas condições de vida dos trabalhadores nas mais diferentes formas.

Assim, entendemos que a compreensão da pobreza também perpassa pelo entendimento dos territórios, das comunidades e, ainda, da atividade econômica que é a engrenagem principal da cidade – que, nesse caso, é o turismo –, em uma relação dialética entre o contexto do capitalismo e as particularidades que se constituem no território que é cenário de nosso estudo.

4.1 POBREZA

A pobreza, fruto da relação conflituosa entre capital e trabalho, vem sendo alvo de políticas sociais focalizadas, da ausência e inoperância do Estado ou, ainda, historicamente, da caridade. Ao analisar a pobreza no contexto do modo de produção capitalista e as relações de desigualdade que foram se estabelecendo com o desenvolvimento do capitalismo, Yazbek (2012, p. 289) posiciona a pobreza como manifestação da questão social e como

[...] expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito das relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem a acumulação e miséria.

Para Siqueira (2012, p. 370), a pobreza é necessária ao funcionamento do capitalismo e, portanto, não se trata

De um resquício de sociedades pré-capitalistas, ou um produto de um insuficiente desenvolvimento. Ela é um produto necessário ao MPC. [...]

pobreza não é um aspecto residual transitório do capitalismo, é estrutural e resultado de seu próprio desenvolvimento. O capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza, por outro; jamais eliminará um ou outro.

José Paulo Netto (2007, p. 142), ao analisar a pobreza e a desigualdade, deixa claro que não se trata meramente de aspectos econômicos, bem como que a análise firmada somente nesses aspectos tem como resultado “a naturalização ou a culturalização de ambas”, pois,

Nas sociedades em que vivemos – vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista –, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os padrões de desigualdade e de pobreza, não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações da natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas.

No entanto, no contexto do modo de produção capitalista, a pobreza como expressão da questão social nem sempre foi entendida a partir de uma perspectiva crítica, histórica e de totalidade, sendo concebida e tratada de diferentes formas. Isso também inclui os diferentes remédios utilizados pelo sistema capitalista no “trato” à pobreza em diferentes momentos históricos.

Assim, o processo histórico do desenvolvimento da sociedade capitalista, a pobreza muito esteve atrelada à percepção de culpabilização dos sujeitos, à individualização da pobreza e ao desajuste social, onde os pobres eram tidos como um problema para a sociedade, sendo uma “peça” fora da engrenagem e, portanto, devendo ser ajustada à sociedade.

Sobre esse fato, Montaño (2012), ao analisar as expressões da questão social e o fenômeno da pobreza, nas diferentes concepções da tradição liberal, refere que a questão social foi pensada, inicialmente, em meados do século XIX, a partir de uma perspectiva positivista e conservadora, que separa o econômico do social. Nesse contexto, a pobreza não possui a intenção de questionar o sistema, uma vez que é negada qualquer possibilidade de entender a pobreza com base em seu fundamento estrutural.

Ainda, com relação às expressões da questão social, Montaño enfatiza que, por meio dessa lógica conservadora, elas começam a ser pensadas a partir dos

sujeitos individuais e como questões isoladas e dissociadas do contexto social, econômico, político etc. Essa lógica de entendimento da pobreza segue a diretriz da responsabilização dos sujeitos, sendo cada um responsável pela sua condição de pobreza, à qual estariam acometidos. A partir dessa análise, a miséria e a pobreza, segundo o autor, estariam vinculadas a três tipos de fatores:

Primeiramente a um **déficit educativo** (falta de leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele. Em segundo lugar, a pobreza é vista como um **problema de planejamento** (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como **problemas de ordem moral-comportamental** (malgasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.) (MONTAÑO, 2012, p. 272).

Mediante essa percepção e entendimento de pobreza, que individualiza e responsabiliza os sujeitos por estarem vivenciando tal situação, compreendida como desajuste social, a partir da influência do pensamento do economista britânico Thomas Malthus no final do século XVIII, difundiram-se ideias de que as ações de cunho social, destinadas à população pobre, estariam estimulando esses indivíduos a permanecerem na situação de pobreza, contribuindo para a acomodação e o ócio.

De acordo com Montaño (2012, p. 273), “a beneficência e os abrigos passam a ser substituídos pela repressão e reclusão dos pobres”. Tanto é verdade, que a ideológica expressão “marginal” começa a adquirir uma conotação de “criminalidade”. O pobre começa a ser visto como marginal e a sua presença passa a ser uma ameaça à ordem social.

Para Santos (2013, p. 36),

[...] o uso da expressão marginalidade e sua conceituação frequentemente permitiram que a chamada “população marginal” de um país fosse julgada excedente, o que, sob o aspecto econômico, fosse considerada uma população inútil.

Nesse contexto, além das percepções de pobreza já citadas, Montaño (2012) afirma que ela passou a ser considerada como um problema de distribuição. Para o autor, nesse momento histórico, a questão social passa a ser

[...] **internalizada na ordem social** não mais como uma problemática meramente oriunda do indivíduo, mas como consequência do ainda insuficiente desenvolvimento social e econômico (ou do subdesenvolvimento) (MONTAÑO, 2012, p. 275, grifo do autor).

Tal fato justificaria a forte atuação do Estado nesse tempo, onde

[...] desloca-se a gênese da “questão social” da esfera econômica, do espaço da produção, da contradição entre capital e trabalho para a esfera política, no âmbito da distribuição, como uma questão entre cidadãos e o Estado. Assim, o tratamento da “questão social” e o combate à pobreza de determina como um processo de redistribuição. Trata-se de garantir, mediante políticas e serviços sociais, o acesso à bens e serviços por parte da população. Assim, não se questionam os fundamentos da ordem: a exploração de trabalho alheio ao capital, a partir da separação entre possuidores de força de trabalho e proprietários dos meios e condições para efetivá-lo (MONTAÑO, 2012, p. 276).

Tais estratégias tinham o objetivo de conter a ameaça de forças comunistas, principalmente em países subdesenvolvidos, amenizar o descontentamento dos trabalhadores que viviam em condições precárias e de pobreza, bem como garantir a manutenção da acumulação do capital. Nesse contexto, o Estado teve um importante papel na intervenção da economia e como executor de políticas sociais, com vistas à contenção das massas.

No Brasil, historicamente, o trato à pobreza e às demais expressões da questão social não se deu com políticas de bem-estar e pleno emprego, mas sim através de políticas voltadas ao trabalho, com grandes restrições, ou seja, “não universáveis para o conjunto dos trabalhadores” (SANTOS, 2012, p. 147). Para Silva (2014), o enfrentamento à pobreza que vem se estabelecendo historicamente, de forma focalizada, fornece subsídios para justificar os pobres e desconsidera a condição de classe à que essa população pertence, assim como a dimensão da cidadania e, sobretudo, como consequência disso, o acesso a direitos sociais básicos. O que se observa, segundo Couto (2010, p.89) é que

o tratamento ao povo que reclamava por atendimento às suas demandas era feito por intermédio de mecanismos ora de privilégios, ora de repressão, fenômenos estes historicamente presentes na sociedade.

Santos (2012) assinala que as respostas à questão social continham traços de regulação estatal com alcance restrito e não universal do direito, caracterizada nas palavras da autora por uma **cidadania regulada**. Essas respostas também tinham caráter repressivo, inclusive com uso de violência contra os pobres, em que tal situação remete a

[...] à repressão *stricto sensu*, caracterizada pela violência física e um

segundo caracterizado pelo paternalismo e mandonismo, fundamente arraigados na constituição ideopolítica das classes subalternas brasileiras. Quanto a este segundo sentido da repressão, sua origem se relaciona a traços de subserviência constitutivas das relações entre escravos e fazendeiros que se reproduzem nas relações capital/trabalho já no contexto do assalariamento. [...] Alimenta-se, assim, a cultura da dependência e do favor (SANTOS, 2012, p. 140).

Diante desse cenário, o que se teve historicamente no Brasil foi a insuficiência de políticas públicas de proteção social para os trabalhadores desempregados e para a população pobre. Tal situação esclarece o fato de que o trato à pobreza e à desigualdade social carrega as marcas da repressão e do atraso, consequências de um modelo de desenvolvimento que não rompeu com o passado colonial, trazendo, ainda, nos dias atuais, traços de uma tradição oligárquica e escravista que de acordo com Couto (2010) dificultou consideravelmente a implantação de mecanismos garantidores de transformação social e de direitos. Sobre os aspectos aqui discutidos, Yazbek (2012, p. 294) afirma que:

[...] a pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim, como os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento. Nessa história, não se pode esquecer do peso da tradição oligárquica e autoritária, na qual os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político da sociedade. Estamos nos referindo a uma sociedade desde sempre desigual e dividida entre entraves de modernidade e uma maioria sem “lugar”, uma sociedade de extremas desigualdades e assimetrias.

Esse contexto forjado pelo modo de produção capitalista, associado à política neoliberal, abriu as portas para que os organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a ONU e as “elites orgânicas”³⁷ estabelecessem mecanismos de combate à pobreza na periferia do capitalismo, pois, de acordo com Netto (2007, p. 158), “além de seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhe são adequadas”, de modo a garantir a hegemonia do capital.

³⁷ De acordo com José Paulo Netto (2007), as “elites orgânicas” do grande capital são representadas por: empresários, executivos, analistas, cientistas e engenheiros que, além de deterem o poder econômico, também detêm o poder político.

Nesse sentido, os organismos internacionais têm se ocupado da atenção à pobreza, passando à sociedade a ideia de sensibilização e preocupação com a situação da desigualdade social e da pobreza, principalmente em países periféricos, como é o caso do Brasil, propondo ou, ainda, impondo ações metamorfoseadas de solução para essa problemática.

O IPEA (2019), ao analisar o cumprimento dos objetivos da ONU, com vistas à agenda para 2030, com relação à superação da pobreza, é acompanhado de informações que mostram a incidência da pobreza no Brasil, tomando como base a população que sobrevive com US\$ 1,90 *per capita* por dia³⁸. Baseado nesse valor, o referido órgão esclarece que o Brasil, no período analisado (2015-2017), tem o maior índice de pobreza da América Latina e do Caribe, o que demonstra que o alcance desse objetivo tem um árduo caminho a percorrer.

Assim, o retrato da desigualdade e da pobreza também pode ser evidenciado através da análise de Pochmann (2004) sobre a distribuição da riqueza e a sua concentração no Brasil. O autor aborda que a desigualdade na sociedade brasileira é histórica e que, desde o período colonial, a riqueza gerada em suas terras é repartida apenas entre um conjunto da população. Pontua, ainda, a existência de uma forte persistência no grau de concentração de renda e riqueza no país e que

[...] ao se considerar apenas o ínfimo estrato social composto pelas 5 mil famílias 'muito ricas' do país – conforme estimativas de estoque de riqueza e acúmulo de fluxo de renda mensal, a partir dos dados oficiais disponíveis –, chega-se à escandalosa constatação de que este grupo (0,001% das famílias) se apropria do equivalente a 3% da renda total nacional, representando o seu patrimônio algo em torno de 40% do PIB brasileiro (POCHMANN, 2004, p. 29).

Dessa forma, ressalta-se que as determinações sócio-históricas do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e a ausência de limites para a acumulação do capital em escala mundial possibilitaram o acirramento da relação entre capital e trabalho, agravando as expressões da questão social, sobretudo o aumento da pobreza, uma vez que,

[...] a leitura da “nova pobreza” parte assim do pressuposto de que o acirramento da contradição capital e trabalho, que ampliou a precarização

³⁸ US\$ 1,9 *per capita* por dia é o valor global estabelecido segundo os critérios do Banco Mundial para representar a linha da pobreza. O valor de US\$ 1,9 por pessoa por dia, no ano de 2017, equivalia a R\$ 140,00 por mês (IPEA, 2019).

das condições de trabalho, impactou negativamente os índices de pobreza, absoluta³⁹, levando ao empobrecimento substantivo de segmentos da classe trabalhadora (SIQUEIRA, 2013, p. 203).

Dentro desse cenário, o IBGE (2019, n.p.) afirma que:

Em 2018, o país tinha 13,5 milhões de pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, ou U\$S 1,9 por dia [...]. Esse número é equivalente à população de Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal.

O fato é que se trata de uma dura realidade vivenciada por grande parte da população que vive na pobreza. Pochmann (2004, p. 29) afirma que:

[...] a apropriação da maior parcela do estoque total de riqueza e do fluxo de renda permanece extremamente concentrada: no ano de 2000, apenas 2,4% das famílias residentes no país pertenciam às classes superiores.

Esse cenário nos remete a refletir sobre o quanto é verdadeira a afirmação de Marx (2010) de que ao mesmo tempo e quanto mais o capitalista enriquece às custas do trabalhador, maior será a pobreza desse. Desse modo,

[...] falar de pobreza significa entender que ela é expressão direta das relações vigentes na sociedade do capital, onde riqueza e miséria convivem legitimando as desigualdades (SILVA, 2014, p. 44).

Logo, o contexto atual da precarização do mundo do trabalho quanto à priorização do Estado em garantir privilégios às elites, associado às contrarreformas do Estado no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro, impôs estratégias de aviltamento aos direitos dos trabalhadores, o rebaixamento das políticas sociais, o abandono dos pobres à sua própria sorte e o apagamento do pertencimento desses enquanto classe trabalhadora.

Cabe ressaltar, ainda, que a agudização da pobreza em países periféricos é ainda maior e predatória, visto que, nesses países, há um fator importante que os caracteriza: a superexploração da força de trabalho. Quanto mais explorados forem

³⁹ De acordo com Rocha (2006, p. 11), pobreza absoluta “está estritamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos ‘relativamente pobres’ em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos. Para fins empíricos, a distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa não apresenta limites claros”.

os trabalhadores, mais desconstituídos de direitos serão, maior será a sua alienação, mais se acirrarão as relações de dominação e maior será o aumento da necessidade da existência do exército industrial de reserva para manter os salários em níveis rebaixados. Para Alencar e Granemann (2009, p. 163), com isso, eles passam de trabalhadores excedentes a trabalhadores excluídos, pois possuem “pouca ou quase nenhuma chance de inserir-se novamente no circuito do capital”.

Sabe-se que o mundo do trabalho em praticamente todos os países vem sendo dominado por políticas cada vez mais racionalizantes, alienantes e punitivas do ponto de vista da perda de direitos e da dignidade humana dos trabalhadores. Essa devastação assume particularidades em países periféricos justamente por que nesses países a superexploração da força de trabalho se impõe pelo capital estrategicamente para garantir a dependência desses países junto aos países imperialistas, mas para que isso aconteça de forma eficaz ao circuito do capital, o trabalhador precisa ser expropriado cada vez mais de seus direitos, lançando mão da condição de trabalhador para assumir uma condição subalterna e servil perante a quem e ao que lhe explora, isso porque nos países periféricos dependentes,

a superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial. (MARINI, 2013, p. 52).

Nesse sentido, chama a atenção dentro desse contexto, o campo do turismo nos países periféricos, especialmente pela sua particularidade econômica e essência capitalista de dominação, obtenção extraordinária de lucros e exploração de territórios e de comunidades a baixo custo. Nesse sentido, a atividade econômica do turismo se tornou solo fértil para a superexploração da força de trabalho, com longas e exaustivas jornadas de trabalho, informalidade, pouca organização sindical, baixos salários etc., situação que se expressa na fala desse trabalhador usuário da assistência social entrevistado:

Imagina uma pessoa que trabalha das nove da manhã até meia noite e meia e o dinheiro que você recebe não dá, tempo não dá, as pessoas não querem duas escalas no trabalho agora, eles querem pagar só um funcionário pra ficar inteiro que é melhor para eles, porque duas turmas, vai ficar dois contratos, dois pagamentos, dois tudo e eles querem só um funcionário (USUÁRIO 1).

Assim, todo esse contexto chama a atenção do capital internacional, tornando tanto o país quanto as cidades turísticas atrativas para a sua instalação e consequente superexploração da força de trabalho e apropriação do território dessas cidades. Esse fato, segundo Martoni (2019, p. 199), ajuda na explicação da “participação de capitais espanhóis, portugueses, italianos e franceses na hotelaria, residências compartilhadas, condomínios de segunda residência e demais estruturas para o ‘bem receber’ no Brasil”.

Seguindo a lógica argumentativa crítica sobre o turismo e a sua relação com a pobreza, evidencia-se que essa atividade produz efeitos nas comunidades e na vida das pessoas, principalmente na população mais pobre. Isso porque, para além das questões já discutidas no capítulo anterior, como o direito à cidade e aos espaços públicos, as condições de trabalho também interferem sobremaneira nas condições de vida dessa população, tendo relação direta com a pobreza.

Para Marx (2010, p. 255), o trabalho é “antes de tudo um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem por sua própria ação, medeia, regula, e controla seu metabolismo com a natureza”, modificando-a – ao fazer esse movimento, modifica a si mesmo. Portanto, o trabalho enquanto condição da existência humana, ao entrar no circuito do capital, aqui direcionado ao do turismo, transforma-se em mercadoria, ficando disponível aos seus compradores quando lhes interessar, situação agudizada pela realidade da informalidade e da sazonalidade da atividade.

Portanto, “o capital não só produz capital: produz uma massa de força de trabalho sempre crescente, única substância que, ao ser transformada em trabalho, lhe permite funcionar como capital” (IAMAMOTO, 2008, p.66), e ser utilizada da forma que melhor represente os interesses da sociedade capitalista.

Concordamos com os argumentos de Kilbert e Moesch (2014) quando afirmam que o trabalho no capitalismo assume um sentido dialético e dual, pois, ao mesmo tempo que é fundante da realização do ser social e que seria uma forma humana de realização criativa e de liberdade, acaba no contexto do capitalismo, convertendo-se e se reduzindo unicamente como forma de subsistência do trabalhador.

Assim, enquanto uma parcela enriquece com os empreendimentos turísticos, os trabalhadores, cada vez mais explorados, para manter e aumentar a riqueza alheia, padecem para conseguir garantir sua sobrevivência diária, sobretudo os mais

pobres: “Quando eu trabalhava de carteira assinada, eu conseguia dar um pouco mais de giro [...], mas agora eu não trabalhando não tô conseguindo. Vejo as minhas filhas pedirem as coisas e não ter para dar” (USUÁRIO 2).

O cenário apresentado reflete a perversidade da atuação do modo de produção capitalista: suga a dignidade e distancia os pobres da possibilidade de usufruírem do que eles mesmos produzem, sendo cada vez mais expropriados de sua condição humana e de seus direitos. Esses sujeitos estigmatizados, percebidos, nos dias de hoje, como marginais, fruto de algo que não deu certo, do acaso, da irresponsabilidade da incompetência ou, ainda, do ócio e da “vagabundagem”, de acordo com Yazbek, são impactados pelo capitalismo contemporâneo, que vai deixando suas marcas àqueles que padecem da pobreza, em que,

[...] o aviltamento do trabalho, o desemprego, os desempregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (YAZBEK, 2012, p. 290).

A percepção do dimensionamento da pobreza acima destacada pela autora é fundamental para que o Estado planeje e execute políticas públicas, aqui em especial as de turismo que articuladas com as demais possam proporcionar aos sujeitos a satisfação das suas necessidades humanas básicas⁴⁰, aqui contemplando, segundo Pereira (2006), o acesso a políticas públicas universais, que, sob o domínio neoliberal, tendem a ser minimizadas, focalizadas e privatizadas, com a atuação de um Estado mínimo. Para Netto (2007), essa retórica oculta o que há por trás dessa prerrogativa neoliberal, que se encontra no fato de que, na verdade, o Estado mínimo que se defende equivale a um Estado máximo para o capital. Isso acaba trazendo rebatimentos na sociedade, como o agravamento e aumento da pobreza.

Santos (2020, p. 37), em sua análise sobre a pobreza, em países periféricos, aponta que ela

⁴⁰ De acordo com Pereira (2006, p. 26-27), “o **básico** expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. [...] Assim, enquanto o **mínimo** pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia neoliberal, o **básico** requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. Em outros termos, enquanto o **mínimo** nega o ‘**ótimo**’ de atendimento, o básico é a mola que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao **ótimo**”.

[...] prestou-se a uma avalanche de papel escrito, que, entretanto, mostrou-se incapaz de encontrar um tratamento eficiente para o mal. Chegou a hora de chamar a pobreza pelo nome real e, respondendo ao desafio lançado a toda a humanidade, identificar seus mecanismos fundamentais.

Tais argumentos chamam a atenção no sentido da necessidade de atacar o que de fato está no cerne da pobreza e que determinadas ações e políticas, sejam de organismos internacionais ou de gestores não trarão resultados de transformação social e eliminação da pobreza sem questionar e intervir no que de fato a produz.

4.1.1 Pobreza e condições de vida dos trabalhadores usuários da política de assistência social

A pobreza, enquanto expressão da questão social, deve ser compreendida a partir de sua totalidade e de suas múltiplas dimensões, sem desconectá-la das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e da relação entre capital e trabalho. Nesse sentido, se faz necessário também desvelar os rebatimentos da pobreza nas condições de vida dos trabalhadores.

Martins (2008) considera que a pobreza ganhou novas dimensões e significados na atualidade que dificultam ou até mesmo impossibilitam os trabalhadores pobres de sonharem com um futuro, pois,

Antes a pobreza era a pobreza dos que ainda não haviam subido na vida, ainda não haviam chegado ao nível a que outros chegaram. Os pobres, porém, tinham uma razoável certeza de que aquilo que eles próprios ainda não haviam conseguido, seus filhos e netos conseguiriam. Hoje, a pobreza tem um aspecto diferente e dramático: pobre é o descartado, aquele para o qual se fecham as portas da ascensão social. Essa é uma mudança social grave, porque nela se perde o sentido de destino e de esperança (MARTINS, 2008, p. 147).

Dentro dessa perspectiva, a pobreza também ganhou novas formas de enxerga-la e entende-la, uma vez que envolve inúmeras questões que dizem respeito não somente à ausência ou à insuficiência de renda, mas também ao acesso às políticas públicas, ao lazer, à cultura, à moradia digna, ao saneamento básico, à infraestrutura do território etc. Portanto, segundo Siqueira e Alves (2018, p. 29),

[...] a pobreza tem manifestações e desdobramentos multidimensionais, mas sua causa, no MPC, é estrutural, derivada [...] da Lei de Acumulação Capitalista, das contradições e lutas de classe.

Para Mota (2010), o capitalismo, em sua contradição, ao mesmo tempo que institui o trabalhador e o patrão, também produz o pauperismo, responsável pelo surgimento da pobreza enquanto **questão social**.

Ávila e Bagolin (2014, p. 29) afirmam que a pobreza não pode ser considerada apenas sob o ponto de vista econômico, embora esse aspecto seja importante para se compreender a pobreza. Dessa forma, “superar o enfoque meramente monetário significa entender a pobreza como um estado social e não apenas individual”.

Além disso, a análise da pobreza deve levar em consideração as particularidades de cada território, assim como o seu tempo histórico, pois as manifestações e os desdobramentos da pobreza podem ter certas particularidades em determinadas localidades e em certos momentos históricos.

Contudo, Siqueira (2013) chama atenção para não se cair no reducionismo da pobreza, uma vez que a sua compreensão apenas como um fenômeno multidimensional deslocado ou desconexo da Lei Geral de Acumulação Capitalista interferirá nas formas de seu enfrentamento, que, segundo a autora, podem ir desde uma política de transferência de renda até as ações de educação.

Com isso, não se quer dizer que tais ações não sejam importantes para o alívio das tensões da pobreza, porém cabe destacar que o deslocamento de seus fatores estruturais, ou seja, do modo de produção capitalista, pode levar a ações meramente assistencialistas, focalizadas e direcionadas à população pobre, como agentes da caridade e da boa vontade do Estado. Esse é um fato muito presente historicamente nas políticas sociais do país, pois “o campo assistencial esteve quase sempre ligado a práticas clientelistas, assistemáticas, de caráter focalista e com traços conservadores, sendo impossível articulá-lo com a noção de direito social” (COUTO, 2010, p. 68).

Para Ivo (2008), a focalização das políticas sociais se constitui em um princípio estratégico que deixa de fora parte dos trabalhadores, que se trata daqueles inseridos precariamente no mundo do trabalho, mas que estão à margem da proteção social.

Dentro desse contexto, torna-se ainda maior o número de trabalhadores que acaba sendo público-alvo de políticas públicas focalizadas e compensatórias. No contexto do capitalismo, essas são classificados como

[...] famílias desagregadas, mendigos, crianças de rua, desempregados, moradores precários, mulheres, indígenas, os expulsos da terra e recusados pela cidade, dentre tantos outros sujeitos passíveis de categorização (SILVA, 2014, p. 48).

Essas políticas, segundo a autora, buscam atenuar os efeitos “danosos” do modo de produção capitalista, situando-se no campo da carência, e não do direito. Direitos que, embora o capitalismo insistentemente venha tentando destruir e transformar em “boa vontade” do Estado, não podem ser desconsiderados, muito menos apagar o fato de que são dotados de historicidade e construídos

pelas lutas da classe trabalhadora, no conjunto das relações de institucionalidade da sociedade de mercado, para incorporar o atendimento de suas necessidades sociais à vida cotidiana (COUTO, 2010, p. 183).

Por isso a importância do entendimento da pobreza a partir das questões já levantadas, pois permite o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à perspectiva do direito e da universalidade de seu acesso e, ainda, desmistifica a existência de políticas sociais pobres voltadas para o público pobre, como é o caso da assistência social, que possui um público historicamente definido.

A questão é que, de fato, o público que acessa a assistência social é o que vem se constituindo ao longo da história. Logo, o estudo presente se propôs a alcançar esse público e lhe dar voz, como forma de resistência ao modelo econômico de desenvolvimento e de turismo que vem se constituindo na cidade, palco de nossa investigação. Público esse que acessa a assistência social como estratégia de enfrentamento às consequências provocadas pela atividade, visto seu poder de modificar as relações sociais

[...] mercantilizando o cotidiano e produzindo relações de trabalho especificamente capitalistas, por meio de assalariamento progressivo, embora o turismo não dispense outras formas de relação de trabalho, como a familiar, a semiescravidão (OURIQUES, 2015, p. 138).

Assim, se, para Marx (2010, p. 88), “o salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado, e o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade

privada”, então, no campo do turismo, atividade essencialmente capitalista, na qual as cidades também passam a ser comercializadas, inclusive para o capital internacional, e os trabalhadores superexplorados, o estranhamento se torna ainda maior e gerador de riqueza alheia.

O quadro a seguir mostra o perfil dos trabalhadores do turismo usuários da assistência social de Gramado que participaram do estudo, em que podem ser evidenciadas a baixa escolaridade e a precariedade da renda familiar. A maioria são mulheres e a idade média dos entrevistados é de 35 anos.

Quadro 8 – Perfil dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado – RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo.

Usuário	Sexo	Idade	Migrante	Tempo	Escolaridade	Cor	Rendimentos da família	Membros
1	Masculino	31	Migrante internacional	5 anos	Superior completo	Preto	De 1 a 2 salários	1
2	Feminino	29	Migrante interno	4 meses	Fundamental incompleto	Preta	Menos de 1 salário	4
3	Feminino	45	Migrante interno	8 anos	Fundamental completo	Branca	De 1 a 2 salários	3
4	Feminino	37	Migrante interno	2 anos	Médio completo	Branca	Menos de 1 salário	2
5	Feminino	53	Não é migrante	-	Fundamental incompleto	Branca	Menos de 1 salário	1
6	Feminino	27	Migrante interno	6 anos	Fundamental incompleto	Branca	De 1 a 2 salários	6
7	Feminino	44	Migrante interno	32 anos	Médio completo	Branca	De 1 a 2 salários	2
8	Feminino	28	Migrante interno	25 anos	Fundamental completo	Preta	Menos de 1 salário	5
9	Feminino	30	Migrante interno	7 anos	Médio completo	Parda/mulata	De 3 a 4 salários	6
10	Feminino	32	Não é migrante	-	Fundamental completo	Branca	Menos de 1 salário	5

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os dados acima refletem a realidade dos trabalhadores usuários da assistência social, chamando a atenção, além de outros aspectos, para a prevalência do público feminino. Este aparecimento não é por acaso, pois a relação do público feminino ser majoritário no acesso à assistência social dialoga com o fato da força de trabalho da mulher no contexto da divisão social do trabalho, ser mais precarizada, uma vez que “para o conjunto da força de trabalho feminina, seus salários continuam a ser mais baixos, com equivalentes de 60% da remuneração masculina” (ARRAZOLA, 2010, p. 232).

Este fato está relacionado com a característica histórica do patriarcado no país. A relação patriarcal história também ainda nos dias de hoje concebe à mulher o papel de cuidado e de reponsabilidade pela reprodução de seus membros, nesse sentido, os programas da política de assistência social acabam reforçando essa cultura e trazendo as mulheres para acessar os programas e benefícios desta política social.

Segundo Arrazola (2010), os programas da política de assistência social com foco na família, acabam por centrar na representação social feminina como sendo ela a família, visto que é a mulher quem na grande maioria dos casos realiza a atenção aos filhos em nome de uma naturalizada divisão sexual do trabalho.

Ainda, com relação ao perfil dos trabalhadores usuários da assistência social, evidencia-se, entre o público, a baixa escolaridade, onde a maioria dos entrevistados possui apenas o ensino fundamental.

Pode-se dizer que a pobreza da população reflete a sua relação com a baixa escolaridade, corroborando com a análise de Rocha (2006, p. 146), em que “os indicadores de educação fornecem evidências da correlação entre baixo nível educacional e pobreza”. Assim, buscou-se, através de pesquisa ao banco de dados do CadÚnico, verificar tal relação, que pode ser observada na tabela a seguir.

Tabela 6 – Perfil dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado – RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, inseridos no CadÚnico

ESCOLARIDADE	SABE LER E ESCREVER?		FREQUENTA A ESCOLA?			NÍVEL DE ESCOLARIDADE			
	SIM	NÃO	SIM	NÃO, MAS JÁ ESTUDOU	NUNCA ESTUDOU	ED. INFANTIL	ENS. FUND	ENS. MÉDIO	SUPERIOR
0 A 6 anos – com cad	38	632	232	8	430	239	1	0	0
0 A 6 anos – sem cad	10	303	88	4	221	91	1	0	0
7 A 12 anos – com cad	482	350	779	5	48	144	640	0	0
7 A 12 anos – com PBF	180	182	334	2	26	60	276	0	0
13 A 17 anos – com cad	487	62	527	16	6	1	459	83	0
13 A 17 anos – com Auxílio Brasil	203	26	223	6	0	0	202	27	0
Adultos com cad	3258	217	165	3174	136	5	2017	1097	220
Adultos com Auxílio Brasil	915	34	43	887	19	1	598	283	48
TOTAL CAD	4265	1261	1703	3203	620	389	3117	1180	220
TOTAL PBF	1308	545	688	899	266	152	1077	310	48

Fonte: Base de dados do CECAD – agosto/2021.

Os dados mostram que, dos 3.258 usuários adultos cadastrados, 61,9% possuem Ensino Fundamental e 6,66% não são alfabetizados, evidenciando a baixa escolaridade da população pobre de Gramado.

Para além deste fato, o perfil dos entrevistados revela que a grande maioria é de outros estados, cidades ou país, fato que revela a luta cotidiana pela sobrevivência dos trabalhadores da assistência social que saem de suas localidades na tentativa de buscar melhores condições de vida em outros lugares.

A migração está relacionada à saída de uma localidade, de forma permanente ou temporária, que de acordo com Martins (2008), pode ser interna - dentro do próprio país ou estado, ou internacional, quando se ultrapassam os limites das fronteiras de um país. O principal aspecto das migrações está no fato de que os trabalhadores que migram

quase sempre estão dispostos a aceitar condições degradantes de trabalho, humilhações e más condições de vida; de que migram temporariamente dispostos a abrir mão de concepções mínimas e básicas de decoro, dignidade e direitos (MARTINS, 2008, p. 144).

Santos (2008) defende o fato de que as migrações fazem parte da vida dos trabalhadores pobres e podem ocorrer ainda dentro do próprio espaço da cidade, visto que a mercantilização do direito à moradia dificulta ou impede a sua permanência duradoura nos locais. A Organização Internacional para as Migrações define esse fenômeno como:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição

ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos⁴¹. (OIM, 2009, p. 40).

Para Martins (2008, p. 144), migrantes são aqueles

[...] que colocam temporariamente entre parênteses o sentido de pertencimento e voluntariamente se sujeitam a situações de anomia, de supressão de normas e valores sociais de referência.

Levando isso em conta, os que conseguem permanecer na cidade acabam, várias vezes, sujeitando-se a viver em condições precárias e, também, em condições degradantes de trabalho. Para Santos (2020, p. 60), uma forma de perceber a migração é “sob o ponto de vista humano, a ausência de direito a um entorno permanente”.

A fala deste trabalhador usuário da assistência social, migrante internacional, expressa a dificuldade e os desafios enfrentados no cotidiano e o esvaziamento da dignidade humana, pois muitas vezes o básico lhe falta. Expressa ainda a difícil realidade encontrada na cidade que escolheu para tentar melhorar suas condições de vida:

[...] não tenho roupa, como eu posso ter o que vestir entende? Mas você não tem problema, mas as pessoas não sabem, quando você deita na sua cama, no travesseiro você precisa dormir, mas você não dorme, por que não tem comida, entende? O pessoal vê você, é de Gramado, para eles como você mora em Gramado, tudo tá combinado, por que passei a semana e a pessoa viu que eu tô comendo só arroz (USUÁRIO 1).

Os relatos dos trabalhadores usuários da assistência social trazem não só a expressão da necessidade da resistência cotidiana, mas também a expressão da luta de classes no contexto do modo de produção capitalista, trazida e contextualizada dialeticamente para a realidade local da cidade turística.

De acordo com pesquisa realizada através do Cadastro Único para Programas Sociais do Federal (CadÚnico)⁴², das 3.441 pessoas adultas cadastradas, 2.333 não são naturais de Gramado, o que corresponde a 67,8%. Já a

⁴¹ Migrante econômico pode ser definido como a “Pessoa que deixa o seu lugar de residência habitual para se instalar fora do seu país de origem, a fim de melhorar a sua qualidade de vida. Este termo pode ser usado para distinguir refugiados que evitam perseguições e também se refere a pessoas que tentam entrar num país sem a autorização e/ ou recorrendo a procedimentos de asilo de má fé” (OIM, 2009, p. 44).

⁴² A pesquisa foi realizada em 09/11/2021, no banco de dados do CECAD, utilizando-se o período de agosto de 2021 para a população cadastrada em Gramado até essa data.

porcentagem dos trabalhadores usuários da assistência social adultos naturais de Gramado que possuem CadÚnico é de 32,2%.

Dentro dessa perspectiva, pode-se perceber que a população que precisa, por algum motivo, deslocar-se de seus territórios, buscando suporte e proteção da assistência social. Isso porque, ao chegarem na cidade, os indivíduos se deparam com uma realidade que os desafia, visto o alto custo de vida, a ausência ou os precários suportes da rede de relações familiares na cidade, a instabilidade e a informalidade do trabalho, os baixos salários etc., abarcando novos usuários para essa política social – que são, também, os trabalhadores precarizados –, uma vez que,

[...] está em curso um processo complexo de redefinição do perfil dos usuários da assistência social, determinado pelas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, que reconfiguram as relações entre trabalho e reprodução social, pressionando o Estado a ampliar suas políticas sociais para incorporar novos contingentes populacionais nos serviços e benefícios públicos (COUTO *et al.*, 2007, p. 75).

Dos trabalhadores usuários migrantes internos e internacional entrevistados, quando questionados sobre os motivos que os levaram a sair de suas localidades para residirem em Gramado, 40% responderam que a razão para virem à cidade foi a expectativa de melhores condições de emprego e salário. Dentro desse contexto, para Martins (2008, p. 121) o trabalhador à procura de trabalho “é a pessoa que está procurando a reinclusão na sociedade através do meio mais seguro para que o expropriado e desenraizado tenha uma inserção estável nas relações sociais”.

Nesse sentido, Santos (2020, p. 60) afirma que as “migrações brasileiras, vistas pelo ângulo da sua causa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos”.

Quando os trabalhadores foram questionados sobre se a realidade encontrada correspondeu às expectativas e aos anseios que motivaram o deslocamento, 37% responderam que a realidade encontrada não correspondeu às expectativas e 25% que as expectativas foram correspondidas parcialmente.

Tabela 7 – Expectativas dos trabalhadores migrantes usuários da assistência social de Gramado – RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, com relação à realidade encontrada na cidade

Expectativas com relação à realidade encontrada	Nº
Correspondeu	1
Correspondeu parcialmente	2
Não correspondeu	3
Não respondeu	2
TOTAL	8

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os trabalhadores usuários da assistência social que responderam que as expectativas, ou seja, os anseios que os motivaram a se deslocar para outra cidade, nesse caso, para Gramado, não foram correspondidas, referiram como motivos: falta de oportunidade de emprego para os pobres; exigência de experiência de cursos na área do turismo; e alto custo de vida e baixo salário, como podemos evidenciar nas falas destes trabalhadores usuários da assistência social:

Quando a gente fala em Gramado a gente pensa assim, nossa, porque é uma área turística você pensa que você vai ganhar muito bem, você acha que trabalhando ali vai ser bem condicionado, e não é bem assim (USUÁRIO 4).

Tu tem que ter milhões de coisas, tem que ter tudo os cursos pra ti conseguir pegar no local, portanto que essa semana eu fui aqui num restaurante entregar um currículo, ah... mas tu não tem, como é que é aquele negócio que tu tem que ter pra... ser garçom... qual é pessoa pobre que vai ter um curso de garçom? (USUÁRIO 2).

As falas dos trabalhadores usuários da assistência social contrariam a da gestão municipal, a qual traz o lado “rico” e próspero do turismo que cumpre um papel social na questão da empregabilidade e na universalidade do acesso ao emprego.

O turismo é uma indústria rica, como ela é muito abrangente, na hora de contratar, de buscar pessoas, ele acaba de certa forma cumprindo esse papel de distribuição de renda nesse quesito, na possibilidade de empregar as pessoas das mais diversas formações (GESTOR MUNICIPAL G).

Nesse contexto, cabe a indagação, no sentido de pensarmos para quem o turismo é uma indústria rica e a que interesses vem servindo, visto que a realidade dos trabalhadores usuários da assistência social posta aqui parece não dialogar com

a realidade colocada pela gestão municipal, ficando evidente os rebatimentos do “turismo mercadoria” nas condições de vida dessa população.

O trabalhador que afirmou ter correspondido não desenvolveu a sua resposta. Já aqueles que responderam que correspondeu parcialmente informaram que o motivo está no fato da existência de emprego, porém o custo de vida é alto e o salário não acompanha o alto preço dos bens e serviços: “*Por um lado sim, tipo é muito mais fácil mesmo né, mas a condição de vida aqui é... parte de aluguel esse tipo de coisa é mais caro né, o custo de vida aqui é mais caro*” (USUÁRIO 9).

Cabe destacar nesse contexto que, 50% dos trabalhadores entrevistados possuem renda familiar correspondente a menos de um salário-mínimo nacional, ou seja, são famílias que sobrevivem com menos de R\$ 1.100,00 reais por mês. O usuário 10, por exemplo, possui, na família, cinco membros e arca com o custo de aluguel, que, segundo esse usuário, está no valor de R\$ 650,00 reais, restando muito pouco para a satisfação de outras necessidades básicas, como alimentação, vestuário, transporte etc.

As condições de vida dos trabalhadores pobres perpassam pela questão da situação de moradia, nesse sentido, o quadro a seguir ilustra alguns aspectos relacionados a essa questão.

Quadro 9 – Situação dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, com relação à moradia e seus recursos

Usuário	Situação da Moradia				O que existe de forma satisfatória		
	Bairro	Situação	Valor do aluguel R\$	Residência é adequada?	Água tratada	Energia elétrica	Saneamento básico
1	Floresta	alugada	750,00	não	sim	sim	sim
2	Linha Forqueta	cedida	-	não	não	sim	não
3	Piratini	alugada	1100,00	sim	sim	sim	sim
4	Várzea	alugada	550,00	sim	sim	sim	sim
5	Linha 15	própria	-	sim	não	sim	sim
6	Floresta	alugada	1500,00	sim	sim	sim	sim
7	Várzea	alugada	1000,00	sim	sim	sim	sim
8	Várzea	alugada	400,00	não	sim	sim	não
9	Piratini	alugada	1280,00	sim	não	sim	sim
10	Piratini	alugada	650,00	não	não	sim	não

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Evidencia-se que grande parte dos trabalhadores entrevistados não possui casa própria, arcando mensalmente com os custos de aluguel. Ainda com relação a

questão da moradia e seus recursos, verifica-se que a maioria possui água tratada, porém, 40% da população entrevistada ainda não possui essa necessidade básica satisfeita. Dos que não possuem água tratada, o acesso se dá através de poço artesiano, como podemos verificar na fala deste trabalhador:

A água é de poço agora, antes puxava da cascata. Só que agora deu vazamento pra dentro do poço, daí por enquanto a gente não pode tomar aquela água (...) daí eu puxei lá da cascata de novo, do rio (USUÁRIO 2).

Com relação ao saneamento básico, a maioria (70%) dos entrevistados disseram que é satisfatório, porém 30% não consideram o saneamento básico em suas residências adequado: *“Tem um buraco lá que eles botam uns canos, daí quando sai vem aquele cheiro sabe? Daí vai o do tanque também, tem da descarga, daí o cheiro” (USUÁRIO 8).*

Não tem, é que assim, a gente diz arroio que passa pro lado de baixo e daí, o falecido dono da casa fez com os canos por baixo da terra, daí cai direto lá embaixo nesse arroio. Todo esgoto da baixada passa por tudo aquilo ali sabe (USUÁRIO 10).

Já com relação à energia elétrica, de acordo com os depoimentos, todos os entrevistados disseram ser satisfatória.

Dentro da perspectiva de acesso e disponibilidade e acesso a recursos básicos, procurou-se verificar também se a renda da família procurou-se verificar, por meio da entrevista, se os rendimentos para a manutenção das necessidades da família dos trabalhadores usuários da assistência social são suficientes. Logo, todos os entrevistados disseram que não são suficientes e que enfrentam muitas dificuldades para garantir a sobrevivência do núcleo familiar, conforme estes relatos:

Não, porque o custo de vida aqui é muito alto, os aluguéis são altos... Eu pago 1.000 reais de aluguel e daí que nem agora, eu só tô ganhando pra pagar o aluguel (USUÁRIO 7).

Suficiente não é, mas a gente vai empurrando de um mês pro outro e vai, a gente se ajeita [...] porque sempre fica uma coisinha pra trás (USUÁRIO 3).

Insuficiente. Se eu morar sozinha e eu tiver um controle, eu, meu marido e minha filha, eu tiver um controle de água e luz, tanto que eu gasto, tanto que eu lavo roupa, quem sabe sim, mas vamos supor se tu ganhe 2 mil, tranquilamente 1.500 é pra água, luz, internet, aluguel e ainda, vou te dizer, falta pro rancho, pra comida sim (USUÁRIO 6).

Portanto, pode-se dizer que há um desgaste físico e emocional muito grande por parte da população em ter que pensar estratégias e lutar diariamente na busca da sobrevivência, uma vez que, segundo os relatos, diversas necessidades da família não conseguem ser supridas, em razão dos escassos rendimentos. Tal situação revela a contradição existente entre a realidade concreta dos trabalhadores pobres trazida em seus relatos e a fala do gestor municipal entrevistado, que refere que há distribuição de renda através da atividade turística, como se esta distribuição, que na verdade parece estar mais relacionada à oferta de empregos, desse conta da desigualdade social e da pobreza dos trabalhadores:

[...] a nossa economia é o turismo, eu acho que essa é a melhor forma de distribuição de renda, nós não temos um mensageiro de hotel, nós temos mil na cidade, então oferecendo trabalho, tendo espaço para a mão de obra local, eu acho que essa é a melhor forma de distribuir a renda (GESTOR MUNICIPAL T)

No entanto, a análise crítica do turismo, relacionada à pobreza, não nos permite deixar de destacar que se trata de uma atividade econômica que, apesar de importante para a geração de empregos, como já mencionamos, está inserida no contexto do modo de produção capitalista e vendida no mercado turístico. Assim, ela acaba assumindo as prerrogativas do mercado, que explora e que subverte o trabalhador, o aliena, o torna consumidor necessário para o capitalismo, assim como o torna cada vez mais distante do acesso àquilo que ele mesmo produziu, pois

*[...] se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a **outro homem fora o trabalhador** (MARX, 2010, p. 86, grifo do autor).*

Coriolano (2006, p. 177), ao analisar o turismo sob o prisma do modo de produção capitalista, afirma que:

O turismo é apresentado como o melhor negócio do mundo, podendo transformar tudo em mercadoria e em riqueza. Os discursos dos governos e dos órgãos de turismo mostram essa possibilidade e acrescentam a nova abordagem da inclusão social. Tudo, entretanto, parece que acontece ou vai acontecer como um passe de mágica, pois nada fica explicitado de como mudar a realidade da população local, o que isso representa em termos de vida, a apropriação da terra, de melhores condições de vida e de habitação no lugar.

Contudo, mesmo no contexto da sociedade capitalista, a qual, atualmente, é a realidade constituída como forma de sociabilidade que controla as relações, a economia etc., faz-se necessário que os recursos advindos do turismo contemplem as necessidades e demandas da população residente, especialmente daquela mais pobre, visto os inúmeros rebatimentos ocasionados pelo turismo em suas vidas. Podemos citar o alto custo de vida, o estresse do trânsito, o sentimento de não pertencimento à cidade, o compartilhamento da cidade a todo o momento com pessoas de culturas diferentes, a pobreza, o autorreconhecimento de uma condição subalterna⁴³, as precárias condições de trabalho etc. – elementos que se materializam nas falas da população entrevistada.

Com isso, a própria gestão municipal entende que é necessário repassar para a comunidade, em forma de serviços de qualidade e políticas públicas, os ganhos econômicos que advêm do turismo para que a comunidade possa ter melhores condições de vida, é o que traz a fala deste entrevistado:

*O **turismo bem utilizado** é, não digo o turismo em si, mas o resultado que o turismo gera que é o dinheiro. Se o cara não tem nenhuma parada de ônibus e ele chega num hotel, ele não vai atender bem o cliente dele, então tu ter um mínimo de infraestrutura urbana para que tu tenha conforto para trabalhar, pra cuidar bem do teu filho, porque tu sabe que ele está bem atendido na creche, chega no posto de saúde tem a vacina, entende? Eu acho que o resultado do turismo tem que bancar essa estrutura para que as pessoas possam viver confortavelmente (GESTOR MUNICIPAL G, grifo nosso).*

Os trabalhadores usuários da assistência social reconhecem esse retorno em algumas políticas públicas do município, como saúde, educação e assistência social, onde a maioria dos entrevistados referiu que essas políticas sociais classificam-se como boas na cidade. A avaliação dos trabalhadores com relação à cidade e as políticas públicas podem ser verificadas no quadro a seguir

⁴³ O conceito de subalternidade que utilizamos é de Yazbek (2016, p. 30), em que “a subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-social em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política”.

Tabela 8 – Avaliação dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado – RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, quanto à cidade e seus recursos

COMO VOCÊ CLASSIFICA A CIDADE EM CADA ÍTEM						
Recursos e políticas públicas	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não soube responder ou não respondeu
Educação pública	1	8	1	0	0	0
Acesso a educação infantil	0	3	2	3	0	2
Saúde	1	7	1	1	0	0
Transporte coletivo	0	3	3	2	2	0
Saneamento básico	0	7	1	1	1	0
Trânsito	0	3	3	0	4	0
Assistência social	3	6	1	0	0	0
Habitação	0	2	3	4	1	0
Custo de vida	0	0	5	4	1	0
Segurança	2	5	1	0	2	0
Acesso às atividades do turismo	1	1	4	3	1	0
Locais para lazer	1	7	1	0	1	0

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação ao acesso a educação infantil, a situação é diferente, pois o acesso para a maioria dos trabalhadores que responderam a essa questão, não é satisfatório, uma vez que a classificaram entre regular e ruim (62,55%). A fala deste usuário revela a dificuldade de acesso à educação infantil.

Eles falaram pra mim que eu tinha que provar que eu tava trabalhando pra conseguir inscrever as gurias né, porque daí eles tem uma lista enorme pra botar o nome do teu filho ali naquela lista, tem mais de 60 crianças na frente pra depois tu botar a tua pra depois ver se tu consegue. Aí eu até expliquei pra eles que eu não tinha ido atrás de serviço ainda, porque não tinha como eu ir, por causa das crianças, porque aqui em cima eu não tenho parentes, eu não tenho nada aqui em cima. Daí não, tu vai ter que provar (USUÁRIO 2).

O depoimento expressa não só a dificuldade de acesso, mas o cerceamento de direito, quando o acesso à educação infantil vincula-se à inserção do trabalhador no mercado de trabalho, fato que se torna difícil quando a mãe é a responsável familiar e na cidade movida pelo turismo se trabalha de domingo a domingo, então o que fazer? Em primeiro lugar, destacamos que direito não é “venda casada”, política pública deve atender o interesse coletivo, e de nenhuma forma se exige contrapartidas, pois a política de educação é uma política social universal.

Em segundo lugar torna-se fundamental por parte da gestão municipal lançar um olhar atento a essas questões que de alguma forma atendam as demandas dos

trabalhadores, cujas necessidades assumem certas particularidades quando analisadas no contexto de uma cidade turística.

Outras políticas públicas de acordo com a avaliação dos trabalhadores, também carecem de maior atenção por parte da gestão municipal, como é o caso da habitação, políticas relacionadas ao alto custo de vida, transporte coletivo, etc., como demonstram os depoimentos desses trabalhadores:

Isso eu não vou nem falar, porque essa cidade precisa de ônibus, gente eles são brasileiros também, eles precisam de ônibus, qualquer outra cidade tem ônibus e aqui não tem, demora pra tudo (...) até hoje em 4 meses eu só peguei ônibus dentro da rodoviária, porque não tem uma parada de ônibus, na minha casa não tem isso, não existe! Mas eu acho que não tem fim, porque fazer uma cidade turística, ele quer guardar esse turístico, daí ônibus não vai passar eu acho, mas o pessoal tá precisando aqui é difícil, muito difícil (USUÁRIO 1).

Eu só acho que esse negócio do turismo a gente não pode, o gramadense aproveitar, porque é muita gente pobre, olha o valor que é essas coisarada né! Os ingressos, quem vai ter dinheiro pra comprar um ingresso daqueles lá, olha o valor (USUÁRIO 2).

Ela tá ruim, eu acho que eles precisam averiguar mais casas pras pessoas que passam necessidade, pagando um aluguel desses não tem condições (USUÁRIO 7).

Este outro ao se referir a questão habitacional também reforça a dificuldade enfrentada com o alto custo de vida na cidade: “A habitação é muito cara, principalmente quando tem que ir no mercado. Em Gramado o aluguel é muito caro, o custo de vida em Gramado é caro” (USUÁRIO 10).

Assim, os depoimentos dos trabalhadores dão conta de evidenciar a insatisfação com alguns recursos e políticas públicas da cidade que, segundo as falas dos gestores, trata-se de uma cidade diferenciada e desenvolvida. Certamente, com os recursos advindos do turismo, poder-se-ia de fato proporcionar melhor distribuição de renda, melhores condições de vida para a população pobre, já que ao mercado turístico vende-se a imagem de que não há pedras no jardim das hortênsias.

A questão dos locais para lazer apareceu como satisfatória para os trabalhadores entrevistados, sendo que 70% consideram bom os espaços para lazer. O que chama a atenção é que ao mesmo tempo em que consideram bons os espaços, acabam não fazendo uso deles, conforme já exposto pelos próprios trabalhadores. Tal situação pode estar relacionada ao fato de que a avaliação foi dos

espaços da cidade como um todo, porém não acessam por: falta de recursos, disputa do lugar com turistas e jornadas de trabalho extensas.

Contudo, a questão que se coloca não está no fato de negar a importância econômica do turismo e nem negar que a cidade tem suas belezas, porém o que se coloca em discussão é se de fato os ganhos com o turismo conseguem suprir as demandas e necessidades da população pobre e alcançar ou ainda ultrapassar os limites dos aspectos negativos causados pelo turismo a esse público.

Chama-se a atenção para o termo “turismo bem utilizado” – também referido na fala de um trabalhador usuário da assistência social entrevistado, “*o turismo é bom ou ruim, depende de como eles vão usar*” (USUÁRIO 1) –, o qual parece estar relacionado à gestão de um turismo que percebe a pessoa residente como cidadão, que o enxerga e lhe oportuniza compartilhar a riqueza gerada por essa atividade. Porém, na prática, tal realidade parece estar distante, uma vez que o Estado, que é o ente responsável por garantir a proteção e a distribuição de riqueza à população, historicamente vem se colocando ao lado do capital.

4.1.2 Pobreza e seu enfrentamento: a assistência social como estratégia de resistência dos trabalhadores

Historicamente, a assistência social tem sido acessada pela população como estratégia de enfrentamento e de resistência às refrações da questão social, materializadas na vida dos sujeitos através da violência, da desigualdade social, da pobreza, do desemprego etc.

Nesse sentido torna-se fundamental também reconhecer que a pobreza “assume aspectos diferenciados em diferentes regiões e países – e mesmo no interior destes -, pois é preciso considerar questões culturais e de desenvolvimento socioeconômico” (ÁVILA e BAGOLIN, 2014, P. 26). Esse fato torna-se importante para se pensar e planejar políticas públicas que atendam as demandas dos trabalhadores.

Cabe ressaltar a importância do entendimento e da análise da pobreza como totalidade, visto que a percepção histórica e hegemônica do capital sobre a pobreza como algo natural e como um problema dos sujeitos, bem como a ausência de desenvolvimento dos países periféricos, no atual contexto do modo de produção capitalista, vem moldando as políticas públicas e direcionando as suas ações.

Sendo assim, a assistência social passou a ser demandada no enfrentamento à pobreza e, como “política de Estado, passa a ser um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos, configurando-se também como estratégia fundamental de combate à pobreza” (YAZBEK, 2012, p. 304).

No entanto, o entendimento forjado pelo modo de produção capitalista sobre a pobreza torna o pobre objeto de caridade e benemerência ou, ainda, caso de polícia – situação ainda não superada nos dias de hoje. Siqueira, ao analisar a pobreza e as suas formas de enfrentamento, afirma que:

Sob a influência positivista e funcionalista de “desajuste” ou “disfunção”, desenvolve-se uma compreensão sobre a pobreza que, ao caracterizar suas **causas**, a concebe como: A) uma **escolha** pessoal; B) “**disfunção**” e “**desajuste**” ou como “patologia” do indivíduo ou grupos “marginais”; C) incapacidades. Com este entendimento as causas, apresentam-se as seguintes formas de **enfrentamento**: o higienismo, educação e “refuncionalização”, adaptação (ou ajustamento corretivo) e “**inclusão social**”. A solução da pobreza mediante a “**autoajuda**” e **religião**. O combate à pobreza mediante a “**criminalização da pobreza**” (SIQUEIRA, 2018, p. 26, grifos do autor).

Contudo, problematizar e discutir a pobreza e a assistência social requer situá-las no contexto do modo de produção capitalista, assim como no contexto político e econômico do desenvolvimento brasileiro. Também, requer levar em consideração a sua trajetória histórica e as particularidades que assume em determinada comunidade e contexto histórico.

Assim, a trajetória da assistência social foi marcada por ações de cunho assistencialista e clientelista, praticadas por instituições de caridade vinculadas à igreja e às primeiras-damas e utilizadas para dar assistência aos pobres e garantir votos. Yazbek (2016, p. 56) refere que, do ponto de vista político, “as intervenções no campo da política social, e particularmente da assistência social, vêm [...] servindo também ao fisiologismo e à formação de dutos eleitorais”.

De acordo com Mendes, Prates e Aginsky (2009), tal trajetória fez com que a assistência social fosse sempre colocada em segundo plano nas ações governamentais. Essas heranças do passado permeiam até os dias de hoje a assistência social, a qual historicamente vem sendo exercida em prol dos menos favorecidos, estabelecendo uma relação de troca e de gratidão para quem recebe a ajuda ou para aqueles que a “merecem”.

Dentro dessa perspectiva, Silva (2014) afirma que os anos de clientelismo e da cultura de favores acabam contribuindo para a manutenção de entraves que dificultam e estancam o protagonismo e a emancipação das classes subalternizadas, assim como as mudanças necessárias para a implementação da assistência social como direito.

Contra-pondo-se a todo esse contexto histórico de subalternidade e de caridade da assistência social, a Constituição de 1988 surge como um marco histórico na conquista de direitos, com a responsabilidade do Estado no financiamento e na execução da assistência social enquanto política pública, garantindo a ela *status* de direito social, o que representou um importante avanço no campo do direito.

No ano de 1993, com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), seguida da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, (MDS, 2005) e, em 2005, com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ratificou-se a perspectiva da assistência social enquanto direito, consolidando-se as bases e as diretrizes para a superação das ações paternalistas e assistencialistas. Segundo Couto *et al.* (2017), isso trouxe a assistência social para um campo novo, que diz respeito ao campo da seguridade e da proteção social.

No entanto, a assistência social, desde a Constituição (BRASIL, 1988), vem enfrentando dificuldades para romper com as heranças conservadoras e clientelistas que historicamente se vincularam a ela, com público já caracterizado e definido, visto que:

Se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente esta política social em campo de exercício e de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social (COUTO *et al.*, 2017, p. 63).

As dificuldades também perpassam pela questão da insuficiência de repasses do Estado para a execução dessa política, uma vez que ainda não se tem um percentual mínimo destinado, no orçamento, aos serviços prestados pela assistência social e, sobretudo, conforme Couto (2010), pelo fato de que as legislações sociais,

incluindo a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), não foram suficientes para cumprir com as promessas de melhoria na qualidade e nas condições de vida da população.

Para a superação do paradigma da assistência social enquanto bem-estar e visando à efetivação dessa enquanto política pública, garantidora de direitos, Couto *et al.* (2017, p. 297), em pesquisa realizada sobre a assistência social, referem que os achados “alertam para um movimento criativo em direção à constituição do sistema único, mas advertem ao mesmo tempo para o risco de modernização conservadora, na perspectiva de uma gestão eficiente, mas despolitizada da assistência social”.

Nesse sentido, evidencia-se que a contradição se explicita à medida que, mais uma vez, o novo se depara com o velho, em um movimento histórico-dialético de superação e renovação.

Cabe ressaltar o papel do Estado que, com a ofensiva neoliberal, vem assumindo a prerrogativa do Estado mínimo para as políticas sociais e do máximo para o capital. Yamamoto (2008, p. 121) afirma que essa hipertrofia do Estado “propicia maior controle sobre os rendimentos sociais, o que amplia os interesses dos grupos de capitalistas em interferir nas decisões do Estado”.

No Estado neoliberal, priorizam-se políticas focalizadas e imediatistas para dar conta das consequências do desemprego estrutural e da pobreza, deslocando ou, até mesmo, ocultando o que está no cerne da questão social. Nessa perspectiva, ao analisar a política de assistência social, Veroneze (2017, p. 352) ressalta que:

O assistencialismo reproduzido nas políticas governamentais de corte social, ao contrário de caminhar na direção da consolidação de um direito, reforça os mecanismos seletivos e meritocráticos que acentuam o caráter eventual e fragmentado das respostas dadas às vulnerabilidades e risco social.

Portanto, para o capital, dentro da perspectiva neoliberal, quanto mais fragmentadas e individualizadas forem as ações do Estado, no que diz respeito às políticas sociais, melhor para a manutenção de seus interesses. Tal situação vem trazendo reflexos para a política de assistência social na atualidade, pois o que se percebe são ações focalizadas e compensatórias, que forjam o trato às expressões da questão social, passando à sociedade a falsa ideia de que o Estado atende às demandas da população.

Com relação à organização da assistência social na cidade turística de Gramado, pode-se dizer que ela está dividida nos três níveis de proteção social do SUAS: a proteção social básica, a proteção social de média complexidade e a de alta complexidade.

Na proteção social básica, o município conta com dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)⁴⁴, localizados nos bairros Floresta e Várzea Grande.

Os CRAS são responsáveis pela execução direta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)⁴⁵ e, também, pela execução direta dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (três serviços de convivência de idosos, dois de crianças e dois de adolescentes). No que diz respeito aos atendimentos, o município possui cerca de 1.550 famílias no cadastro único do município, conforme o Relatório de Informações Sociais (RAIS) do mês de junho de 2020.

Com relação à equipe dos dois equipamentos de proteção social básica, cada um dos CRAS possui três técnicos de nível superior. Além disso, no CRAS da Várzea Grande, há: dois psicólogos e um assistente social; um profissional de nível médio terceirizado, que atua na recepção do serviço; e um profissional de nível médio comissionado que, atualmente, exerce a coordenação.

No segundo equipamento, no CRAS Vila Verde, a equipe é composta de: três profissionais de nível superior, sendo um psicólogo, um assistente social e um terapeuta ocupacional; um profissional de nível médio terceirizado; e um coordenador de nível superior (pedagogo) comissionado. Os profissionais de nível superior são concursados, com exceção da coordenação.

Importante destacar que, de acordo com a NOB-RH SUAS (2005), as equipes desses equipamentos, em um município de pequeno porte II⁴⁶, devem contar com

⁴⁴ O CRAS “é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social [...] Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social” (MDS, 2004, p. 35).

⁴⁵ O PAIF “é pedra fundamental e se caracteriza como eixo basilar para a ‘nova’ política de assistência social que vem sendo construída no Brasil desde a publicação da PNAS em 2004, ou seja, como política pública, dever do Estado e direito de cidadania. [...] o PAIF inova ao materializar a centralidade do Estado no atendimento e acompanhamento das famílias, de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida. Lançar esta publicação sobre o trabalho social com famílias no âmbito do PAIF não é fazer apelo para a ideologia de culpabilização ou de responsabilização natural das famílias. É, sim, reafirmar a adoção das ações de caráter estatal destinadas à sua proteção social” (MDS - Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p. 5).

⁴⁶ De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) (MDS, 2005), o município é classificado de acordo com o seu porte, que está relacionado ao número de habitantes, ou seja, o

três profissionais de nível superior, sendo dois assistentes sociais e, preferencialmente, um profissional psicólogo, três técnicos de nível médio e coordenação. Nesse sentido, as equipes de referência não estão completamente de acordo com a NOB-RH SUAS (2005), principalmente com relação aos profissionais de nível médio, uma vez que há ausência deles no quadro.

No que diz respeito à proteção social especial de média complexidade, responsável pelo atendimento de situações de violação de direitos, o município conta com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), serviço responsável pela oferta de

atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado (MDS, 2004, p. 38).

O CREAS, no município, é responsável pela execução direta do Serviço de Proteção e Atendimento Especial a Famílias e Indivíduos (PAEFI)⁴⁷. O município não possui centro-dia para idosos nem credenciamento desse serviço em outras instituições, visto a inexistência de sua prestação na cidade.

Com relação à equipe, até outubro de 2021, havia no serviço: três técnicos de nível superior, sendo um psicólogo e dois assistentes sociais; e um auxiliar administrativo, que atuava na recepção do serviço. Não há coordenação, sendo essa função atualmente exercida pelo secretário adjunto da secretaria de assistência social. A equipe que atua no serviço é composta de servidores concursados, com exceção do secretário adjunto.

Já quanto à proteção social especial de alta complexidade, o município possui um abrigo municipal – o Recanto da Criança e do Adolescente – para o acolhimento de, no máximo, 16 crianças e/ou adolescentes. Os serviços de proteção social de alta complexidade

município de Gramado é caracterizado como de pequeno porte II, porque possui população entre 20.001 e 50.000 habitantes.

⁴⁷ O PAEFI é um serviço “voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015).

[...] são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (MDS, 2004, p. 38).

O município não possui Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) que sejam públicas, mas possui rede conveniada, na qual compra as vagas quando há necessidade de acolhimento institucional, por motivos de violação de direitos de idosos que necessitam de proteção social.

Ademais, quanto à equipe, não há técnicos de nível superior exclusivos para o abrigo municipal, tendo somente um psicólogo e um assistente social concursados, que atendem a toda a demanda das instituições conveniadas de alta complexidade e, ainda, a do abrigo. Existe uma coordenação de nível superior com formação em administração que é comissionada.

No que diz respeito às equipes dos serviços, verifica-se que as coordenações não estão de acordo com a NOB-RH SUAS (2005, p. 31) nem com relação à escolaridade nem quanto ao fato de ser servidor concursado, uma vez que as equipes de referência para os CRAS:

[...] devem contar com sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.

As equipes do CREAS e da alta complexidade também não estão adequadas à NOB-RH SUAS (2005), pois o CREAS, por exemplo, deve contar – pelo número de habitantes e pela capacidade de atendimento, que é de 50 pessoas/indivíduos – com um coordenador, um assistente social, um psicólogo, um advogado, dois profissionais de nível superior ou médio, para a realização de abordagem social, e um auxiliar administrativo.

De acordo com o Relatório de Atendimento Mensal (RMA) do mês de julho de 2021, ao qual tivemos acesso, foram realizados pelo CREAS 227 atendimentos, sendo que, nesse período, havia 75 famílias acompanhadas pelo PAEFI. Isso significa que as equipes atuam acima do limite da capacidade de atendimentos do serviço e também de suas capacidades enquanto trabalhadores, pois elas são insuficientes para atender às demandas da população da cidade.

No que concerne à execução dos serviços de proteção social básica, como os Serviços de Convivência Fortalecimento de Vínculos (SCFV), esses são executados diretamente pelo município. Não há execução do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos no município nem do serviço especializado para pessoas em situação de rua. Também não há, no município, república, albergue ou casa de passagem.

Com relação à execução dos serviços de proteção social básica e especial executados pelo município, podemos destacar o Programa Auxílio Brasil⁴⁸, o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴⁹, o PAIF, PAEFI, Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), Prestação de Serviços à comunidade (PSC) e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Ressalta-se que os serviços citados de proteção social especial de média complexidade são executados pelo CREAS, ou seja, pela mesma equipe que atua na execução do PAEFI, o que torna ainda mais frágil a qualidade da atenção aos trabalhadores usuários da assistência social, devido à sobrecarga de trabalho das equipes.

Exposta a organização da assistência social no município de Gramado, partimos para a análise e o diálogo que essa política pública possui com o contexto de uma cidade turística.

É pertinente e relevante a associação do turismo à assistência social, uma vez que há interferências e interesses do capital em ambos – um para se aproveitar de uma maior extração de mais-valia e outro para garantir a massa de trabalhadores pobres desmobilizados e a manutenção de sua reprodução social para uso do capital. Assim o trabalhador é “submetido à superexploração, um nível de exploração superior àquele que assegura a lucratividade normal e média do capital. O trabalhador é compelido a aceitar essa situação porque vai sendo reduzido a formas precárias de sobrevivência” (MARTINS, 2008, p. 137).

Portanto, há que se considerar, nesse contexto, o fato dos trabalhadores que,

⁴⁸ O Programa Auxílio Brasil iniciou em outubro de 2021 pelo governo Jair Bolsonaro, em substituição ao Programa Bolsa Família, lançado pelo governo do PT no ano de 2003.

⁴⁹ BPC “é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família” (BRASIL, 1993, n.p.).

alijados de seus direitos, acabam, na maioria das vezes, tendo como única alternativa de sobrevivência e de resistência aos percalços do modo de produção capitalista o acesso à assistência social.

Essa política social vem sofrendo com os ataques neoliberais, em que o interesse dos gestores é priorizar atividades lucrativas para a sobrevivência do capital, como o turismo, e deixar o mínimo de recurso para políticas sociais, como assistência social, cabendo lembrar que é ela que vai atender ao trabalhador pobre e precarizado do turismo.

Nesse sentido, se observa velhas formas de conduzir as políticas sociais e novamente vemos o poder público aliado às elites e isso, como falamos no capítulo 2 deste estudo, não é fruto do acaso, mas sim de relações históricas deixadas pelo processo de desenvolvimento do país.

Diante desse cenário, “o que se observa é que os gastos na área social parecem cada vez mais vinculados ao desempenho geral da economia, o que abre o caminho para políticas assistencialistas e de precário padrão” (YAZBEK, 2016, p. 62). Tal fato pode ser evidenciado quando comparamos o repasse municipal para a secretaria de assistência social de Gramado, que, de acordo com a LDO/2019, foi de R\$ 6.690.117,55, com o da Gramadotur (R\$ 34.281.544,00), existindo um abismo no que diz respeito ao investimento público entre as duas áreas (GRAMADO, 2018).

Não queremos, com isso, dizer que o investimento pesado em turismo na cidade não seja importante; muito pelo contrário, compreendemos a sua necessidade, pois é responsável pela entrada de recursos. Porém, o que se quer destacar é que, contraditoriamente a essa questão, o recurso investido na área beneficia um grupo de pessoas que pode comprar o turismo e aproveitar os investimentos públicos aplicados nos espaços de circulação dos visitantes, nos quais, também, o capital se instala e que cada vez menos vem sendo ocupados pela população local.

Assim, devido aos impactos e rebatimentos do turismo sobre as condições de vida da população, buscou-se verificar o motivo pelo qual os usuários procuraram a assistência social do município. Destaca-se que, em análise aos documentos, como prontuários, verificou-se que a maioria dos trabalhadores dos entrevistados já era acompanhada pelos serviços, ou seja, dos dez entrevistados, sete já acessavam, antes da Pandemia da COVID-19, os equipamentos de proteção social.

Os trabalhadores usuários da assistência social, mesmo exercendo alguma atividade laboral no campo do turismo, recorrem à assistência social, porque, segundo Yazbek (2012), as relações de trabalho que se estabelecem são precárias e marcadas pela informalidade. De acordo com Coriolano (2006, p. 110), “o turismo, realizado de acordo com o modo vigente de produzir, oferece respostas compatíveis com esse modo que busca concentrar e acumular”.

Dentro desse contexto, pôde-se verificar que a maioria dos trabalhadores buscou a assistência social do município como estratégia de resistência em meio ao caos instaurado na vida da comunidade, conforme os depoimentos desses trabalhadores, que relatam quais os motivos que os fizeram procurar a assistência social. “*Para me ajudar né, não posso parar com isso, se eu parar como é que eu vou sobreviver*” (USUÁRIO 8).

Nessa perspectiva, a dificuldade cotidiana de sobrevivência dos trabalhadores entrevistados pode ser evidenciada através das falas que traduzem os enfrentamentos diários dessa população, uma vez que é

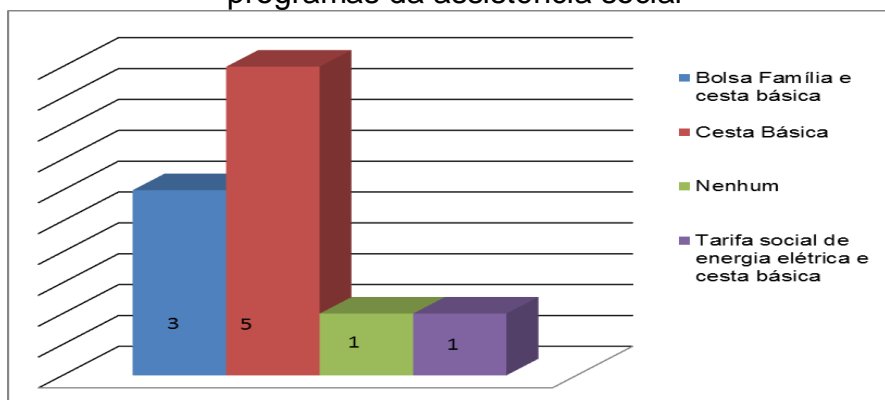
[...] diante da consciência das impossibilidades de atingir mesmo aquele mínimo essencial que os pobres descobrem o seu verdadeiro lugar, na cidade e no mundo, isto é, a sua posição social (SANTOS, 2020, p. 86).

A fala do Usuário 2 apresenta exatamente a problematização de Santos (2020), quando diz que percebia não ter chance de conseguir um emprego, situando-se como um sujeito à parte da sociedade, o que o levou a buscar a assistência social, na tentativa de garantir a manutenção das necessidades da família.

Procurei, porque quando eu vim aqui pra cima e coisa eu não conseguia encontrar serviço, mesmo que eu vi que eu não ia ter chance de encontrar serviço [...] porque se não fosse vocês, minhas filhas não iam ter nem feijão e nem arroz pra comer dentro de casa, te falo bem sinceramente e só vivo com o ranquinho de vocês mesmo, porque essa semana deu só pra pegar 100 pila na mão (USUÁRIO 2).

O gráfico a seguir diz respeito ao acesso dos trabalhadores usuários da assistência social a benefícios e programas sociais dessa assistência social.

Gráfico 5 – Acesso dos trabalhadores usuários da assistência social de Gramado – RS, que atuam ou atuaram no ramo do turismo, a benefícios e programas da assistência social



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Evidencia-se que a maior parte dos usuários acessa algum tipo de benefício ou programa social, como Auxílio Brasil e cesta básica, e que, para a maioria, esses benefícios fazem a diferença no dia a dia, embora se tenha conhecimento de que eles de fato não contribuem para a redução e o enfrentamento da pobreza.

A fala desse usuário revela o motivo da importância da assistência social enquanto direito à segurança afiançada pelo SUAS, que diz respeito à garantia de renda. “*Tipo como eu pego o bolsa pra pagar o aluguel né, aí tipo eu pago 400 de aluguel e daí se alguém me chama pra fazer uns ‘extras’ eu consigo comprar alguma coisa pra dentro de casa*” (USUÁRIO 8).

Percebe-se, então, a importância dos benefícios e programas da assistência social para a complementação da renda das famílias, uma vez que, por vezes, constituem-se como única alternativa de apoio para garantir renda e alimento. É o caso deste usuário: “*Me mandaram pra rua e não fizeram meu acerto corretamente daí eu precisava de alimento. Eu saí e não recebi os 40%, saí só com o acertinho mínimo e eu tinha o aluguel pra pagar*” (USUÁRIO 7).

Cabe salientar que essa população que tanto sofre com a “letalidade social”, desencadeada pelo modo de produção capitalista, bate à porta da assistência social, buscando resistir e, de alguma forma, sobreviver em meio às perversidades impostas por esse modo de produção que absorve o turismo e, com ele, a possibilidade de participação popular na condução da política de turismo nas cidades, com respeito às localidades e à população pobre dos territórios turísticos.

Dar voz à população das cidades turísticas é uma forma de possibilitar um turismo com menores consequências para a comunidade residente. Logo, faz-se

necessário que a gestão municipal fomente iniciativas de participação popular e, também, que a comunidade perceba o seu lugar de protagonista nas decisões e no planejamento do turismo da cidade, o qual também lhe diz respeito, como sugerido anteriormente, com a sua participação no COMTUR e através de pesquisas realizadas pela gestão municipal ao público residente.

Embora o capital tente calar e ocultar o trabalhador e a sua força de trabalho colocada nas atividades do turismo, é ele quem de fato faz movimentar toda a estrutura turística da cidade. É ele quem planta as flores, coloca a iluminação nas árvores, realiza as construções da cidade, faz o alimento que o turista degusta e consome, faz o asfalto etc.

Portanto, os trabalhadores têm um papel fundamental e de destaque na construção e história do território, sejam eles nascidos na cidade ou não; cada pedra levantada, cada árvore plantada, tem o esforço do trabalhador, que, cotidianamente, tenta ressignificar e ocupar o seu lugar na cidade.

O cotidiano, conforme apontam Carlos, Alves e Pádua (2017), é o lugar onde está posta a superação das alienações, o espaço de lutas e o local das contradições. Nesse sentido, ele dialoga com a assistência social, a qual também expressa contradições e, ao ser acessada como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores, pode ser espaço de resistência e de superação das alienações, uma vez que

O Estado, ao fornecer um fluxo de bens e serviços necessários à sobrevivência dos subalternos, busca reforçar sua capacidade de impor à sociedade como um todo os interesses políticos e sociais das classes hegemônicas. Ao mesmo tempo e na ação, os subalternos introduzem, no interior dos aparelhos do Estado, questões relevantes aos seus interesses (YAZBEK, 2016, p. 57).

Sendo assim, além de entendermos a pobreza nas suas múltiplas dimensões, precisamos analisá-la a partir do contexto do modo de produção capitalista, e o turismo e os seus rebatimentos nas condições de vida dos trabalhadores usuários da assistência social também. Esse fato é importante justamente para se planejar políticas públicas de turismo inclusivas, que contemplem a dimensão do desenvolvimento humano e não somente a do crescimento econômico. Para Koga (2011, p. 30),

[...] as experiências inovadoras de desenvolvimento local ocorrem em cidades onde a sociedade civil e governos locais se comprometem com a dimensão da cidadania e buscam novo aporte à ação social, marcado pela intersetorialidade entre economia, social e urbanismo e a radicalização do alcance político da democracia.

É importante entender como os territórios funcionam, expressam-se, movimentam-se e resistem às interferências do capital e do turismo mercadoria atuando sobre eles e sobre os trabalhadores que neles reside especialmente os trabalhadores pobres da cidade.

De acordo com Couto *et al.* (2017), a incorporação da dimensão territorial na política de assistência social representou um avanço importante, incorporando um entendimento ampliado de território que ultrapassa os limites geográficos, de modo a concebê-lo como “espaço habitado”, fruto das relações sociais que se estabelecem nos territórios.

Nesse sentido, faz-se necessário também reconhecer a existência das lutas de classe nos territórios turísticos que segundo Martoni (2019, p. 273) não dizem respeito somente a embate de ideias e conflitos, mas também pode ser percebido “nas concepções ideológicas que expressam e resguardam uma classe em um contrato de trabalho, na fragmentação planejada de um espaço para o trânsito e/ou permanência de turistas”. Portanto, a nosso ver o estudo evidencia a existência das lutas de classe no território e as variadas formas de acumulação que se dão pelo turismo. Como por exemplo, quando observamos os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, as formas sutis de alienação e de fragilização dos trabalhadores enquanto classe, etc.

Mas ressaltamos que essas questões não estão claras, estão na realidade, mas ocultadas pela dinâmica do capital que atua sobre a atividade turística, reificando tudo que é tocado pelo capital.

Com isso, faz-se necessário ultrapassar o mundo das aparências e do fetiche imposto pelo turismo, desvelar suas contradições e conhecer os rebatimentos dessa atividade nos territórios e nas condições de vida dos trabalhadores pobres, para que se possa fortalecer a política de assistência social enquanto direito de cidadania, assim como as políticas de turismo enquanto verdadeira estratégia de desenvolvimento humano.

Por isso, torna-se imprescindível a articulação da política de turismo com outras políticas públicas, como educação, transporte, assistência social etc., em que a única forma

[...] de minimizar os efeitos indesejados do turismo sobre os lugares, maximizando-se, simultaneamente, seus efeitos desejados, é por meio do planejamento e da política pública, ambos necessariamente comprometidos com os interesses da coletividade (CRUZ, 2002, p. 38).

Dentro desse contexto, o interesse público perpassa pelo diálogo com a assistência social para que a gestão municipal possa ter informações sobre a realidade social dos trabalhadores pobres da cidade e como eles vêm resistindo às investidas do turismo estando ele sob o domínio do capital.

Portanto, torna-se fundamental, ainda, que as políticas de turismo dialoguem com a realidade concreta da população local, especialmente com a dos trabalhadores mais pobres, que acabam sentindo mais os rebatimentos do turismo em suas vidas, visto que é essa a população que, marginalizada e ocultada pelo turismo mercadoria, bate à porta da assistência social em busca de proteção social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **processo de desenvolvimento no Brasil (Questão Norteadora 1)** vem, historicamente, apoiando-se em políticas focadas no crescimento econômico e pouco em políticas públicas que visem ao desenvolvimento social e humano, mesmo que, em alguns períodos históricos, tenha se obtido maiores garantias de direitos voltados aos trabalhadores, como é o caso do período desenvolvimentista da era Vargas e do período neodesenvolvimentista dos governos do Partido dos Trabalhadores. No entanto, evidencia-se que foram modelos permeados de contradições, pois, ao mesmo tempo que atendiam ao campo social, não atacavam os privilégios das elites.

O fato é que o modelo de desenvolvimento adotado pelo país, desde a colonização, quando as relações econômicas e políticas se estabeleceram de forma dependente e subordinada, possibilitou o favorecimento da classe dominante em detrimento dos trabalhadores, assim como a abertura para as interferências e os desmandos do capital estrangeiro.

Nesse sentido, o contexto das determinações sócio-históricas do processo de desenvolvimento capitalista do Brasil tem relação direta com o processo de construção do turismo no país, visto que a atividade vem sendo planejada como estratégia de desenvolvimento. Porém, sob a lógica do capital, o foco vem sendo apenas o crescimento econômico, assim como o atendimento às demandas das elites e do capital, principalmente o internacional, que está tomando conta desse campo.

Diante disso, o turismo da cidade de Gramado, cenário do nosso estudo, dialoga com a história do desenvolvimento do país, uma vez que vem abrindo os espaços da cidade para a instalação do capital internacional, o qual percebe, na cidade, solo fértil para a obtenção de grandes lucros através da superexploração da força de trabalho – situação característica de países que se constituíram como periféricos e dependentes.

Destaca-se, então, que o foco do modelo econômico adotado acaba não sendo o desenvolvimento humano, conforme defendemos neste estudo, mas sim o crescimento da economia, que, dentro da lógica do modo de produção capitalista, articulado com a política neoliberal, gera mais pobreza e desigualdade social.

Evidenciamos, no estudo, que a **percepção dos usuários, gestores do turismo e conselheiros (Questão Norteadora 2)** quanto à política de turismo na cidade se constitui enquanto atividade econômica de extrema importância para Gramado, cenário da nossa investigação, pois gera emprego e renda para a população e permite um grande volume arrecadatório para o município.

A população, ao expressar a sua insatisfação com essa situação, aponta, também, a existência de uma maior atenção da gestão municipal ao visitante, o que desencadeia, entre outros fatores, o sentimento de não pertencimento ao seu território.

No entanto, enquanto política que preconiza a universalização do acesso e a inclusão social através de melhor distribuição de renda, conforme preconiza a PNT (BRASIL, 2008), a atividade na cidade parece não cumprir efetivamente com esse papel, fato percebido pelos usuários trabalhadores da assistência social.

Ocorre que o turismo na periferia do capitalismo gerou “ilhas de prosperidade”, como aponta Ouriques (2015), situação que se verifica na cidade turística estudada. Isso porque, de um lado, há grandes empreendimentos imobiliários e turísticos que atendem aos anseios de uma pequena população abastada, mas, de outro, há a pobreza velada e a população pobre que se esconde na periferia, sem, muitas vezes, ter o direito de acesso à cidade que auxiliou e ainda auxilia a construir.

Sendo assim, com relação às **condições de vida dos trabalhadores usuários da assistência social (Questão Norteadora 3)**, ficam claros os rebatimentos do turismo que, no contexto do capitalismo, vem se constituindo enquanto mercadoria. A contradição toma conta desse campo, uma vez que, ao mesmo tempo que propicia o emprego, também é solo fértil da precarização da força de trabalho e do distanciamento dos trabalhadores de seus direitos, especialmente os trabalhistas e previdenciários, devido à grande incidência da informalidade no setor.

As vastas contradições do setor não cessam por aí, pois, mesmo possibilitando o acesso à renda, esta não é suficiente para garantir a satisfação das necessidades básicas da população pobre, visto o alto custo de vida da cidade turística.

Nesse sentido, os dados coletados e analisados indicam que existe grande preocupação por parte da gestão municipal de Gramado e do COMTUR em

qualificar o turismo – e, com ele, a cidade – sob a lógica do mercado, utilizando-o como valor de troca e beneficiando, dessa forma, o público turista que acessa parte da cidade e uma parcela da população que vive nas áreas mais centrais. Esse fato se relaciona com a percepção do trabalhador usuário da assistência social quanto à sua condição de subalternidade, pois ele não se percebe no contexto da totalidade do território, assim como não vislumbra possibilidades de acesso aos espaços e às atrações turísticas do local.

Nesse sentido, os rebatimentos negativos do turismo sob os desmandos do capital são evidentes e deixam suas marcas nas relações sociais que se estabelecem nos territórios e, também, com os turistas, explicitadas pelo sentimento de não pertencimento ao território, descontentamento com a cidade, intolerância com o público turista e estresse. Tanto a gestão municipal quanto o conselho reconhecem esses fatores, ao observarem a insatisfação dos moradores, uma vez que, para os usuários trabalhadores da assistência social, a cidade acaba sendo para o turista.

Destacamos que a responsabilidade por essa relação conflituosa e contraditória perpassa pela necessidade da gestão municipal não somente de reconhecer a problemática, mas de planejar e executar políticas públicas de turismo, articuladas com outras políticas sociais que atendam, ainda, essencialmente, aos anseios e às necessidades da população pobre residente.

Pôde-se perceber que as condições de vida dos trabalhadores usuários da assistência social são movidas pela luta à sobrevivência no seu mais amplo sentido, já que, cotidianamente, convivem com pessoas de outras culturas, sem muita identificação com elas. Logo, eles precisam pensar em estratégias que garantam o seu sustento, visto o alto custo de vida que é trazido, através das falas, como um problema do turismo para eles.

Além disso, nota-se que as condições de vida dos trabalhadores usuários da assistência social são marcadas pela precarização da força de trabalho, situação que interfere diretamente e sobremaneira em suas condições de vida, seja no acesso a direitos, seja no acesso às atrações e aos espaços turísticos da cidade ou na garantia da satisfação de necessidades fundamentais.

Cabe ressaltar que houve certa dificuldade de os trabalhadores usuários da assistência social pensarem sobre o turismo da cidade no momento da entrevista, pois, apesar de alguns terem nascido em Gramado e outros serem residentes da

cidade já há muitos anos, nunca lhes foi possibilitada a oportunidade de refletirem sobre os impactos do turismo em suas vidas nem o que ele representa, concretamente, no cotidiano dessa população que vive em uma cidade turística.

Desse modo, percebeu-se que o momento da entrevista foi um importante espaço de reflexão, no sentido de pensar sobre o que o turismo representa em suas vidas e as diversas e complexas mediações que envolvem esse campo.

Portanto, este estudo, que também se constitui em um mecanismo de resistência aos desmandos do capital e de um turismo que produz, ao mesmo tempo, riqueza para uns e pobreza para muitos, possibilitou dar voz a um público que tende a ser silenciado pelo contexto do capitalismo.

Diante do problema de pesquisa e das respostas obtidas através do estudo realizado, elencamos algumas proposições e estratégias de resistência no âmbito do turismo que, por sua vez, constitui-se contraditoriamente, no contexto do capitalismo globalizado, em uma política pública com *status* de mercadoria.

- Necessidade de articulação da política de turismo com as demais políticas públicas (intersectoriais) visto os rebatimentos da atividade turística nas condições de vida dos trabalhadores pobres da cidade, visando atender as necessidades e interesses da população pobre da periferia;
- Elaboração e implantação, por parte da gestão municipal e Comtur, de estratégias / mecanismos de escuta e de participação efetiva e cidadã da comunidade nos espaços da cidade, incluindo os turísticos;
- Incentivar o turismo de base comunitária com a valorização da população residente, criando estratégias reais e factíveis de aproximação com o seu verdadeiro papel social (inclusão social, desenvolvimento, redução da pobreza, geração de emprego) – contempladas na agenda para 2030 dos ODS.
- Inserir a discussão do turismo nos serviços e atividades da política de assistência social, tanto nas pautas de discussões das equipes e na agenda de estudos, como oportunizando espaços de fala para a comunidade trazer suas experiências e demandas quanto ao direito e usufruto da cidade e dos espaços turísticos que nela se encontram;
- Nos atendimentos cotidianos dos equipamentos de proteção social do SUAS, identificar demandas da comunidade relativas aos rebatimentos do turismo nas condições de vida dos trabalhadores pobres de modo a contribuir com a

gestão municipal na proposição de estratégias que levem em consideração a realidade local visando o planejamento de políticas públicas que atendam de fato as necessidades dos trabalhadores.

Enfim, para essa voz ecoar e garantir cidadania aos moradores da cidade, há a necessidade da sua participação ativa no turismo, tanto através da inserção e democratização das atividades turísticas aos trabalhadores pobres como através da sua inserção em espaços de construção de um turismo mais democrático e participativo. Isso porque o turismo, enquanto política pública, tem a função atender aos interesses e às demandas públicas de todos, e não somente de uma pequena parcela selecionada pelo capital. Nesse sentido, cabe destacar que o presente estudo constitui-se em uma importante estratégia de resistência ao modelo hegemônico de turismo mercadoria.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Katálise**, v. 12, n. 2, p. 161-169, 2009.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AVILA, José Flávio; BAGOLIN, Izete Pengo. **Pobreza no Rio Grande do Sul**: uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores multi e unidimensionais. **Estudo e Debate**, Lajeado, v. 21, n. 2, p. 25-47, 2014.
- AZZAROLA; Laura Susana Duque. O Sujeito Feminino nas Políticas de Assistência Social. *In.*: **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010. P.225-255.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2021.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BENI, Mário Carlos. **Globalização do Turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.
- BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela. Pequeno Dicionário Gramsciano. **Cult**, 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-gramsciano/>. 2021. Acesso em: 4 out. 2021.
- BRANDÃO, Amaurícia Lopes Rocha; CORIOLANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. Eixos do Turismo: convencional e contra-hegemônico em Jericoacoara – CE. **Revista Formação**, v. 3, n. 23, p. 101-126, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 dez. 2021.
- BRASIL. **Decreto do Conselho dos Ministros n. 572, de 5 de fevereiro de 1962**. Brasília: Conselho dos Ministros, 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>

legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-572-5-fevereiro-1962-355690-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 44.863, de 21 de novembro de 1958**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1958. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n. 2.294, de 21 de novembro de 1986**. Brasília: Presidência da República, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2294.htm. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 55, de 18 de novembro de 1966**. Brasília: Presidência da República, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. **Emenda constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016**. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991**. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8181.htm. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 9.396, de 30 de maio de 2018**. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9396.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões. Desenvolvimento e Turismo para Além do Paradigma Econômico. *In*: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Julio Cesar Cabrera; CORIOLANO, Luiza Neide. **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 75-98.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e Financeirização das Políticas Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; BONETTI, Lucas Araújo. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. **Turydes**, n. 19, 2015. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/turedes/19/politicas.html>. Acesso em: 28 dez. 2021.

CARCANHOLLO, Marcelo Dias. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista Econômica Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 247-272, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandra; ALVES, Glória; PÁDUA, Rafael Faleiros. **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. As políticas sociais nos governos do PT e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. *In*: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2016. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 46-77.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO COREDE HORTÊNSIAS. **Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Hortênsias: 2015-2030**. Canela: COREDE Hortênsias, 2017. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144213-plano-hortensias.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. A Exclusão e a Inclusão Social e o Turismo. **Revista de Turismo Passos**, v. 3, n. 2, p. 295-304, 2005.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *In*: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Cromosete, 2006. p. 367-378.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. Os Limites do Desenvolvimento e do Turismo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 21, n. 2, p. 25-46, jul. 2001.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Discursos e concepções do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. *In*: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões *et al.* (org.). **Turismo, Cultura e Desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 49-73.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Capitalista: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas *et al.* (org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 5. ed. São Paulo: Cortez: 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas públicas. *In*: SOUZA, Maria José de. **Políticas Públicas e o Lugar do Turismo**. Brasília: UnB, MAM, 2002. p. 25-38. DALL'AGNOL, Sandra. Impactos do Turismo x Comunidade Local. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM TURISMO DO MERCOSUL, 7., 2012. **Anais** [...]. Caxias do Sul: UCS, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL ROIO, Marcos. Crise Orgânica, Neoliberalismo e Barbárie. **Práxis e Hegemonia Popular**, v. 5, n. 6, p. 5-15, 2020.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a Emancipação do Subalterno. **Sociologia Política**, n. 29, p. 63-78, nov. 2007.

ESTADÃO. **Gramado ganha Acquamation, parque aquático indoor com águas termais**. 2021. Disponível em: <https://viagem.estadao.com.br/blogs/viagem/gramado-ganha-acquamation-parque-aquatico-indoor-com-aguas-termais>. Acesso em: 27 nov. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMADO. **Aprovada Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019**. Gramado: Câmara Municipal, 2018. Disponível em: <https://www.camaragramado.rs.gov.br/noticia/visualizar/id/6608/?aprovada-lei-de-diretrizes-orcamentarias-para-2019.html>. Acesso em: 29 dez. 2021.

GRAMADO. **Aprovada Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020**. Gramado: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: <https://www.camaragramado.rs.gov.br/noticia/visualizar/id/6608/?aprovada-lei-de-diretrizes-orcamentarias-para-2019.html>. Acesso em: 29 dez. 2021.

GRAMADO. **Lei n. 3001, de 06 de fevereiro de 2012**. Gramado: Prefeitura Municipal, 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/g/gramado/lei-ordinaria/2012/300/3001/lei-ordinaria-n-3001-2012-institui-o-conselho-municipal-de-turismo-o-fundo-municipal-de-turismo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 29 dez. 2021.

GRAMADO. **Projeto de Lei n. 78/2011**. Gramado: Prefeitura Municipal, 2011. Disponível em: <https://www.camaragramado.rs.gov.br/uploads/materia/21033/ple%20078.11.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

GRESPLAN, Jorge. A Crise de Sobreacumulação. **Crítica Marxista**, n. 29, p. 11-17, 2009.

HARVEY, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. **Interfaces**, v. 2, n. 4, p. 1-30, ago. 2017.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Gramado**. 2019. Página Institucional. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gramado/pesquisa/36/0>. Acesso em: 14 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Número de desempregados chega a 14,1 milhões no trimestre até outubro**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29782-numero-de-desempregados-chega-a-14-1-milhoes-no-trimestre-ate-outubro>. Acesso em: 6 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 29 dez. 2021.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um Fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Cadernos ODS 1: Acabar com a Pobreza em Todas as suas Formas, Em Todos os Lugares**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_1.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

JAPPE, Anselm *et al.* **Capitalismo em Quarentena: notas sobre a crise global**. São Paulo: Elefante, 2020.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. **A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

KILBERT, Erika Cristiane; MOESCH, Marutschka Martini. Trabalho no Turismo: essência, aparência e análise do panorama dos trabalhadores do Brasil e Goiás. *In: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO*, 10., 2014. **Anais [...]**. Fortaleza: UFC, 2014.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

LOPES, Débora Carina. **Assentamentos Informais em Cidades Turísticas**: uma análise de Canela e Gramado (RS). Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MARANHÃO, Cezar Henrique. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012. p. 78-104.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, Rosa Maria. Permanência e Ruptura na Proteção Social Brasileira no Período Recente. **Argumentum**, v. 11, n. 1, p. 130-145, 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. Pensamento de Ruy Mauro Marini e sua Atualidade para as Ciências Sociais. *In*: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Desenvolvimento e Dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p. 15-48.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARTONI, Rodrigo Meira. Globalização e Turismo: limites do desenvolvimento local na ordem contemporânea do capital. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6., 2010. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2010.

MARTONI, Rodrigo Meira. **Turismo e Capital**. Curitiba: Appris, 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica econômica política. Livro 1: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2010.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).** Brasília: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>. Acesso em: 7 set. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF: Trabalho Social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica (NOB-RH/SUAS).** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O que é o BRICS.** 2019. Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>. Acesso em 30 set. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil.** Brasília: Conselho Nacional do Turismo, 2018. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/PNT_2018-2022.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes.** Brasília: Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, 2013. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **65 Destinos Indutores de Competitividade do Desenvolvimento Turístico Regional – Pirenópolis.** Brasília: Roteiros do Brasil, 2014. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2008/Pirenopolis%202008.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro: perguntas e respostas.** Brasília: Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo, 2019. Disponível em:

http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Perguntas_espostas_Categorizacao_2019.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

MONTAÑO, Carlos. Neodesenvolvimentismo e Política Social. *In*: PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga *et al.* (org.). **Capitalismo e Política Social**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 19-40.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Elizabete Ana. Serviço Social Brasileiro: insurgência intelectual e legado político. *In*: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina de. **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 165-182.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. **Em Pauta**, n. 19, p. 135-170, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOVAES, André. Consenso de Washington: crise do Estado Desenvolvimentista e seus efeitos sociais: um balanço crítico. **Revista Ensaios**, v. 1, n. 1, p. 8-22, 2008.

OLIVEIRA, Edgar J. Gramado (RS) ganha resort que exigiu R\$ 400 milhões em investimento. **Revista Hotéis**, [n.d.]. Disponível em: <https://www.revistahoteis.com.br/gramado-rs-ganha-resort-que-exigiu-r-400-milhoes-em-investimento>. Acesso em: 27 nov. 2021.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Plataforma Agenda 2030**. 2015. Disponível em: www.agenda2030.org.br/sobre/. Acesso em: 20 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. **Glossário de Migração**. Editora: Organização Internacional para as Migrações, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2019. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/2020/Turismo-e-os-Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustent%C3%A1vel-Final-WEB.PDF>. Acesso em: 28 dez. 2021.

ORSOLON, Luis. “**Turismo contribui com 9% do PIB mundial**”: confira na íntegra o artigo do presidente da Embratur. Portal Radar, 2015. Disponível em: <https://portalradar.com.br/turismo-contribui-com-9-do-pib-mundial-confira-na-integra-o-artigo-do-presidente-da-embratur/>. Acesso em: 29 dez. 2021.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A Produção do Turismo**: fetichismo e dependência. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2015.

OXFAM BRASIL. **Quem Paga a Conta?** 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/quem-paga-a-conta/>. Acesso em 11 set. 2021.

PADILHA, Valquíria. **Tempo Livre e Capitalismo**: um par imperfeito. São Paulo: Alínea, 2000.

PAIVA, Beatriz Augusto de; HILLESHEIM, Jaime. Ainda sobre os 80 anos do Serviço Social: direitos sociais em tempos de ruptura democrática. **Textos e Contextos**, v. 15, n. 2, p. 234-249, 2016.

PEREIRA. Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIONEIRO. **Promotor afirma que prefeitura não tomou medidas para conter aglomerações mesmo com previsão de público em Gramado**. 2021. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2020/08/promotor-afirma-que-prefeitura-nao-tomou-medidas-para-conter-aglomeracoes-mesmo-com-previsao-de-publico-em-gramado-12979866.html>. Acesso em: 7 set. 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento Local e Migração**: guia para promoção de ações integradas locais para a aceleração do desenvolvimento. 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/desenvolvimento-local-e-migracao-.html>. Acesso em: 29 dez. 2021.

POCHMANN. Márcio. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. v. 3: Os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediações e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. **Temporális**, n. 9, a. 5, p. 131-145, 2005.

PRATES, Jane Cruz. O Método Marxiano de Investigação e o Enfoque Misto na Pesquisa Social: uma relação necessária. **Textos e Contextos**, v. 11, n. 1, p. 116-128, 2012.

PRATES, Jane C. A pesquisa social a partir do paradigma dialético crítico: do projeto à análise do dado. *In*: FERNANDES, Idília; PRATES, Jane C. (org.). **Diversidade e Estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2016. p. 105-137.

RATTNER, Henrique. Indicadores Sociais e Planificação do Desenvolvimento. **Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 30, p. 1-11, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Ação Regional Turismo RS: Hortênsias**. Porto Alegre: Secretaria da Cultura do Estado, 2014a. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20180652/28095250-planejamento-hortensias.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – Corredor Turístico de Porto Alegre e Serra Gaúcha**. Porto Alegre: Secretaria do Turismo, 2014b. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/PDITS/SERRA%20GAUCHA.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.

RIVERO, Oswaldo de. **O Mito do Desenvolvimento: os países invisíveis do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

ROCHA, Mirella. O Mito do Desenvolvimento Socioeconômico do Brasil no Século XXI: análise a partir dos planos governamentais de era Lula. **Temporalis**, v. 12, n. 14, p. 325-351, 2012.

SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Ed. USP, 2013.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Ed. USP, 2020.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos; GOMES, Cristiane Mesquita. Políticas Públicas de Turismo: a importância para o desenvolvimento do Maranhão. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2007.

SARAIVA, Enrique. Política Pública: dos clássicos às modernas abordagens. *In*: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Perfil das Cidades Gaúchas**: Gramado. 2020. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Gramado.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

SENNA, Mônica de Castro Maia; MAIOR, Aline Souto; BALDO, Valentina Suárez. Proteção Social em tempos de COVID-19: Experiências na América Latina. **Argumentum**, v. 13, n. 1, p. 66-80, 2021.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao Povo Brasileiro**. Fundação Perceus Abramo, 2002. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/carta_aopovobrasileiro.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários**: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

SIQUEIRA, Luana Souza. Desenvolvimento e Pobreza: uma análise crítica. **Temporalis**, n. 12, p. 353-384, 2012.

SIQUEIRA, Luana Souza. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SIQUEIRA, Luana Souza; ALVES, Glaucia Lelis. Pobreza e Desigualdade Social: uma breve reflexão Brasil e América Latina. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 4, n. 6, p. 11-36, jan./jun. 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil**: radiografia de um modelo. Petrópolis: Vozes, 1977.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. A Importância do Território na Prática do Planejamento Turístico: Reflexões acerca do Brasil. *In*: RUSCHMANN, Doris van der; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. Barueri: Manole, 2006. p. 45-65.

TRIVIÑOS, Augusto Nilbaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERONEZE, Renato Tadeu. A Política de Assistência Social Brasileira e a Ameaça Temerária aos Direitos Sociais. **Textos & Contextos**, v. 16, n. 2, p. 345-359, ago./dez. 2017.

XAVIER, Glauber Lopes. O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência. **Katálysis**, v. 21, n. 2, p. 387-395, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil Contemporâneo e Formas de seu Enfretamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ESTRUTURADO (QUANTI-QUALI) USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Título do projeto: AS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, O TURISMO E SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE GRAMADO/RS

Mestranda: Lisiane Besutti

Orientadora: Profa. Dra. Erica M. Bomfim Bordin

Número do formulário: _____.

Data da aplicação: _____.

Hora de início: _____. Hora de fim: _____.

A) Dados do usuário (*condições e modo de vida dos trabalhadores*):

1) Bairro onde reside:
2) Sexo:
3) Idade:
4) Profissão:

5) Qual o grau de educação formal?

- () Não frequentou educação formal.
 () Fundamental incompleto.
 () Fundamental completo.
 () Ensino Médio.
 () Ensino Superior.
 () Pós-graduação.

6) Abaixo consta a classificação de cor/raça utilizada pelo IBGE. Qual a opção, ou as opções, que representa(m) a família de vocês (múltipla escolha)?

- () Branco.
 () Negro.
 () Pardo/mulato.
 () Amarelo (de origem oriental).
 () Indígena ou de origem indígena.

7) A família é composta por quantas pessoas? _____.

8) Qual a distribuição dos integrantes da família conforme a faixa etária e sexo, abaixo discriminados?

Composição familiar por faixa etária e sexo		
Faixa etária	Masculino	Feminino
0 a 2 anos		
3 a 5 anos		
6 a 8 anos		
9 a 12 anos		
13 a 17 anos		
18 a 29 anos		
30 a 39 anos		
40 a 49 anos		
50 a 59 anos		
60 a 69 anos		
Mais de 70 anos		

B) RENDA/TRABALHO:

9) Qual a soma do rendimentos econômicos da família, em Salários-Mínimos Nacionais (R\$ 1.045,00)?

- () Menos de 1 (até R\$1.045,00).
- () De 1 a 2 (até R\$2.090,00).
- () De 3 a 4 (até R\$4.180,00).
- () De 5 a 6 (até R\$6.270,00).
- () De 7 a 10 (até R\$10.450,00).
- () De 10 a 20 (até R\$20.900,00).
- () Mais de 20 (mais de R\$3.350,00).

10) Qual o tipo de atividade que você atualmente exerce?

- () Informal.
- () Formal – com carteira de trabalho assinada.
- () Celetista.
- () Contrato de trabalho temporário.
- () Terceirizado.
- () Desempregado.
- () Desalentado.

11) Local de trabalho:

- () Restaurante.
- () Hotel.
- () Pousada.
- () Parque temático.
- () Comércio.
- () Agência de turismo.
- () Outros: _____.

12) Qual a carga horária de trabalho diário?

- () De 4 a 6 horas diárias.
- () 8h diárias.

() Mais de 8h diárias.

13) Quantos dias da semana você trabalha?

() Menos de 5 dias.

() 5 dias.

() 6 dias.

() 7 dias.

Comente:

14) Em quantos lugares você trabalha?

() 1.

() 2.

() 3.

() Mais de 3.

15) Como você avalia as condições de trabalho dos serviços que atuam diretamente com o turismo onde trabalhou ou trabalha atualmente?

16) As empresas onde atuou oferecem algum tipo de benefício aos funcionários (como, por exemplo, auxílio educação etc.)?

() Sim. () Não.

Comente quais:

17) Em relação aos gastos para a manutenção das necessidades da família (aluguel, energia elétrica, água, alimentação etc.), pode se dizer que os rendimentos totais são:

() Suficientes. () Insuficientes.

Por quê?

18) Participa de algum programa social do Governo ou recebe algum benefício (Bolsa Família, Cesta Básica, outros)? () Sim. () Não.

19) Por que você procurou o Serviço de Assistência Social?

C) QUALIFICAÇÃO DA MORADIA E RECURSOS DA COMUNIDADE:

20) Em relação ao domicílio da família:

a) Localiza-se em que cidade e bairro?

b) Quantas peças há na casa?

c) Quantos quartos?

d) Quantos banheiros/lavabos?

21) Quanto ao material da casa, ela é de:

() Alvenaria.

() Madeira aparelhada.

() Madeira aproveitada.

22) Sua moradia é:

- () Própria.
 () Alugada.
 () Cedida.
 () Ocupada/invadida.
 () Outros, quais? _____.

23) Quanto aos recursos básicos de moradia, marque quais existem de forma satisfatória:

- () Água tratada.
 () Energia elétrica.
 () Saneamento básico.
 () Estrutura da casa (chão, paredes, telhado etc.).

24) Você considera sua residência apropriada para as necessidades de sua família? Por quê?

25) Quanto aos recursos básicos presentes na comunidade, qual(ais) os que existem de forma satisfatória:

- () Via pavimentada.
 () Iluminação pública.
 () Coleta de lixo orgânico.
 () Coleta de lixo reciclável.
 () Rede de esgoto pluvial (água escoada das chuvas).
 () Rede de esgoto cloacal (água dos esgotos sanitários das residências).
 () Unidade Básica de Saúde nas proximidades.
 () Linha de transporte coletivo nas proximidades.
 () Área de esporte e lazer.
 () Segurança pública.
 () Escola Municipal Pública nas proximidades da residência.

26) Como você avalia o acesso à educação infantil no município?

27) Como você classifica a cidade em cada item abaixo:

Educação pública	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Saúde	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Transporte público	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Saneamento básico	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Trânsito	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Locais para a prática de esportes	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Assistência Social	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Habitação	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Custo de vida	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Segurança	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Atrações turísticas	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Mobilidade urbana	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Mercado de trabalho	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo

Condições de trabalho	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Acesso dos moradores ao turismo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Locais de lazer	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo

Comente o(s) item(ns) que julgar necessário:

D) TURISMO:

- **ACESSO** (*usufruto do espaço turístico e da oferta de serviços turísticos*):

28) Dos eventos e pontos turísticos citados abaixo, quais você conhece (C), participou por lazer (P) e trabalhou com vínculo formal de emprego (Tf) ou informal (Ti)?

C	P	Tf	Ti	Eventos/Pontos turísticos
				Natal Luz
				Festival de Cinema
				Festa da Colônia
				Lago Negro
				Parque da Florybal
				Mini-Mundo
				Museu de Cera
				Supercarros Gramado
				Snowland
				Museu do Perfume
				Parque do Caracol
				Museu Medieval
				Passeio Rural de Gramado
				Museu de Pedras Preciosas e Semipreciosas
				Passeio de Jardineira
				Museu da Moda
				Fábricas de Chocolate
				Hollywood Dream Cars
				Restaurantes
				Harley Moto Show
				Hotéis/pousadas
				Mundo a Vapor
				Outras, quais:

29) Alguma vez você já se sentiu impedido em participar/usufruir de algum espaço da cidade? Se sim, qual? E por quê?

30) Existe algum impedimento objetivo ou subjetivo que impeça a sua plena participação e livre acesso aos serviços e atrações turísticas disponibilizados na cidade?

31) Você considera o turismo de Gramado inclusivo? Ou seja, todos os moradores conseguem ter acesso de forma igualitária ao turista às atrações e serviços ofertados?

() Sim. () Não.

Por quê?

32) Em relação ao turismo na sua cidade, quais são os aspectos positivos e negativos?

- PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO TURISMO (*participação da comunidade no planejamento e avaliação*):

33) Você conhece o Conselho Municipal do Turismo de Gramado (COMTUR)?

() Sim. () Não.

34) Você participa ou já participou do COMTUR de Gramado?

() Sim. () Não.

35) Você tem conhecimento das ações referentes ao planejamento do turismo em Gramado?

() Sim. () Não.

Comente:

36) Você já foi consultado ou participou de algum tipo de pesquisa sobre a organização e planejamento do turismo na cidade?

() Sim. () Não.

37) Qual público-alvo do planejamento do turismo na cidade?

- DESENVOLVIMENTO, TURISMO e QUESTÃO SOCIAL (*processo de desenvolvimento e a promoção do turismo impactam na Questão Social*):

38) Como você avalia o planejamento da cidade? Qual público você acha que é priorizado nesse planejamento?

39) Onde você identifica maior concentração de investimento municipal (bairro e setor)?

40) Você considera que o turismo de Gramado pode contribuir para o desenvolvimento da cidade?

() Sim. () Não.

De que forma?

41) Você tem conhecimento de empresas/empreendimentos que investem na cidade (em prol da comunidade local)? Qual(ais) e como?

42) Qual a sua percepção/entendimento de turismo (qual a principal função, objetivo etc.)?

43) O que é desenvolvimento?

44) Como o turismo de Gramado contribui para o desenvolvimento da cidade?

45) Você acha que o turismo da cidade contribui no enfrentamento da desigualdade social e da pobreza? Ou você acha que o turismo pode contribuir para o seu aumento? De que forma?

46) Como você percebe o turista?

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ESTRUTURADO (QUANTI-QUALI) GESTÃO MUNICIPAL

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Título do projeto: AS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, O TURISMO E SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE GRAMADO/RS

Mestranda: Lisiane Besutti

Orientadora: Prof. Dra. Erica M. Bomfim Bordin

Número do formulário: _____.

Data da aplicação: _____.

Hora de início: _____. Hora de fim: _____.

A) Dados do entrevistado:

1) Bairro onde reside:
2) Sexo:
3) Idade:
4) Profissão:

5) Qual o grau de educação formal?

- () Não frequentou educação formal.
 () Fundamental incompleto.
 () Fundamental completo.
 () Ensino Médio.
 () Ensino Superior.
 () Pós-graduação.

6) Abaixo consta a classificação de cor/raça utilizada pelo IBGE. Qual a opção, ou as opções, que representa(m) a família de vocês (múltipla escolha)?

- () Branco.
 () Negro.
 () Pardo/mulato.
 () Amarelo (de origem oriental).
 () Indígena ou de origem indígena.

7) Qual a soma do rendimentos econômicos da família, em Salários-Mínimos Nacionais (R\$ 1.045,00)?

- () Menos de 1 (até R\$ 1.045,00).
 () De 1 a 2 (até R\$ 2.090,00).

- De 3 a 4 (até R\$ 4.180,00).
- De 5 a 6 (até R\$ 6.270,00).
- De 7 a 10 (até R\$ 10.450,00).
- De 10 a 20 (até R\$ 20.900,00).
- Mais de 20 (mais de R \$3.350,00).

8) Há quanto tempo você está como gestor?

- 4 anos.
- 3 anos.
- 2 anos.
- 1 ano.
- 6 meses.
- Menos de 6 meses.

9) Servidor Público ou Cargo de Confiança?

10) Possui experiências anteriores no turismo?

- Sim. Não.

Quais?

B) Informações sobre o turismo da cidade:

11) Qual a principal forma de turismo de Gramado?

- Turismo de negócio e eventos.
- Ecoturismo.
- Turismo de base comunitária.
- Turismo de aventura.
- Turismo de estudos e intercâmbio.
- Turismo rural.
- Turismo de esportes.
- Outro: _____.

12) Qual o principal público-alvo da política de turismo da cidade quando vocês planejam as atividades e ações do turismo?

13) O município utiliza estratégias de *marketing* para divulgar a cidade?

- Sim. Não.

Quais são utilizadas e como?

14) Quantos turistas o município recebe anualmente?

15) Qual o valor arrecadado anualmente pelo município através das atividades turísticas?

16) Por quantos postos de trabalho os serviços do turismo são responsáveis no município?

17) Qual a sua percepção/entendimento de turismo (qual a principal função, objetivo etc.)?

18) Qual o valor repassado na LDO para o turismo em 2021?

19) Há investimento/participação de capital internacional no turismo de Gramado?
() Sim. () Não.

De que forma ocorre essa participação?

20) A maioria das empresas/empreendimentos são de pessoas locais ou de outras cidades e estados?

21) Os empresários que não são gramadenses se mudam para Gramado? Ou eles não vêm morar no município?

22) Existe competição ou cooperação entre as cidades turísticas (principalmente com as que compõem a Região das Hortênsias)?

23) Se sim, como você percebe este fato (de forma positiva ou negativa)? Comente.

24) Como é feito o processo de planejamento e avaliação das atividades do turismo?

25) Qual o papel do COMTUR?

C) Acesso dos usuários ao turismo:

26) Qual é o perfil predominante da população de Gramado (socialmente, economicamente e culturalmente)?

27) Você considera que a comunidade de Gramado consegue acessar as atividades turísticas que o município oferece de forma igualitária aos turistas?

Comente?

28) As famílias mais vulneráveis que residem no município também têm acesso às atrações do turismo de forma igualitária ao turista?
() Sim. () Não.

Comente:

29) Quais as condições materiais objetivas que o município oferece aos usuários para participar das atividades que fazem parte do turismo (restaurantes, festival de cinema etc.)?

30) Existe algum instrumento utilizado pela Secretaria de Turismo/Governança para ouvir a comunidade no sentido de verificar se a forma de planejamento e gestão do turismo na cidade atende as necessidades da comunidade?
() Sim. () Não.

Comente:

31) O município insere a comunidade (usuários residentes) no processo de planejamento do turismo da cidade?

() Sim. () Não.

De que forma?

32) De que forma a comunidade é representada nas iniciativas do turismo na cidade?

D) Percepção do município quanto ao processo sócio-histórico de desenvolvimento da cidade, panorama social e sua relação com o turismo:

33) O que você entende por desenvolvimento?

34) Como o turismo de Gramado contribui para o desenvolvimento da cidade?

35) De que forma o turismo no município contribui no enfrentamento da desigualdade social e da pobreza no município de Gramado?

36) Como o poder público percebe as vulnerabilidades sociais das famílias que moram em Gramado?

37) Você acha que as vulnerabilidades sociais (como por exemplo: situações de rua, famílias em situação de moradia irregular etc.) interferem no turismo da cidade?

() Sim. () Não.

Comente:

38) Você acha que o turismo pode interferir no aumento das vulnerabilidades sociais (situação de rua, famílias em situação de moradia irregular etc.)?

() Sim. () Não.

Comente:

39) O município possui iniciativas/ações de turismo para contemplar os objetivos da PNT/2008 relacionadas à redução das disparidades sociais e econômicas de ordem regional?

() Sim. () Não.

Quais?

40) O município possui iniciativas/ações de turismo de promoção da inclusão social?

() Sim. () Não.

Inciso II do Art. 5 da PNT: Reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda.

41) De que forma o turismo contribui para a melhor distribuição de renda?

42) A pandemia da COVID-19 impactou no turismo do município?

() Sim. () Não.

De que forma?

43) Quais estratégias foram utilizadas pela secretaria de turismo de enfrentamento a esses impactos?

44) A secretaria possui algum projeto articulado/destinado à política de assistência social, educação ou saúde (exemplo: escola pública, SCFV etc.)?

45) O município exige contrapartida das empresas/empreendimentos em benefício da comunidade local?

APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ESTRUTURADO (QUANTI-QUALI) COMTUR (MEMBROS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS)

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Título do projeto: AS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, O TURISMO E SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE GRAMADO/RS

Mestranda: Lisiane Besutti

Orientadora: Profa. Dra. Erica M. Bomfim Bordin

Número do formulário: _____.

Data da aplicação: _____.

Hora de início: _____. Hora de fim: _____.

A) Dados do entrevistado:

1) Bairro onde reside:
2) Sexo:
3) Idade:
4) Profissão:

5) Qual o grau de educação formal?

- () Não frequentou educação formal.
 () Fundamental incompleto.
 () Fundamental completo.
 () Ensino Médio.
 () Ensino Superior.
 () Pós-graduação.

6) Abaixo consta a classificação de cor/raça utilizada pelo IBGE. Marque com um "x" a opção, ou as opções, que representa(m) a família de vocês (múltipla escolha).

- () Branco.
 () Negro.
 () Pardo/mulato.
 () Amarelo (de origem oriental).
 () Indígena ou de origem indígena.

7) Qual a soma do rendimentos econômicos da família, em Salários-Mínimos Nacionais (R\$ 1.045,00)?

- () Menos de 1 (até R\$ 1.045,00).

- () De 1 a 2 (até R\$ 2.090,00).
- () De 3 a 4 (até R\$ 4.180,00).
- () De 5 a 6 (até R\$ 6.270,00).
- () De 7 a 10 (até R\$ 10.450,00).
- () De 10 a 20 (até R\$ 20.900,00).
- () Mais de 20 (mais de R\$ 3.350,00).

B) Informações sobre o COMTUR:

- 8) Quem ou qual instituição você representa no COMTUR?
 - 9) Em que ano surgiu o COMTUR de Gramado?
 - 10) Por quantos membros o COMTUR é constituído?
 - 11) Como ocorre a escolha dos conselheiros?
 - 12) Quais são as representações no COMTUR de Gramado (Sociedade Civil e Governo)?
 - 13) Qual a periodicidade das reuniões do COMTUR?
 - () Semanal.
 - () Quinzenal.
 - () Mensal.
 - () Bimestral.
 - () Trimestral.
 - 14) Como é feita a escolha das pautas?
 - 15) Há quanto tempo você faz parte do COMTUR?
 - 14) Possui experiência anterior no turismo?
 - () Sim. () Não.
 - 16) Existe Fundo Municipal de Turismo no Município?
 - 17) Se sim, quais as principais ações de destino desse recurso?
 - 18) O COMTUR possui regimento interno?
 - () Sim. () Não.
 - 19) Existe cadeira no COMTUR que contemple a participação da comunidade (usuários)?
 - () Sim. () Não.
- Em caso positivo: quais e como elas acontecem?
- 20) Como fazem para incentivar e divulgar essa participação?
 - 21) O que você pensa sobre a participação da comunidade residente no COMTUR?

22) A composição é paritária (Sociedade Civil/Governo)?

() Sim. () Não.

23) Você conhece a PNT/2008?

() Sim. () Não.

C) Papel do COMTUR:

24) Qual a principal função do COMTUR?

25) O COMTUR participa da organização e das decisões relacionadas ao planejamento do turismo da cidade?

() Sim. () Não.

26) De que maneira?

27) O Conselho é deliberativo ou consultivo?

28) O Conselho opina ou aprova os novos empreendimentos?

29) O município exige contrapartida das empresas/empreendimentos em benefício da comunidade local?

30) O COMTUR fiscaliza as atividades e serviços de turismo na cidade?

() Sim. () Não.

31) Quais serviços? E de que forma?

32) Quais são os indicadores que fiscalizam qualidade do serviço prestado aos turistas ou, também, a qualidade das condições e relações de trabalho dos funcionários?

D) Acesso dos usuários ao turismo e percepção do COMTUR quanto ao panorama social do município:

33) Principal público-alvo do turismo ofertado?

34) Qual a sua percepção de turismo (qual a principal função, objetivo etc.)?

35) Você acha que a comunidade se sente representada pelas iniciativas e planejamentos que dizem respeito ao turismo deliberadas pelo COMTUR?

() Sim. () Não.

De que forma?

36) Existe algum instrumento utilizado pela Secretaria de Turismo para ouvir a comunidade com o intuito de verificar se a forma de planejamento e gestão do turismo na cidade atendem suas expectativas e necessidades?

() Sim. () Não.

Comente:

37) As famílias mais vulneráveis usufruem das atrações turísticas da cidade de forma igualitária aos turistas?

Sim. Não.

Quais e de que forma?

38) Como o COMTUR percebe as vulnerabilidades sociais das famílias do município de Gramado?

39) Você acha que as vulnerabilidades sociais (como por exemplo: situações de rua, famílias em situação de moradia irregular etc.) impactam no turismo da cidade?

Sim. Não.

Comente:

40) Você acha que o turismo impacta nas vulnerabilidades sociais (como por exemplo: situações de rua, famílias em situação de moradia irregular etc.).

Sim. Não.

Comente:

41) Existem iniciativas e ações do COMTUR com o objetivo de promover a inclusão social? Um turismo inclusivo com participação da comunidade no planejamento?

Inciso II do Art. 5 da PNT: Reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda.

42) O que é desenvolvimento?

43) Como o turismo de Gramado contribui para o desenvolvimento da cidade?

44) Existe competição/cooperação entre as cidades turísticas (principalmente com as que compõem a região das hortênsias)?

45) Se sim, como você percebe este fato (de forma positiva ou negativa)?

Comente:

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Título do projeto: AS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, O TURISMO E SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE GRAMADO/RS

Mestranda: Lisiane Besutti

Orientadora: Profa. Dra. Erica M. Bomfim Bordin

Documentos sobre turismo e seu papel no desenvolvimento da cidade.

1. Dados de Identificação

A. Tipo de documento analisado:

() Legislação.

() Documentos Jurídicos.

() Planos e projetos no campo do turismo.

() Programa - Política Pública.

() Plano de ação.

() Outro: _____.

B. Identificação do documento: _____.

C. Período: _____.

2. Conteúdos

A. Compreensão de Desenvolvimento.

B. Função do turismo no desenvolvimento da cidade.

C. Turismo desenvolvido no município.

D. Política Pública (Compreensão conceitual e Processo).

E. Pobreza.

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS ESCOLA DE HUMANIDADES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Projeto de Pesquisa: AS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, O TURISMO E SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE GRAMADO/RS

A pesquisa em tela objetiva analisar os impactos do turismo nas condições de vida dos trabalhadores do município de Gramado/RS. A pesquisa possui relevância social, com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa, uma vez que buscar problematizar e qualificar a política de turismo no que diz respeito ao seu impacto nas condições e modo de vida dos trabalhadores e no acesso aos direitos sociais.

Neste trabalho, será utilizada, como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada realizada através de formulários identificados com numeração, sendo as entrevistas gravadas. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada. Se, no decorrer da pesquisa, o(a) participante resolver não mais continuar, terá toda a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo. Os riscos possíveis, mas improváveis, estão relacionados a: invasão de privacidade; interferência na vida e na rotina dos sujeitos; divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE); tomar o tempo do sujeito ao responder a entrevista. As providências e cautelas que serão adotadas para evitarmos os referidos riscos são: garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões; estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto; assegurar a confidencialidade e a privacidade.

Posso contatar, para esclarecimento sobre este estudo, a mestranda/pesquisadora Lisiane Besutti pelo telefone (54) 999025541, ou pelo e-mail lisiane.besutti@edu.pucrs.br ou ainda a orientadora Profa. Dra. Erica M. Bomfim Bordin pelo e-mail erica.bordin@pucrs.br.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50, sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre/RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua

responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Após ter sido devidamente informados(a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, de ter lido o presente termo de consentimento livre e esclarecido e recebido uma cópia, abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, eu _____
_____, concordo em participar desta pesquisa.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Porto Alegre/RS, _____ de _____ de 20____.

**APÊNDICE F – CARTA DE AUTORIZAÇÃO (CONSELHO MUNICIPAL DE
TURISMO DE GRAMADO/RS)**

Porto Alegre, 9 de setembro de 2020.

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Ilma. Coordenadora do Comitê de Ética
Dra. Denise Cantarelli Machado

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de pesquisa intitulado “As determinações sócio-históricas do processo de desenvolvimento, o turismo e seus impactos nas condições de vida dos trabalhadores no município de Gramado/RS”, proposto pela pesquisadora Lisiane Besutti, sob orientação da Profa. Dra. Erica M. do Bomfim Bordin.

O referido projeto será realizado no Conselho Municipal de Turismo de Gramado (COMTUR) e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,

Conselho Municipal de Turismo de Gramado/RS

APÊNDICE G – CARTA DE AUTORIZAÇÃO (SECRETARIA DE GOVERNANÇA)

Porto Alegre, 9 de setembro de 2020.

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Ilma. Coordenadora do Comitê de Ética
Dra. Denise Cantarelli Machado

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de pesquisa intitulado “As determinações sócio-históricas do processo de desenvolvimento, o turismo e seus impactos nas condições de vida dos trabalhadores no município de Gramado/RS”, proposto pela pesquisadora Lisiane Besutti, sob orientação da Profa. Dra. Erica M. do Bomfim Bordin.

O referido projeto será realizado na Secretaria Municipal de Governança de Gramado RS e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,

Anderson Boeira
Secretário da Secretaria de Governança
Prefeitura Municipal de Gramado/RS

APÊNDICE H – CARTA DE AUTORIZAÇÃO (SECRETARIA DE TURISMO)

Porto Alegre, 9 de setembro de 2020.

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Ilma. Coordenadora do Comitê de Ética
Dra. Denise Cantarelli Machado

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de Pesquisa intitulado “As determinações sócio-históricas do processo de desenvolvimento, o turismo e seus impactos nas condições de vida dos trabalhadores no município de Gramado/RS”, proposto pela pesquisadora Lisiane Besutti, sob orientação da Profa. Dra. Erica M. do Bomfim Bordin.

O referido projeto será realizado na Secretaria Municipal de Turismo de Gramado/RS e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,

Rosângela Sefrin dos Santos Potter
Secretária da Secretaria de Turismo
Prefeitura Municipal de Gramado/RS

APÊNDICE I – CARTA DE AUTORIZAÇÃO (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Porto Alegre, 9 de setembro de 2020.

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Ilma. Coordenadora do Comitê de Ética
Dra. Denise Cantarelli Machado

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de Pesquisa intitulado “As determinações sócio-históricas do processo de desenvolvimento, o turismo e seus impactos nas condições de vida dos trabalhadores no município de Gramado/RS”, proposto pela pesquisadora Lisiane Besutti, sob orientação da Profa. Dra. Erica M. do Bomfim Bordin.

O referido projeto será realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Piratini do município de Gramado e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,

Ricardo Flores Casanova
Secretário da Secretaria de Assistência Social
Centro de Referência de Assistência Social
Prefeitura Municipal de Gramado/RS



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br